

**2021**

**Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas**



**CÂMARA MUNICIPAL  
DE LISBOA**

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO:

Relatório Anual de Execução de 2021 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas

### EDITOR:

Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria (DGQA)

Rua do Comércio, n.º 8, 3.º Dto.

1100-150 Lisboa

**Email:** dgqa@cm-lisboa.pt

### CONTROLO DE VERSÕES:

Versão	Data	Autor	Detalhes
1.0	29.04.2022	DGQA	Elaboração do Relatório
2.0	01.06.2022	DGQA	Revisão do Relatório: inclusão das respostas de monitorização de duas UO's (RSB e DE) e uma Equipa de Projeto (EPPGDL), atualização da informação de duas UO's (DSI e CGIUL) e introdução de algumas sugestões dos GVP e GVJA
3.0	20.09.2022	DGQA	Revisão do Relatório: inclusão da resposta de monitorização da DMMC

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara de 17 de outubro de 2022.

## ÍNDICE

1. GLOSSÁRIO .....	3
2. INTRODUÇÃO .....	4
3. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL .....	5
4. METODOLOGIA SUBJACENTE AO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO.....	8
5. TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DO PLANO EM 2021: .....	11
5.1. TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO POR UNIDADE ORGÂNICA .....	14
6. PONTO DE SITUAÇÃO RELATIVO AOS RISCOS E MEDIDAS COM CALENDARIZAÇÃO PARA 2021/2022 .....	19
7. CONCLUSÕES:.....	21
8. RECOMENDAÇÕES .....	23
9. ATUALIZAÇÃO DO PLANO .....	26
9.1. REAVALIAÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO .....	27
9.2. IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS RISCOS E NOVAS MEDIDAS.....	28
9.3. IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS RESPONSÁVEIS .....	29
10. ANEXOS .....	30

## 1. Glossário

<b><i>CGIUL</i></b>	Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa
<b><i>CML</i></b>	Câmara Municipal de Lisboa
<b><i>CPC</i></b>	Conselho de Prevenção da Corrupção
<b><i>DAFD</i></b>	Departamento da Atividade Física e do Desporto
<b><i>DDS</i></b>	Departamento para os Direitos Sociais
<b><i>DE</i></b>	Departamento de Educação
<b><i>DGQA</i></b>	Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria
<b><i>DMAEVCE</i></b>	Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia
<b><i>DMC</i></b>	Direção Municipal de Cultura
<b><i>DMCom</i></b>	Departamento de Marca e Comunicação
<b><i>DMEI</i></b>	Direção Municipal de Economia e Inovação
<b><i>DMF</i></b>	Direção Municipal de Finanças
<b><i>DMGP</i></b>	Direção Municipal de Gestão Patrimonial
<b><i>DMHDL</i></b>	Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local
<b><i>DMHU</i></b>	Direção Municipal de Higiene Urbana
<b><i>DMM</i></b>	Direção Municipal de Mobilidade
<b><i>DMMC</i></b>	Direção Municipal de Manutenção e Conservação
<b><i>DMRH</i></b>	Direção Municipal de Recursos Humanos
<b><i>DMU</i></b>	Direção Municipal de Urbanismo
<b><i>DSI</i></b>	Departamento de Sistemas de Informação
<b><i>EPPDP</i></b>	Equipa de Projeto de Proteção de Dados Pessoais
<b><i>EPPGDL</i></b>	Equipa de Projeto para o Plano de Drenagem de Lisboa
<b><i>IGF</i></b>	Inspeção Geral de Finanças
<b><i>PM</i></b>	Polícia Municipal
<b><i>RSB</i></b>	Regimento de Sapadores Bombeiros
<b><i>SG</i></b>	Secretaria Geral
<b><i>SMPC</i></b>	Serviço Municipal de Proteção Civil
<b><i>TC</i></b>	Tribunal de Contas
<b><i>UCT</i></b>	Unidade de Coordenação Territorial
<b><i>UO's</i></b>	Unidades Orgânicas

## 2. Introdução

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, é uma entidade administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas e desenvolve uma atividade de âmbito nacional na área da prevenção da corrupção e infrações conexas.

Nesse contexto, em 1 de julho de 2009, o CPC aprovou a Recomendação n.º 1/2009, sobre Planos de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), que recomenda a todos os Dirigentes máximos das entidades da Administração Pública Central e Regional, direta e indireta, bem como a todos os Municípios, incluindo o setor empresarial, que elaborassem os respetivos planos de prevenção com o objetivo de identificar situações potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas e adotar medidas preventivas e corretivas que possibilitassem a eliminação desses riscos ou minimizassem a probabilidade da sua ocorrência.

Essa Recomendação determinou ainda a elaboração de um relatório anual de execução do PPRCIC para efeitos de avaliação do grau de execução das medidas propostas.

Assim, em conformidade com aquela Recomendação, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) apresenta no presente Relatório de Execução os resultados de 2021 relativos ao cumprimento das medidas identificadas no PPRGCIC em vigor, aprovado em Reunião de Câmara de 25 de julho de 2019, publicado em Boletim Municipal n.º 1328, 4º suplemento, de 1 de agosto de 2019 e publicitado na área da Transparência do sítio do Município de Lisboa.

O presente relatório contempla ainda as atualizações decorrentes da avaliação realizada em anos anteriores e reflete a evolução e adaptação do PPRGCIC à realidade da atividade dos serviços municipais.

O Relatório Anual de Execução deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa e posteriormente divulgado junto de todos os trabalhadores municipais e publicitado na página da Intranet e da Internet da CML.

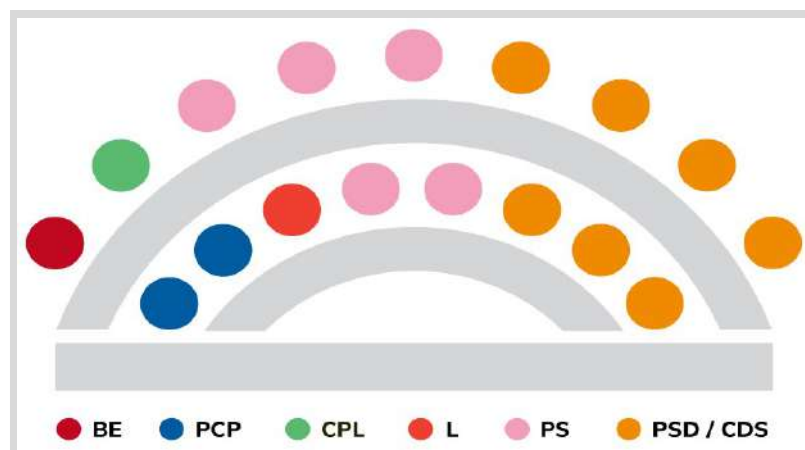
E, para efeitos de cumprimento da Recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, deverá o mesmo ainda ser divulgado junto do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), do Tribunal de Contas (TC) e da Inspeção Geral de Finanças (IGF).

### 3. Enquadramento Organizacional

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) é o Órgão Executivo do Município que exerce as competências e atribuições previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação atual), e que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população de Lisboa, nas diversas áreas de intervenção municipal.

O resultado das eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021 determina atualizar no presente Relatório a composição do Executivo Camarário eleito para o mandato 2021-2025.

Nos termos da Lei, o Executivo Camarário é constituído por um Presidente e 16 Vereadores, representando as diferentes forças políticas, conforme se apresenta de seguida.

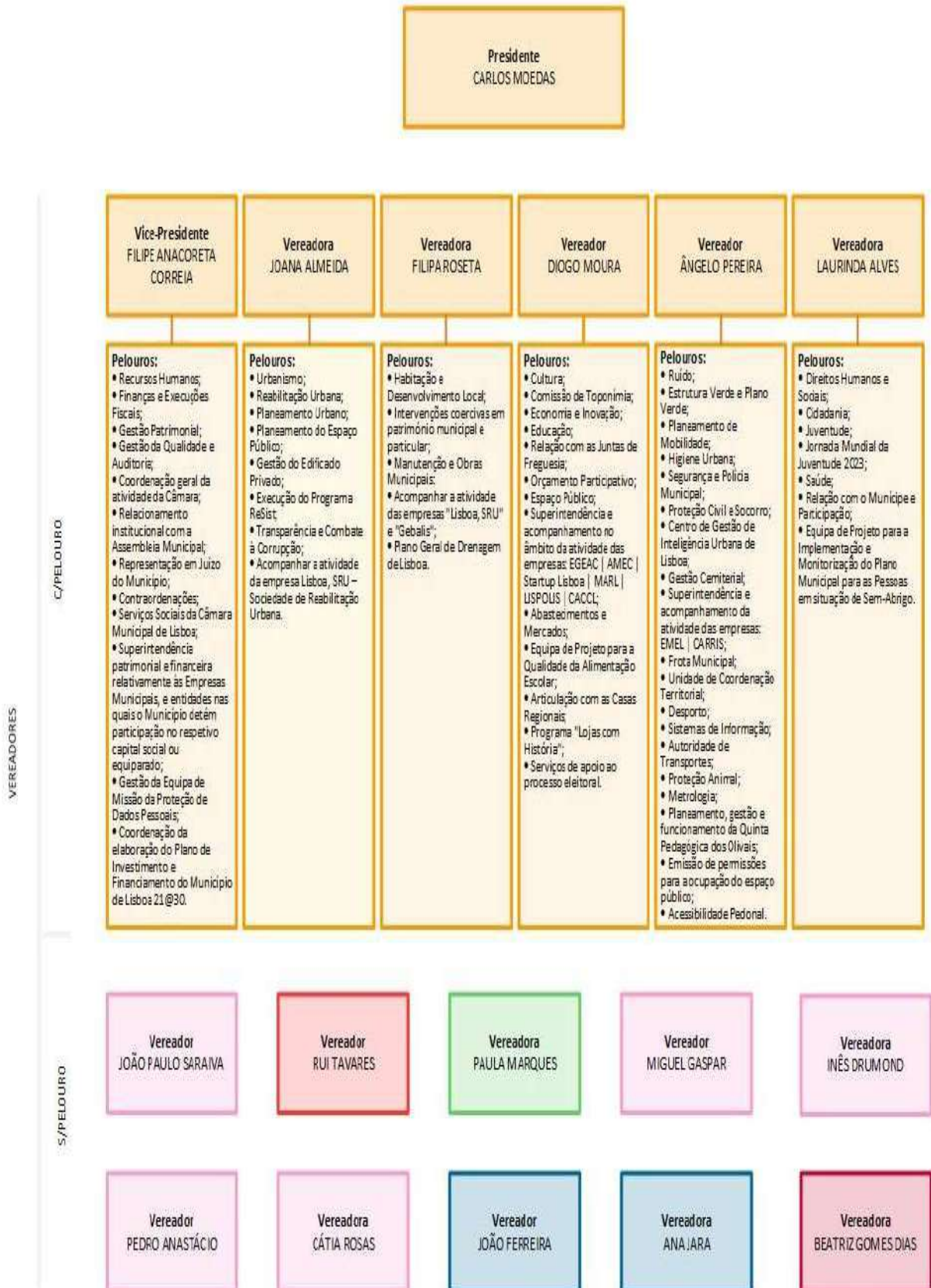


Nos termos do Despacho n.º 162/P/2021, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa designou o Vice-Presidente para o mandato 2021-2025 e nos termos da Deliberação n.º 664/CM/2021, do Despacho n.º 163/P/2021 e do Despacho n.º 166/P/2021, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 199/P/2021, fixaram em sete o número de Vereadores em regime de tempo inteiro, bem como definiram as respetivas competências.

Com efeito, a composição do Executivo Camarário<sup>1</sup> e a distribuição dos respetivos Pelouros encontram-se identificados de acordo com o seguinte organograma:

---

<sup>1</sup> Publicitada no sítio da CML através do link: <https://www.lisboa.pt/municipio/camara-municipal/executivo>





Por sua vez, a organização interna dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada constituída por unidades orgânicas nucleares e por unidades orgânicas flexíveis, mantendo o modelo organizacional previsto no ajustamento orgânico dos serviços municipais de Lisboa, aprovado pela Deliberação n.º 305/AML/2018, publicada no 1.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1279, de 23 de agosto de 2018<sup>2</sup>.

#### **4. Metodologia subjacente ao Relatório de Execução**

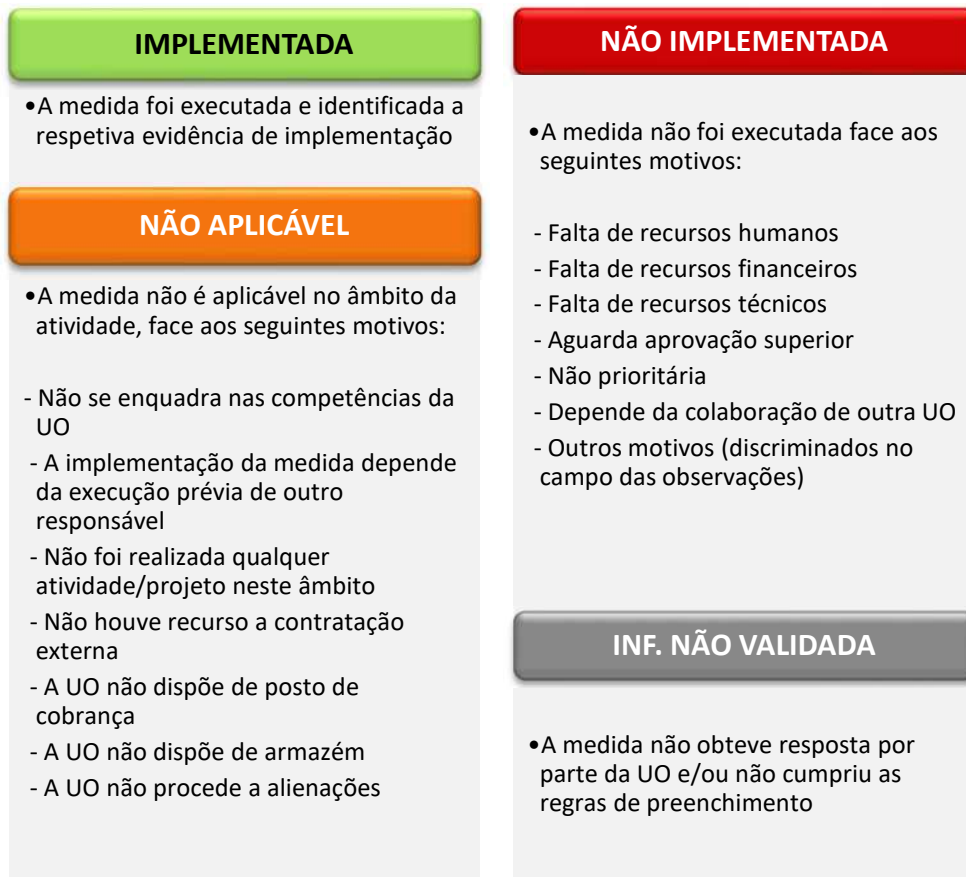
No processo de monitorização participaram o Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria (DGQA), responsável pela elaboração e monitorização do Plano e pela elaboração do Relatório Anual de Execução, em estreita articulação com os interlocutores designados pelos Dirigentes das Unidades Orgânicas da CML.

A matriz de risco para 2021 refletiu as atualizações aprovadas em sede de monitorização do ano anterior, tendo sido mantida a mesma metodologia adotada para a avaliação da execução das medidas, com o objetivo de garantir a comparabilidade e a continuidade do método de avaliação.

Foram, assim, auscultados os responsáveis das vinte e três UO's e de duas Equipas de Projeto, conforme disposto no Plano, e solicitado que apresentassem um ponto de situação até 18 de abril sobre a implementação das medidas comuns (identificadas por *"Todas as UO's"*), bem como das medidas apenas da sua responsabilidade, descrevendo-as e classificando-as de acordo com o seguinte estado de execução:

---

<sup>2</sup> Publicado no sítio da CML através do link: <https://www.lisboa.pt/municipio/organizacao-municipal>



Do total das vinte e três UO's e das duas Equipas de Projeto, dezasseis UO's e uma Equipa de Projeto cumpriram o prazo de resposta estipulado e sete UO's e uma Equipa de Projeto não o cumpriram.

Refira-se que duas UO's<sup>3</sup> apresentaram omissões de resposta em algumas medidas, pelo que, apesar de várias insistências no sentido de ser retificada essa informação, não foi possível validar a mesma.

No decurso do processo de avaliação, foram realizadas doze reuniões de esclarecimentos entre o DGQA e alguns dos interlocutores das respetivas UO's, o que permitiu melhorar a monitorização nas respetivas áreas de risco.

Assim, no âmbito da avaliação, a monitorização incidiu sobre dois períodos de análise correspondentes com o prazo de implementação proposto para as respetivas medidas, a saber:

<sup>3</sup> DSI e CGIUL

1. As medidas com proposta de implementação até 2021.

Este período mereceu uma análise mais rigorosa em termos de avaliação por concorrer diretamente para a taxa de execução de 2021.

2. As medidas com proposta de implementação para 2021/2022.

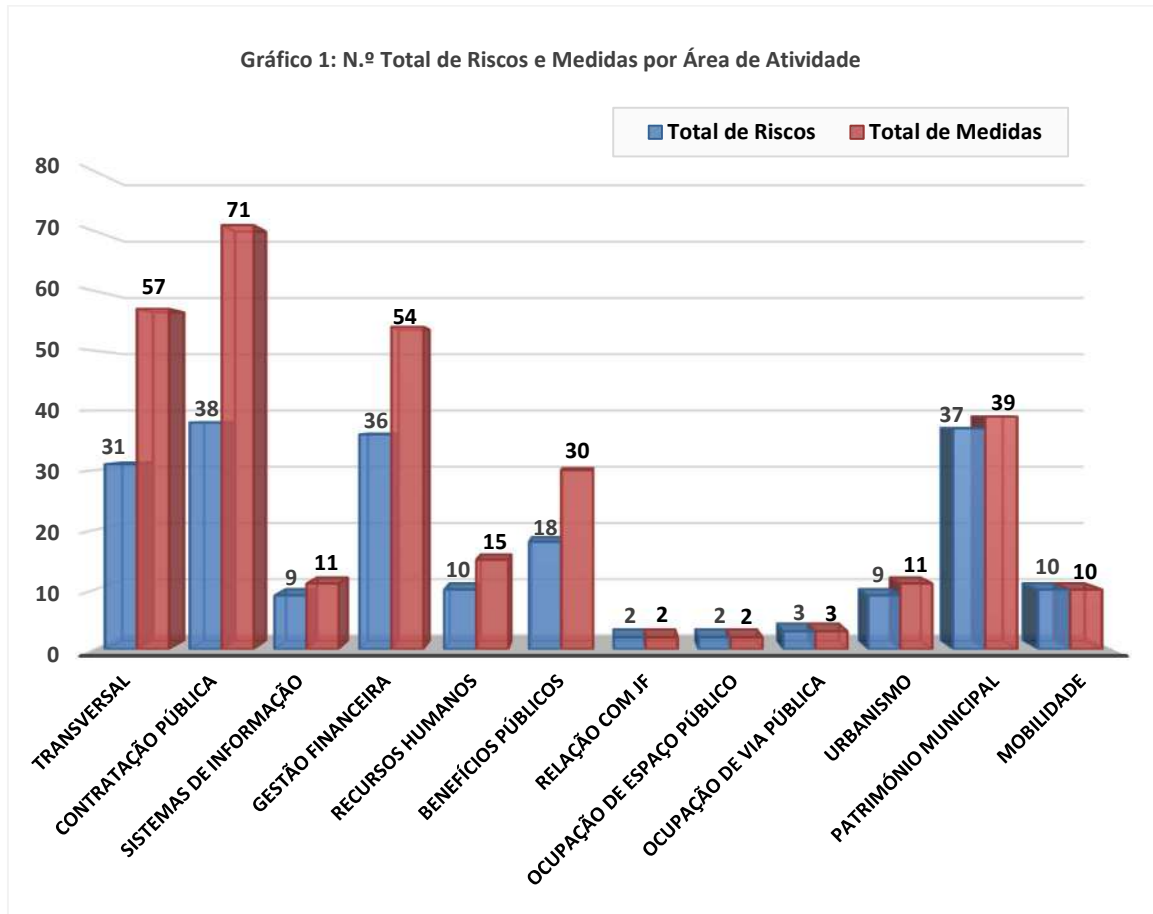
Dado que este período ainda se encontra a decorrer, essas medidas não concorrem para a taxa de execução de 2021. Por sua vez, a sua avaliação permite, essencialmente, fazer um ponto de situação global e eventualmente rever os prazos de execução previstos.

Pelo exposto, os resultados rececionados foram compilados e o resultado dessa avaliação encontra-se vertido nos pontos seguintes do presente relatório:

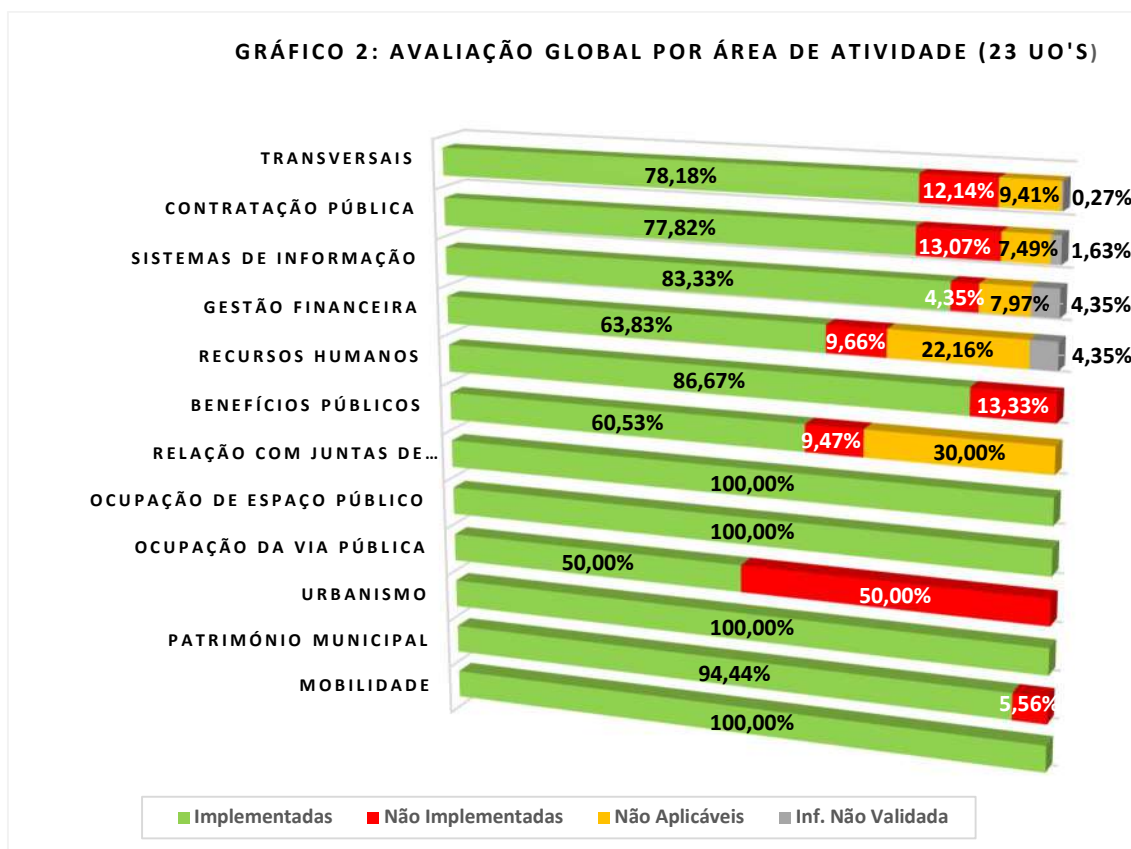
- ✓ Taxa de Execução Global do Plano;
- ✓ Taxa de Execução do Plano por Unidade Orgânica;
- ✓ Ponto de situação relativo aos riscos e medidas em curso e calendarizadas para 2021/2022;
- ✓ Conclusões e Recomendações;
- ✓ Reavaliação dos riscos;
- ✓ Identificação de novos riscos e medidas para 2022;
- ✓ Identificação de novos responsáveis;
- ✓ Atualização do Plano para 2022.

## 5. Taxa de Execução Global do Plano em 2021:

Para o período objeto de avaliação – medidas com calendarização para 2021 - foram identificadas 305 medidas preventivas, para um total de 205 riscos, repartidos pelas respetivas áreas de atividade, conforme se apresenta no gráfico seguinte.



Em conformidade com a monitorização efetuada, que se apresenta na matriz global em Anexo I ao presente relatório, a fls. 31 a 47, os resultados apurados por área de atividade para as UO's, em termos percentuais, são os seguintes:



Salienta-se que as vinte e três UO's que participaram na monitorização são responsáveis pela implementação de medidas relativas às áreas Transversal, Contratação Pública, Sistemas de Informação e Gestão Financeira.

A área dos Recursos Humanos depende apenas da responsabilidade da DMRH.

Para os Benefícios Públicos concorrem as UO's que atribuem apoios, designadamente o DDS, a DMC, a DMEI, o DE, a DAFD. Nesta área, apesar da não atribuição de apoios, a DMF, o DSI e o DGQA são responsáveis pela implementação de algumas medidas.

Na área do Património Municipal concorrem a DMGP e a DMHU, na Ocupação da Via Pública a UCT e a DMMC e nas restantes áreas de atividade existe apenas um único responsável: Relação com Juntas de Freguesia (UCT), Ocupação de Espaço Público (DMEI), Urbanismo (DMU) e Mobilidade (DMM).

Assim, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, conclui-se que em termos globais (considerando todas as áreas de atividade) a média de implementação<sup>4</sup> atinge uma percentagem de **75,78%** e a média de não implementação é de **11,40%**. As medidas consideradas não aplicáveis atingem uma média de **11,03%** e de **1,80%** de informação não validada.

Destacam-se as áreas relativas à Relação com as Juntas de Freguesia, à Ocupação de Espaço Público, ao Urbanismo e Mobilidade, nas quais foram implementadas toda as medidas propostas para 2021.

As restantes áreas de atividade apresentam taxas de implementação superiores a 60%, o que evidencia um aumento significativo em relação ao período anterior.

No que respeita à taxa média de não implementação, o valor mais baixo incide nos Sistemas de Informação<sup>5</sup> (**4,35%**) e o mais elevado na área da Ocupação da Via Pública com uma taxa de **50%**<sup>6</sup>.

A área dos Benefícios Públicos obteve a maior taxa de medidas classificadas como não aplicáveis (**30%**), tendo algumas UO's considerado que a implementação da maior parte das medidas depende da execução prévia de outro responsável, o que justifica que essa percentagem seja mais elevada.

Por fim, apesar da percentagem não ser expressiva, refira-se que as áreas Transversal, Contratação Pública, Sistemas de Informação e Gestão Financeira não obtiveram resposta em algumas das medidas propostas e/ou não foram devidamente fundamentadas<sup>7</sup>, pelo que não foi possível validar essa informação<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> A média de implementação incide sobre o total de medidas propostas para cada UO e engloba as medidas consideradas como **implementadas, não implementadas, não aplicáveis e inf. não validada**. A fórmula de cálculo corresponde ao somatório das respetivas taxas individuais de cada UO a dividir pelo total de UO's que responderam (23).

<sup>5</sup> Para esta área de atividade concorrem todas as UO's (23).

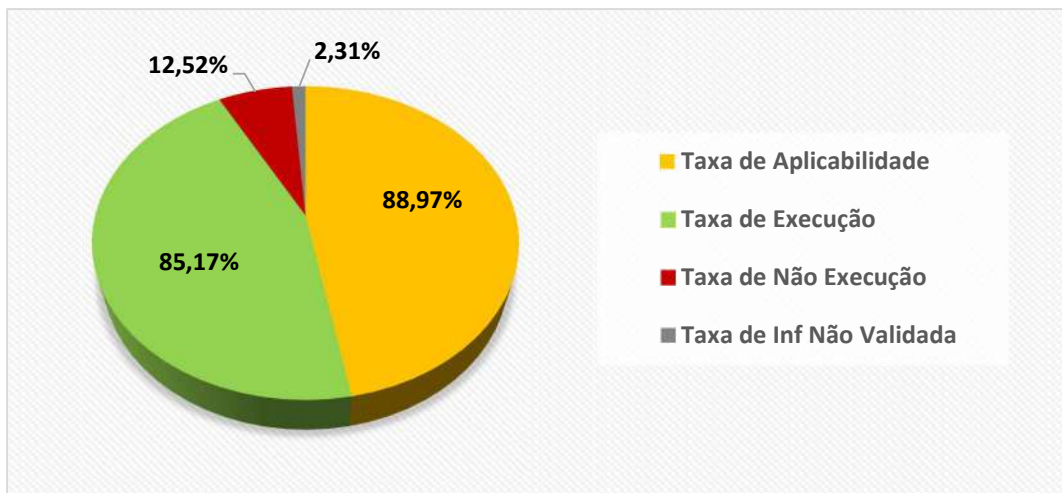
<sup>6</sup> Salienta-se que nesta área foram propostas 3 medidas, as quais foram todas implementadas pela UCT e apenas uma não foi implementada no caso da DMMC.

<sup>7</sup> Falta da descrição de evidências de implementação e/ou não justificação dos motivos de não implementação.

<sup>8</sup> Não obstante as várias insistências por email, a retificação da informação de algumas medidas não foi devidamente sanada.

Por conseguinte, a **Taxa de Execução<sup>9</sup> do Plano para 2021** foi a seguinte:

**Gráfico 3: Taxa de Execução do Plano:**



### 5.1. Taxa de Execução do Plano por Unidade Orgânica

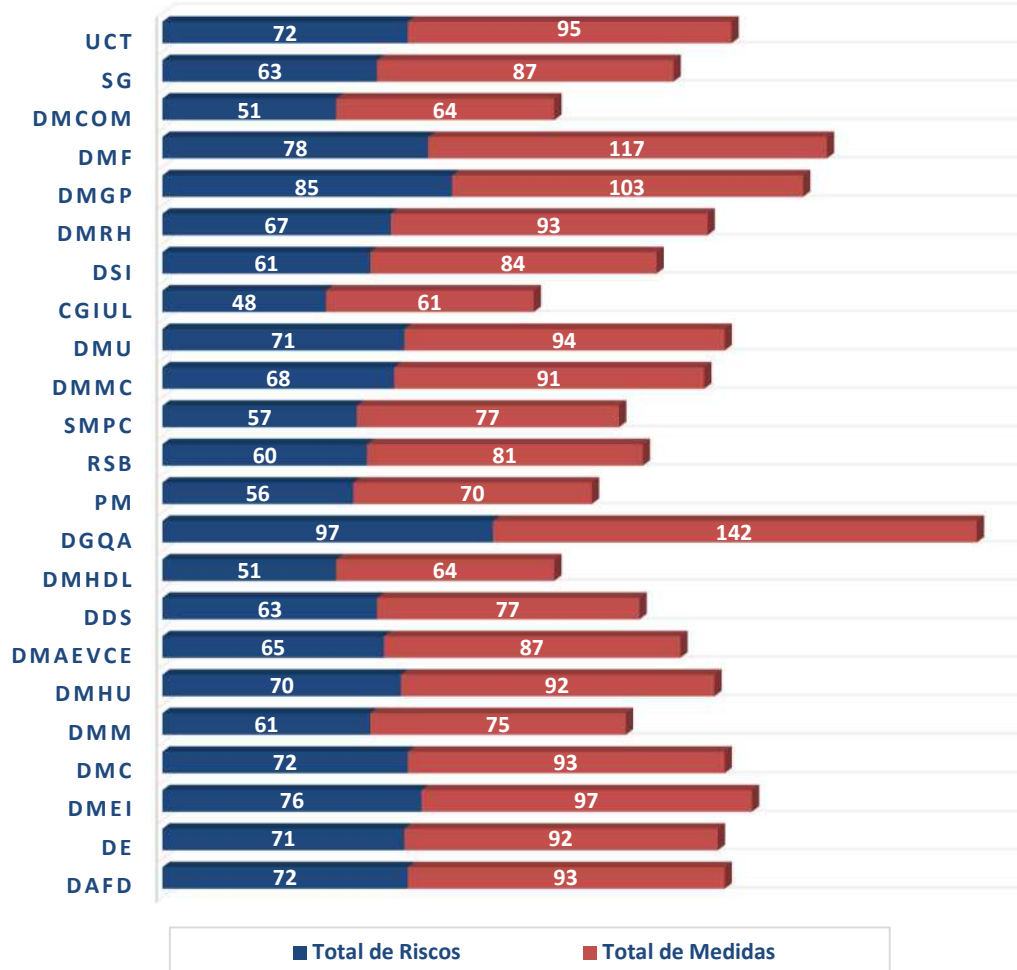
Apresentam-se neste ponto os resultados da avaliação efetuada no âmbito dos riscos e medidas que foram atribuídos a cada UO e a cada Equipa de Projeto, bem como os respetivos resultados de execução.

Do total de 205 riscos e 305 medidas preventivas propostas para **2021**, identifica-se de seguida a sua distribuição pelas 23 UO's, cujo número varia consoante a definição dos responsáveis para as respetivas áreas de intervenção.

<sup>9</sup> **Taxa de Execução (85,17%)**: Para efeitos de cálculo, só foram tidas em conta as medidas consideradas aplicáveis pelas UO's que responderam (23). A taxa de execução global incide sobre as medidas consideradas como implementadas e corresponde ao somatório das respetivas taxas individuais de cada UO a dividir pelo total de UO's que responderam (23). Esta fórmula de cálculo é análoga para as Taxas de Não Execução (**12,52%**) e de inf. Não validada. (**2,31%**).

**Taxa de Aplicabilidade (88,97%)**: Corresponde à percentagem de medidas consideradas como "Aplicáveis" em cada UO relativamente ao total das medidas propostas. A taxa global corresponde ao somatório das respetivas taxas de aplicabilidade de cada UO a dividir pelo total de UO's que responderam (23).

GRÁFICO 4: N.º TOTAL DE RISCOS E MEDIDAS POR UO

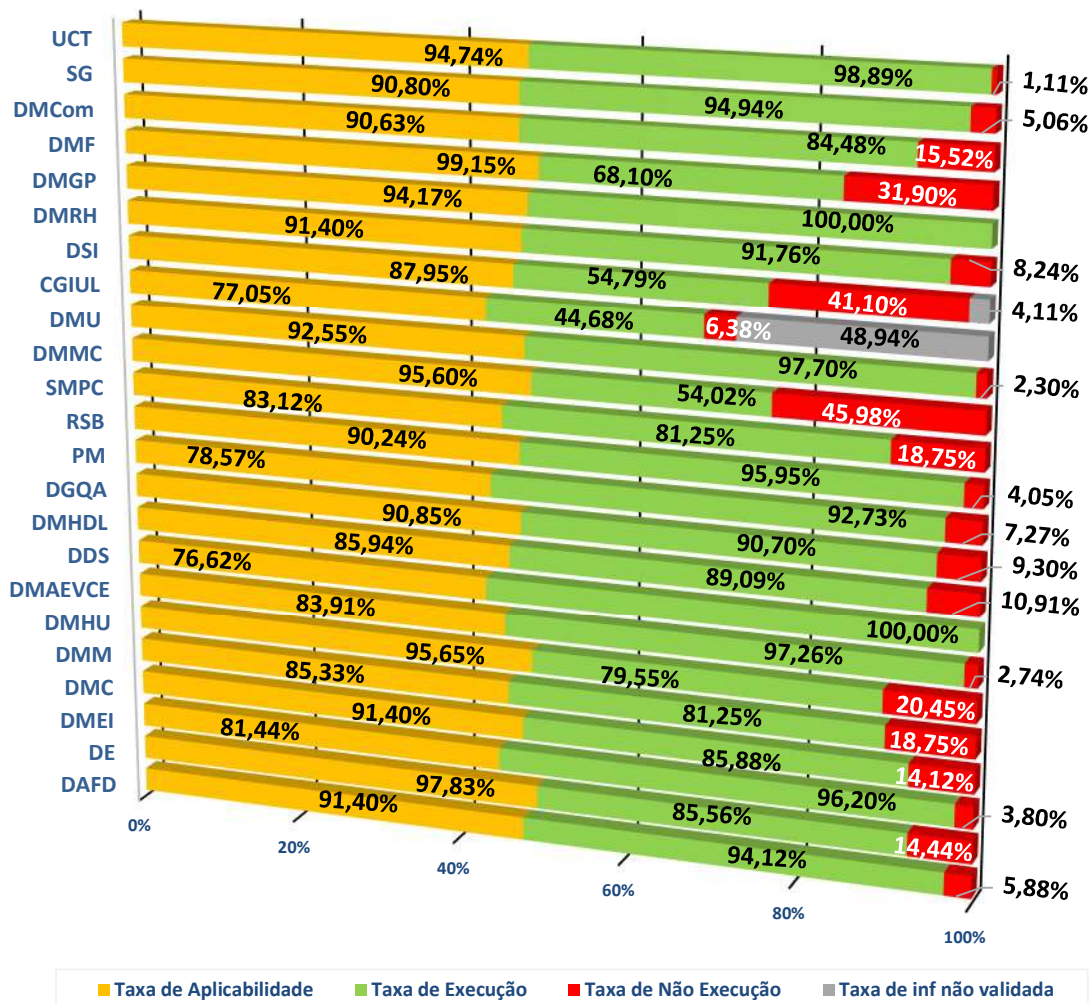


### Avaliação das Unidades Orgânicas:

Na sequência da análise efetuada com base nas respostas das vinte e três UO's, que se identificam na matriz de monitorização e que se anexam ao presente relatório, a fls. 31 a 47 os resultados obtidos para a taxa de execução por UO são os seguintes:



GRÁFICO 5: TAXA DE EXECUÇÃO POR UO

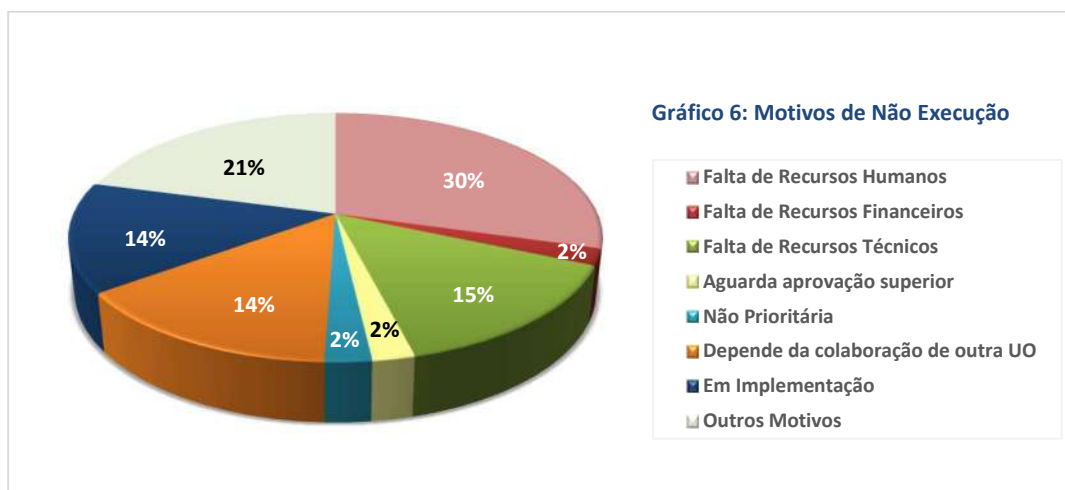


Globalmente, pode concluir-se que a grande maioria das UO's apresenta uma execução muito positiva, obtendo taxas de implementação superiores a 80%, com destaque para a DMGP e o DDS que implementaram todas as medidas propostas para 2021.

Não obstante as várias tentativas de ultrapassar alguns constrangimentos ocorridos durante o processo de monitorização, no sentido de obter resposta por parte de algumas UO's, salienta-se que a informação enviada pelo CGIUL e DSI continha omissões de resposta em algumas medidas e não apresentavam evidências de implementação, não tendo sido possível a validação dessa informação.

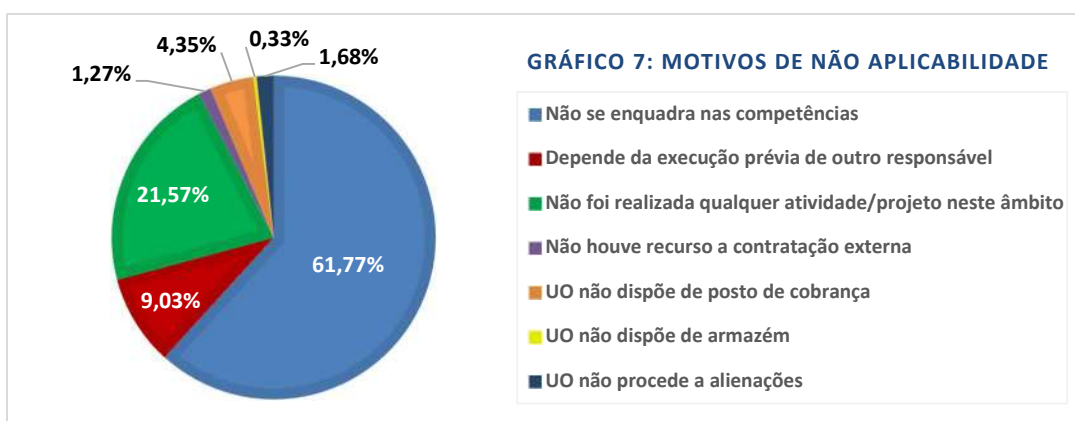
Em termos de medidas não executadas, verifica-se que a maioria das UO's atinge uma taxa inferior a 15% e a mais elevada é próxima de 46%.

Atendendo ao valor global da taxa de não execução (**12,52%**) do gráfico 3, apresentado a fls. 14, os principais motivos que justificaram a não execução dessas medidas por parte das vinte e uma UO's<sup>10</sup> foram os seguintes:



No que se refere à taxa de aplicabilidade, registou-se um aumento significativo em relação ao ano anterior, tendo a grande maioria das UO's atingido uma taxa de aplicabilidade superior a 80%.

Os motivos que levaram as UO's a considerarem a não aplicabilidade<sup>11</sup> de algumas medidas, cuja percentagem é apenas de **11,03%**, foram os seguintes:



<sup>10</sup> Do total das 23 UO's, a DMGP e o DDS não tiveram medidas não implementadas.

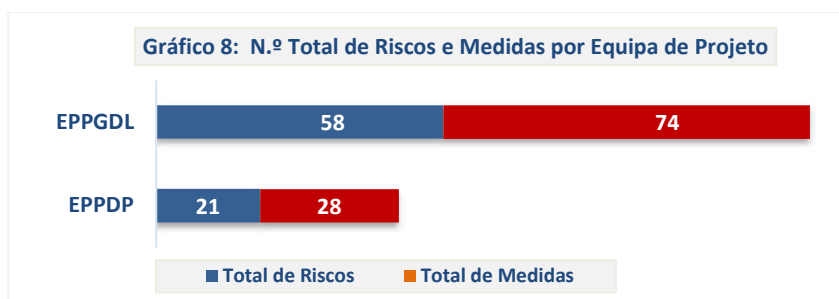
<sup>11</sup> **Taxa de Não Aplicabilidade (11,03%)**: Corresponde à percentagem de medidas consideradas como "Não Aplicáveis" em cada UO relativamente ao total das medidas propostas. Esta taxa (11,03%) corresponde à diferença entre 100% e a taxa de aplicabilidade (88,97%).

Esclarece-se que o motivo “não se enquadra nas competências” diz respeito a 41 medidas<sup>12</sup> no universo das 305 medidas propostas para 2021.

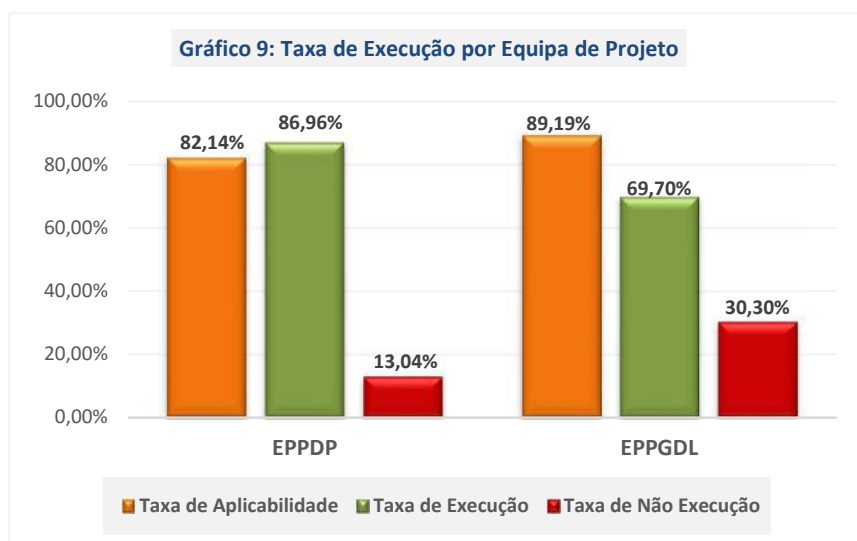
### Avaliação das Equipas de Projeto:

Tendo em conta a natureza temporária e algumas especificidades inerentes à Equipa de Projeto para o Plano Geral de Drenagem de Lisboa (EPPGDL) e à Equipa de Projeto para a Proteção de Dados Pessoais (EPPDP) optou-se por apresentar os respetivos resultados de forma desagregada das UO's.

Assim, para as duas Equipas foram propostos os seguintes riscos e medidas para 2021:



De acordo com a monitorização efetuada, apresentam-se no gráfico seguinte os resultados das respetivas Taxas de Execução:



<sup>12</sup> Este valor representa cerca de 13% do total das 305 medidas.

O facto de a **EPPDP**, não dispor de orçamento próprio e depender de outra UO para o desenvolvimento da sua atividade, designadamente na área da contratação pública, justifica que a maioria das medidas inscritas no Plano não lhes seja aplicável. Por essa razão, a EPPDP só concorre para as áreas Transversal e Sistemas de Informação.

Os motivos subjacentes à não aplicabilidade de algumas medidas (**17,86%**) deveram-se ao facto de não se enquadrarem nas respetivas competências.

Em termos de não implementação, cerca de 1/3 das medidas não foram executadas por depender da colaboração de outra UO e 2/3 dizem respeito a outros motivos.

Por sua vez, a **EPPGDL** concorre para as áreas Transversal, Contratação Pública, Sistemas de Informação, Gestão Financeira e para Ocupação de Via Pública.

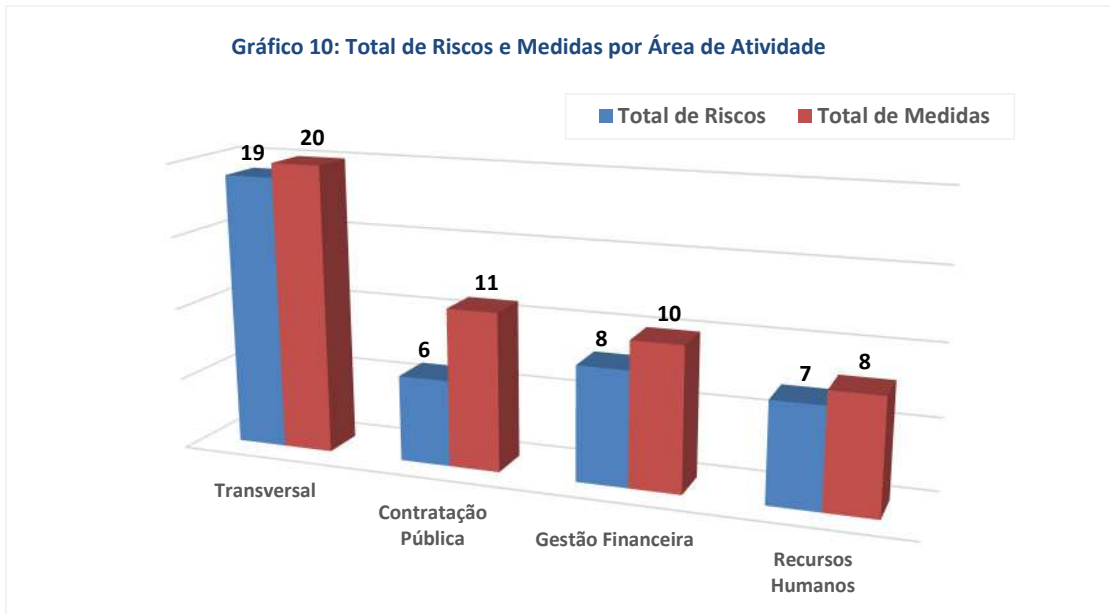
Quanto aos motivos de não aplicabilidade de algumas medidas, 3/4 foram por não se enquadrar nas respetivas competências e 1/4 por não ter sido realizada qualquer atividade/projeto no âmbito da medida.

Todos motivos de não implementação foram justificados por falta de recursos humanos.

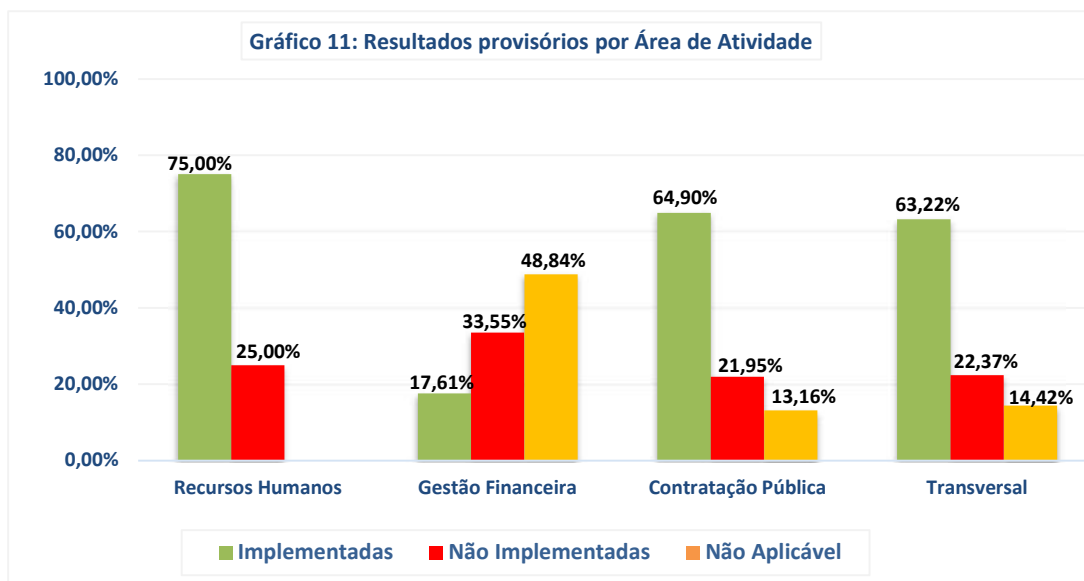
## **6. Ponto de situação relativo aos Riscos e Medidas com calendarização para 2021/2022**

Neste ponto, apresenta-se o ponto de situação referente à avaliação das medidas com prazo de implementação para 2021/2022. Uma vez que este prazo ainda se encontrar a decorrer, a avaliação deste período não concorre para a taxa de execução do Plano em 2021.

Com efeito, para o período em análise foram identificados um total de 40 riscos e 49 medidas, repartidos pelas respetivas áreas de atividade<sup>13</sup> conforme se descrevem no gráfico seguinte:



Os resultados provisórios, em termos percentuais, são os que se identificam no gráfico seguinte:



<sup>13</sup> As áreas de atividade relativas aos Sistemas de Informação, Benefícios Públicos, Relação com Juntas de Freguesia, Ocupação de Espaço Público, Ocupação da Via Pública, Urbanismo, Património e Mobilidade não foram consideradas por não disporem de medidas calendarizadas para o período em análise.

Globalmente, verifica-se que no decorrer do período de 2021/2022, foram já implementadas uma média total de **56,51%** medidas, cuja evidência foi demonstrada. De destacar a área dos Recursos Humanos que apresenta 75% de implementação das medidas propostas para este período, bem como as áreas da Contratação Pública e Transversal próximas dos 65% de implementação.

Em termos de medidas ainda não implementadas - cuja percentagem média atinge um valor total de **24,51%**, os motivos invocados pelas UO's<sup>14</sup> e que fundamentam a não implementação foram os seguintes:

Uma taxa de **29,61%** por outros motivos, **7,53%** em implementação, **26,66%** por falta de recursos humanos; **16,35%** por depender da colaboração de outra UO; **10,24%** por falta de recursos técnicos; **5,80%** por não ter sido considerada prioritária; **2,71%** por falta de recursos financeiros e **1,10%** por aguardar aprovação superior.

Por último, conclui-se que as medidas classificadas como não aplicáveis alcançaram uma percentagem média de **18,98%**, sendo a sua maior expressão na área da Gestão Financeira, com cerca de **50%**. Os principais motivos que justificaram essa não aplicabilidade foram os que se seguem:

A percentagem de **45,70%** por não se enquadrar nas respetivas competências; **39,02%** por depender da execução prévia de outro responsável e **15,28%** por não ter sido realizada qualquer atividade/projeto nesse âmbito.

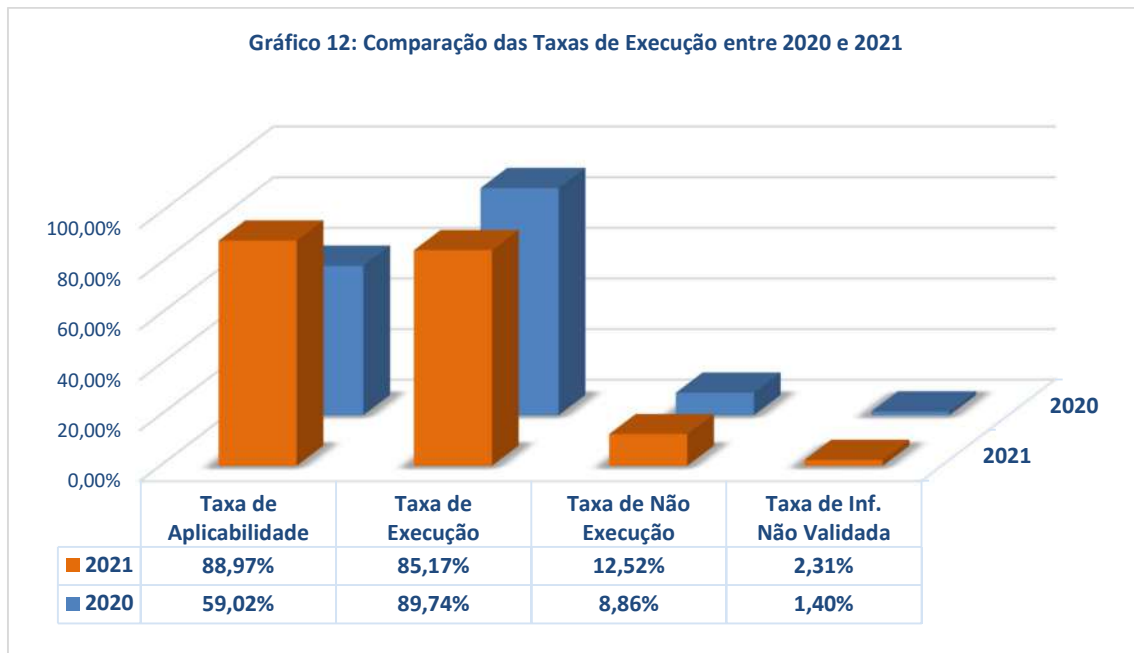
## **7. Conclusões:**

Atendendo aos resultados apresentados, conforme referido no gráfico 3, a fls. 14, a Taxa de Execução do Plano em 2021 foi de **85,17%**.

O confronto com os resultados da monitorização do ano anterior permite-nos retirar as seguintes ilações, de acordo com os dados que constam no gráfico seguinte:

---

<sup>14</sup> A UCT e o DDS não identificaram medidas não implementadas.



A comparação entre os dois períodos permite inferir que, pese embora as taxas de execução e de não execução tenham descido ligeiramente face a 2020, **observa-se em 2021 um aumento significativo da taxa de aplicabilidade, próximo dos 30%.**

Assim, tendo em conta a maior abrangência de medidas com responsabilidade de implementação, pode concluir-se que os resultados obtidos através da avaliação realizada pelas UO's e pelas Equipas de Projeto asseguraram a adequação e atualidade do atual Plano, sem prejuízo de ajustamentos pontuais quanto aos responsáveis e de algumas rectificações na descrição dos riscos e das medidas a serem introduzidos na matriz de 2022.

Adicionalmente, pode constatar-se que a CML tem vindo a incorporar no âmbito da sua atividade as várias recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), designadamente no que concerne à adoção de boas práticas de transparência nas áreas mais sensíveis à corrupção e infrações conexas, com vista à implementação de mecanismos de controlo, acompanhamento e gestão de conflitos de interesses.

Nesta perspetiva, têm sido implementados estratégias e instrumentos de gestão de riscos e de conflitos de interesse comuns e aplicáveis nas várias áreas de atividade, das quais se destacam a Norma de Controlo Interno, a aplicação aCCP, os Manuais de

Procedimentos e outros suportes no âmbito dos procedimentos de contratação pública.

De referir que no âmbito desta matéria, o DGQA apresentou em 2021 uma proposta de Código de Ética e Conduta do Município de Lisboa e, em 2022, procedeu à sua revisão face às novas disposições da Lei n.º 4/2022, de 6 de janeiro.

Em outubro de 2021, o DGQA apresentou uma proposta para a criação de um Canal de Denúncias do Município de Lisboa, em conformidade com a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

Em janeiro de 2022, esta proposta foi atualizada face à entrada em vigor da Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro, que aprovou as medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, e da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que vem estabelecer o regime geral de proteção de denunciadores de infrações.

Estes dois projetos<sup>15</sup> encontram-se em execução e com um prazo de implementação previsto para o 1.º semestre de 2022.

A par do Plano de Prevenção, a implementação do Código de Ética e Conduta e do Canal de Denúncias visa reforçar os mecanismos de controlo e de prevenção dos riscos de gestão e de corrupção e mitigar a probabilidade e o impacto dos riscos identificados no atual Plano de Prevenção.

## **8. Recomendações**

Considerando os resultados expostos no presente Relatório de Execução e numa perspetiva de otimização e melhoria contínua do processo de monitorização do Plano, recomenda-se:

---

<sup>15</sup> Código de Ética e Conduta e Canal de Denúncias.



- A elaboração, em outubro de 2022, de um relatório de avaliação intercalar sobre as situações de risco elevado ou máximo, em harmonia com o disposto no Programa de Cumprimento Normativo do DL n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro;
- A criação de uma aplicação informática automatizada de apoio ao processo de monitorização de forma a simplificar e a tornar mais intuitivo o preenchimento da matriz pelas UO's e Equipas de Projeto, bem como a respetiva análise e sistematização da informação recebida;
- Sempre que se verifique uma alteração do interlocutor designado para a monitorização do Plano, que a mesma seja comunicada de forma atempada, a fim de garantir a atualização dos responsáveis das respetivas UO's e Equipas de Projeto;
- Que todos os responsáveis pelo Plano se pronunciem, sempre, sobre toda a informação solicitada na matriz de monitorização (*status* de implementação, respetivas evidências e motivos de não implementação e a reavaliação dos riscos/medidas caso se justifique), no prazo estipulado para esse efeito;
- Que sejam esclarecidas junto dos serviços todas as situações relativas à escolha de não aplicabilidade por não se enquadrarem nas competências, de modo a tornar o Plano abrangente e mais ajustado à realidade da atividade das respetivas Unidades Orgânicas;
- A continuidade da colaboração e envolvimento por parte das UO's na clarificação das suas missões, atribuições e competências, bem como na identificação de novos riscos de gestão da sua área de negócio e respetivas medidas de prevenção, de forma a tornar o Plano mais abrangente e próximo da realidade do Município;

- A otimização da implementação do Plano, mediante um Objetivo Comum a todas as unidades orgânicas para o QUAR, por forma a continuar a reforçar a responsabilidade partilhada de todas as UO's na execução das medidas preventivas inscritas para as suas áreas de atividade;
- A adoção das medidas previstas no Plano que ainda não foram implementadas, designadamente aquelas que constituem um instrumento de gestão fundamental em todas as áreas de atividade municipal e que concorrem para vários riscos, das quais se destacam:
  - A aprovação, divulgação e aplicação do Manual de Contratação Pública;
  - A conclusão do processo de revisão da Norma de Controlo Interno e subsequente aprovação e aplicação;
  - Aprovação do Código de Ética e Conduta da CML, bem como a sua promoção, divulgação e aplicação interna;
  - A criação de uma Matriz de Responsabilidades das unidades orgânicas e respetivas áreas funcionais, e a sua disponibilização na intranet organizacional;
  - O mapeamento de todos os processos e dos respetivos fluxos procedimentais com vista à implementação da Gestão por Processos em todas as UO's;
- A elaboração e divulgação de Manuais de Procedimentos e Boas Práticas para fomentar a harmonização do saber, a conformidade com as leis e regulamentos em vigor, para reduzir as disparidades procedimentais e a margem de discricionariedade da atuação municipal e contribuir para a melhoria da eficiência e da eficácia dos procedimentos;
- A eliminação de barreiras à comunicação entre as várias UO's e a otimização dos mecanismos de comunicação interna, de modo a garantir a efetiva

partilha de conhecimento e a difusão dos dados relevantes sobre a atividade municipal;

- A parametrização das aplicações e outras soluções informáticas de suporte à atividade municipal, para permitir o acesso e o cruzamento de dados e evitar a duplicação de tarefas, de circuitos e, acima de tudo, para assegurar a qualidade dos dados a tratar e a transparência;
- A disponibilização de uma área acessível a todos os colaboradores sobre a temática da prevenção da corrupção e riscos conexos, onde serão divulgados o Plano, os relatórios de execução e demais documentação relevante sobre o assunto;
- A implementação de um Canal de Denúncias aberto, acessível e disponível, que permita a apresentação de denúncias de atos ou condutas passíveis de configurarem práticas ilegais, designadamente de corrupção ou outras infrações conexas;
- A promoção de auditorias de *follow-up* para acompanhamento e verificação do grau de execução das medidas inscritas no Plano nas áreas mais sensíveis da atividade municipal, nomeadamente as de risco mais elevado, em função da disponibilidade de recursos técnicos e humanos para o efeito;
- O reforço de ações de formação e sensibilização na área da gestão de riscos para o envolvimento de todos os colaboradores numa cultura de prevenção de riscos.

## 9. Atualização do Plano

Tendo por base os resultados da avaliação de 2021, foram identificados alguns ajustamentos considerados relevantes para efeitos de atualização do Plano e de reforço da eficácia dos mecanismos de controlo existentes.

No anexo II, a fls. 48 a 68, apresentam-se algumas propostas de retificação em termos de conteúdo, identificadas a cor vermelha, e as novas propostas/retificações a cor verde.

### 9.1. Reavaliação dos riscos de gestão

Para a matriz de risco<sup>16</sup> de 2022, foi proposto pelo DGQA a eliminação da seguinte medida.

Área de Atividade	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável
			PO	GC	GR		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	<p>CP1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano</li> <li>- Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planeamento, do procedimento pré-contractual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa</li> <li>- Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)</li> </ul>	Adoção da consulta prévia, conforme estipula o art.º 27ºA, do CCP	2	2	2	Assegurar, sempre que possível, o cumprimento do art.º 27ºA, do CCP (Consulta Prévia)	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública

Esta eliminação prende-se com o facto de o conteúdo desta medida ter sido revogado pelo artigo 27.º-A do CPP, nos termos do disposto na Lei n.º 30/2021, de 21 de maio. Salienta-se, no entanto, que a eliminação da medida não implica a extinção do risco, ao qual estão associadas outras medidas preventivas que o mitigam.

<sup>16</sup> A matriz de risco teve por base a Norma de Gestão de Riscos da FERMA:2003. A classificação e graduação dos riscos foi realizada de acordo com a ponderação feita entre o grau de **Probabilidade de Ocorrência (PO)** e da **Gravidade da Consequência (GC)**, determinando-se o respetivo **Grau de Risco (GR)** Baixo (1), Médio (2) ou Alto (3).

## 9.2. Identificação de novos riscos e novas medidas

Para o Plano de 2022 foram identificados novos riscos e medidas para as áreas do Urbanismo e do Património Municipal, que se apresentam nos quadros seguintes.

URBANISMO										
Principais Atividades	UO Proponente	Riscos Identificados		Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização
					PO	GC	GR			
Licenciamento - Gestão de Processos	DMU	U5.1	Falta de segurança no e-doc (Urbanismo digital)	Criação de equipa dedicada (EPIOU)	3	3	3	Levantamento de erros/bugs. Melhoria na comunicação / articulação com os serviços para atualização do registo de situações/problemas a resolver	DMU/EPIOU	2022

PATRIMÓNIO										
Principais Atividades	UO Proponente	Riscos Identificados		Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização
					PO	GC	GR			
Revisão da regulamentação municipal no âmbito do património	DMGP	P3.1	Desconformidade da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais com o Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lisboa (RPIML)	Monitorização continuada da aplicação do RPIML	3	3	3	Elaboração de proposta de revisão da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais, com vista a assegurar a sua plena conformidade com o RPIML, na parte relativa às atividades económicas e aos rendimentos de propriedade	DMGP (DAP/DEAI) / DMF	2022
Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DMGP	P10.1	Dispersão da informação relativa aos ativos imobiliários, por várias aplicações informáticas, com prejuízo para a gestão patrimonial	Carregamento continuado de dados nas diversas aplicações existentes	3	3	2	Criação ou aquisição de um sistema de gestão do património imobiliário, agregador de toda a informação relativa aos ativos	DMGP/DSI	2022/2023

Gestão Patrimonial	DMGP	P10.2	Inconsequente incumprimento ou deficiente cumprimento de obrigações contratuais emergentes da utilização por terceiros, a qualquer título, de ativos imobiliários municipais.	Realização de ações de fiscalização preventiva e sistemática	2	2	2	Reforço das ações de fiscalização do (in)cumprimento das obrigações contratuais emergentes da utilização por terceiros, a qualquer título, de ativos imobiliários municipais	DMGP (DAP/DGC)	2022/2023
Alienações/Aquisições/Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DMGP	P26.1	Não exercício do direito de preferência legal ou sindicância de tal exercício com fundamento na preterição de formalidades essenciais	Atualização sistemática do Portal	2	2	2	Mapeamento exaustivo das diferentes fontes do exercício do direito legal de preferência que assiste ao Município de Lisboa e dos respetivos fluxos procedimentais.	DMGP	2022

Não foram validadas três propostas de novos riscos da DMU<sup>17</sup> e uma da DMGP<sup>18</sup> por implicar uma alteração à estrutura orgânica e depender de uma decisão política.

### 9.3. Identificação de novos Responsáveis

Para efeitos de futuras monitorizações e tendo em atenção o âmbito das funções e competências atribuídas no contexto da atividade municipal, serão incluídas no Plano como novos responsáveis as seguintes Equipas de Projeto:

- Equipa de Projeto para a Inovação Organizacional do Urbanismo;
- Equipa de Projeto do Plano de Investimento e Financiamento do Município Lisboa 21@30;
- Equipa de Projeto para a Qualidade Alimentação Escolar;
- Equipa de Projeto do Plano Municipal de Pessoas Sem Abrigo;
- Equipa de Projeto RESIST;
- Equipa Lisboa / Europa 2030.

<sup>17</sup> A **DMU** propôs três riscos para a atividade relativa ao alojamento local cuja medida associada era: “Transformação do grupo de trabalho em divisão autónoma, sendo assumido na Estrutura Orgânica da CML, com reforço de recursos técnicos”.

<sup>18</sup> A **DMGP** propôs um risco para a atividade transversal – RGPD cuja medida associada era: “Criação de uma UO especificamente vocacionada para garantir o regular cumprimento do RGPD, pelas demais UO, eventualmente no âmbito da Estratégia para a Transparência e Combate à Corrupção na Câmara Municipal de Lisboa”.

## 10. Anexos

**Anexo I:** Monitorização Global das medidas propostas para 2021 e 2021/2022, a fls. 31 a 47

**Anexo II:** Plano de Prevenção atualizado para 2022, a fls. 48 a 68

# **ANEXO I**

MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS  
MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E  
2021/2022





Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																										
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGD	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DD5	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP		
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	GVPSD DMM	T13	Reduzido controle e acompanhamento na recepção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação	2	2	2	Criação de um canal denúncias centralizado	DGQA	2021																											
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	GVPSD DMM	T13	Reduzido controle e acompanhamento na recepção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação	2	2	2	Criação de mecanismos de controle e acompanhamento de denúncias, queixas e participações	DGQA DMRH	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	DMRH	T14	Violação dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	1	3	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2021																											
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	GVPSD	T15	Inexistência de um procedimento uniformizado para resolução de litígios e detecção precoce de erros e desvios	2	2	2	Adotar manuais de procedimentos e implementar mecanismos para a resolução de conflitos.	Todas as UO's	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DAFD	T16	Inexistência de regras claras na atuação do município, que assegurem níveis de discricionariedade adequados com base em critérios apoiados na lei para situações idênticas	1	2	1	Manutenção do Controle existente	Todas as UO's	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DAFD	T16	Inexistência de regras claras na atuação do município, que assegurem níveis de discricionariedade adequados com base em critérios apoiados na lei para situações idênticas	1	2	1	Reduzir a utilização de conceitos vagos e indeterminados e sempre que possível densificar os critérios de atuação	Todas as UO's	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DE DMU	T17	Diversidade de regulamentos municipais desatualizados face à realidade da atividade municipal	2	2	2	Retomar o Programa "Regulamentar Melhor", com vista à manutenção, revisão ou revogação dos regulamentos municipais em vigor e respetiva formalização	DGQA Todas as UO's	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	GVPSD	T18	Deteção precoce de erros e desvios na aplicação das normas regulamentares	2	2	2	Retomar o Programa "Regulamentar Melhor", com vista à manutenção, revisão ou revogação dos regulamentos municipais em vigor e respetiva formalização	DGQA Todas as UO's	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DE	T19	Dificuldade de acesso a informação atual e sistematizada sobre os regulamentos em vigor	2	2	2	Melhorar a acessibilidade, organização e atualização permanente da informação no site da CML e INTRANET	DMCom Todas as UO's	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DMRH	T20	Inexistência de informação ou divulgação subsequente à publicação e alteração regulamentar	2	2	2	Promover esclarecimentos e divulgação destas matérias, mediante mecanismos de Comunicação Interna	Todas as UO's	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DMRH	T21	Desconhecimento por parte dos funcionários no que respeita ao enquadramento legal na área das suas funções, e sua atualização	1	2	1	Manutenção do controle existente	DMRH	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU DMRH	T22	Fragilidade da comunicação interna	2	2	2	Promover sinergias entre o DMCom e as demais UO da CML	DMCom Todas as UO's	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU DMRH	T22	Fragilidade da comunicação interna	2	2	2	Comunicar orientações aos Serviços para uniformização de regras de Comunicação Interna	DMCom	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMAEVE	T22	Fragilidade da comunicação interna	2	2	2	Criação de um núcleo de comunicação interna de cada UO	DMCom Todas as UO's	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	GVPSD DGQA	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controle e gestão da informação	2	2	2	Uniformização de procedimentos para a recolha e desmaterialização de toda a documentação de suporte	Todas as UO's SG/DAOSM	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	GVPSD DGQA	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controle e gestão da informação	2	2	2	Criação de um portal para desmaterialização das sessões de câmara	DSI SG/DAOSM	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	GVPSD DMAEVE DGQA	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controle e gestão da informação	2	2	2	Implementação de um sistema de gestão documental comum na CML	DSI Todas as UO's	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU SG DMRH DE	T24	Utilização e divulgação indevidas de informação privilegiada para benefício próprio ou de terceiros	2	3	3	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU SG DMRH DE	T24	Utilização e divulgação indevidas de informação privilegiada para benefício próprio ou de terceiros	2	3	3	Desenvolvimento de ações de formação e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção	DMRH	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DGQA	T25	Conhecimento e divulgação insuficientes da atividade municipal quanto a indicadores estatísticos	2	2	2	Análise e publicação de dados estatísticos nas diferentes áreas de negócios	Todas as UO's	2021																											
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DGQA	T25	Conhecimento e divulgação insuficientes da atividade municipal quanto a indicadores estatísticos	2	2	2	Implementação de analítica de dados (catálogo de dados para agregação, processamento e exploração da informação disponível)	CGIUL Todas as UO's	2021/2022																											
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T26	Falta de uniformização das soluções, nas unidades orgânicas, relativas ao tratamento de dados pessoais (Ex.: falta de uniformização das situações em que o fundamento de licitude do tratamento é o consentimento, quanto ao prazo de conservação, etc.) Complementa e específica, para a matéria de proteção de dados, o risco "Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza"	1	3	2	Monitorizar o programa de proteção de dados pessoais da CML	EPPDP	2021																											
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T26	Falta de uniformização das soluções, nas unidades orgânicas, relativas ao tratamento de dados pessoais (Ex.: falta de uniformização das situações em que o fundamento de licitude do tratamento é o consentimento, quanto ao prazo de conservação, etc.) Complementa e específica, para a matéria de proteção de dados, o risco "Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza"	1	3	2	Assegurar o preenchimento de todas as atividades que recorrem a dados pessoais através da plataforma MyData Manager	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2021																											
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T27	Falta de prova de cumprimento do RGPD (Compete ao responsável pelo tratamento provar que cumpre o RGPD, nomeadamente perante a autoridade de controlo, podendo estar em causa responsabilidade contraordenacional)	1	3	2	Elaborar o dossier de conformidade e mantê-lo atualizado	EPPDP DSI/DVPE	2021																											
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T27	Falta de prova de cumprimento do RGPD (Compete ao responsável pelo tratamento provar que cumpre o RGPD, nomeadamente perante a autoridade de controlo, podendo estar em causa responsabilidade contraordenacional)	1	3	2	Realizar e documentar as avaliações de impacto sobre a proteção de dados nas situações em que o tratamento for suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2021																											
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	DAFD	T28	Subversão e utilização indevida por parte de terceiros de dados pessoais e/ou dados sensíveis. Não destruição no prazo estipulado dos dados pessoais e/ou sensíveis recolhidos	2	2	2	Ações de formação junto de todos os trabalhadores da CML	DMRH/DFP	2021																											



Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																													
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGD	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHL	DD5	DMAEVC	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP					
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM DGQA	CP1 - Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	2	2	2	No âmbito de cada orgânica e num prazo adequado, devem os serviços identificar quais as necessidades aquisitivas (ex: criação de templates para inserção das necessidades recorrentes / anuais / previsíveis).	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM DGQA	CP1 - Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	2	2	2	Após análise da tipologia dos bens/serviços a adquirir, verificar a viabilidade da contratação através de acordos quadro em vigor	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	RSB	CP1 - Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	2	2	2	Preparar e delinear o objeto, a expressão, o sentido e o alcance do procedimento adequado à formação do contrato através da consulta preliminar de mercado, sempre que se verificar ser necessário	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021/2022																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DGQA	CP1 - Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	2	2	2	Assegurar, sempre que possível, o cumprimento do artº 279A, do CCP (Consulta Prévia)	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021/2022																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSO	CP2 Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Implementar um sistema de lembrete / controlo de execução das medidas adotadas	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021/2022																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSO	CP2 Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Implementar um sistema estruturado de avaliação das necessidades, incluindo instruções / procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021/2022																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSO DGQA	CP2 Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Assegurar a avaliação de fornecedores por categoria de bens ou serviços, periodicamente atualizados, a fim de permitir um melhor conhecimento do mercado	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSO	CP2 Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Parametrizar as bases ACCP e SAP-FL, de forma a criar automatismos que promovam uma resposta automática, imediata e amigável	DMF DGQA DSI	2021/2022																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DMMC	CP3 Falta de planeamento podendo conduzir à adoção de ajuste direto por critérios de urgência ou estado de necessidade	2	2	2	Assegurar o levantamento do estado de conservação do edifício e infraestruturas e o planeamento atempado das intervenções	UCT DMMC EPPGD	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT DGQA	CP5 Em procedimentos por ajuste direto simplificado a escolha da entidade a convidar recai sobre entidades com dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social	2	1	1	Antecedendo a proposta de adjudicação e sempre que o valor total da contratação exceda 5.000,00, deve ser solicitada à entidade a convidar que comprove ter a situação tributária e contributiva regularizada	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT DGQA	CP6 Em procedimentos por consulta prévia a escolha das entidades a convidar recai sobre entidades em cuja estrutura societária constam os mesmos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência	2	3	3	Antecedendo a elaboração da proposta de decisão de contratar, deve ser solicitada às entidades a convidar, cópia da certidão germente do registo comercial ou do respetivo código de acesso, para aferir a identidade dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT	CP7 Em procedimentos por ajuste direto e consulta prévia a definição das autorizações do alvará de empreiteiro de obras públicas detidas pelas entidades a convidar, não correspondam às autorizações necessárias para a execução da obra	2	1	1	As autorizações necessárias à execução da obra deverão ser definidas e validadas por funcionários/chefes distritos, antecedendo a abertura do procedimento	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT DGQA	CP8 Em procedimentos por ajuste direto e consulta prévia a escolha das entidades a convidar recai sobre empresas sem alvará de empreiteiro de obras públicas com as autorizações necessárias e devidas para a execução da obra	1	3	2	As autorizações nos alvarás de empreiteiro de obras públicas detidas pelos empreiteiros a convidar, necessárias à execução da obra, deverão ser aferidas e confirmadas por funcionários/chefes distritos, antecedendo a abertura do procedimento	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM	CP9 Não verificação do cumprimento das normas fixadas no Orçamento de Estado em vigor referente a procedimentos de aquisição de serviços	1	3	2	Observância do Regulamento do Orçamento em vigor	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM GVPSO	CP10 Incumprimento dos Princípios da Contratação Pública (concorrência, transparência, respeito pelas regras no acesso, igualdade...)	2	3	3	Nos ajustes diretos e consultas prévias a tramitação do procedimento deverá ser realizada preferencialmente através da plataforma eletrónica de contratação pública	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF DGQA	CP11 Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Garantir um planeamento em tempo útil das necessidades e avaliação criteriosa dos procedimentos necessários por forma a reduzir a possibilidade de risco de fracionamento de despesa	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																															

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																											
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVCE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPFDP			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP11 Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Check List de Verificação de Procedimento de Contratação Pública	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF DGQA	CP11 Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Atualização e divulgação da ficha e do guião na Intranet	DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP11 Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Fazer um levantamento das necessidades para o ano em causa e eventuais anos futuros	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP11 Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DAFD DMRH DMF	CP12 Situações de "captura" pelo mesmo leque de fornecedores motivada pela dificuldade em conhecer os montantes adjudicados a cada empresa	1	3	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DGQA DMF	CP13 - Adaptação de critérios de adjudicação a determinados contratos prestados por certas empresas - Carácter discricionário dos modelos de avaliação das propostas, com fatores não qualificáveis nem comparáveis ou inadequados à aquisição	1	1	1	Assegurar que todos os fatores que densificam o critério de adjudicação sejam ligados ao objeto do contrato	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021/2022																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DGQA	CP14 Possibilidade de concertação entre empresas com o objetivo de eliminar ou limitar a concorrência (conluio)	2	3	3	Divulgação das orientações da Autoridade da Concorrência	DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DGQA	CP14 Possibilidade de concertação entre empresas com o objetivo de eliminar ou limitar a concorrência (conluio)	2	3	3	Aplicação de check lists de deteção de eventuais indícios	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	UCT	CP15 Não comunicação a todos os concorrentes das consultas informais realizadas antes da abertura do procedimento	2	3	3	Assegurar o cumprimento do artº 35ºA, nº 4, do CCP	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16 A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16 A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Revisão da NCI	DMF DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16 A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16 A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DE	CP17 Dificuldade de enquadramento da despesa na rubrica económica correspondente	2	2	2	Uniformização de critérios pela DMF com esclarecimentos escritos e divulgados a todas as unidades orgânicas	DMF	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DGQA	CP18 Constringimentos decorrentes da manutenção da intenção/registo na aplicação ACCP após o decurso dos prazos estabelecidos (60 dias para cabimento e 120 dias para adjudicação)	2	2	2	Reavaliação do sistema de alertas, equacionar a possibilidade de automatizar a eliminação dos registos após o decurso dos prazos estabelecidos	DGQA	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19 Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	2	2	2	Alargar o âmbito da declaração de conflito de interesses a todos os intervenientes na fase de formação e de execução do contrato	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19 Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	2	2	2	Garantir o cumprimento da obrigação de fazer declarações de interesses privados dos trabalhadores e obter a sua renovação periódica	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19 Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	2	2	2	Nas fases de preparação e gestão, criação de equipas por cada categoria de bens e serviços, com participação do DA e do SP, que preparem os pressupostos dos contratos e validem os resultados da execução	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19 Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	2	2	2	Segregação entre as equipas que prepararam e as que validam	Todas as UD's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																													
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19 Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	2	2	2	Promover a formação específica orientada por técnicos ou formadores de outras entidades públicas, que conheçam e utilizem a prática nesta matéria, na perspetiva da entidade pública adjudicatária	DMRH/DOP	2021																													

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																																		
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVCE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP										
																																				DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU GVM5	CP20	Subjetividade na interpretação da legislação aplicável	2	3	3	Uniformização da interpretação e da aplicação dos diplomas legislativos através da adoção de templates e/ou emissão de pareceres jurídicos a difundir internamente	DGQA DMF SG/DI	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos e adoção de "informalidades" administrativas	2	2	2	Manter e aplicar instruções / procedimentos com todas as fases do concurso/consulta e seus possíveis incidentes	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos e adoção de "informalidades" administrativas	2	2	2	Continuar a promover o esclarecimento desta temática e das normas com ela relacionadas, junto de todos os técnicos da CMC que trabalhem esta matéria, mediante mecanismos de comunicação interna	DMF DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos e adoção de "informalidades" administrativas	2	2	2	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos e adoção de "informalidades" administrativas	2	2	2	Continuar a promover a formação específica orientada por técnicos ou formadores de outras entidades públicas, que conheçam e utilizem a prática nesta matéria, na perspectiva da entidade pública adjudicatária	DMRH/DDF	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos e adoção de "informalidades" administrativas	2	2	2	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos e adoção de "informalidades" administrativas	2	2	2	Emitir instruções claras e homogêneas, divulgadas pelas unidades orgânicas, que deverão ser revistas sempre que ocorram alterações legais	DGQA DMF	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos e adoção de "informalidades" administrativas	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficientes mecanismos de controlo e avaliação em cada UO, destinados a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Controlo e avaliação dos procedimentos de contratação adotados em cada UO	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Publicitar as recomendações emitidas pelo DGQA no âmbito das auditorias realizadas	DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respetivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respetivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respetivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respetivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Elaboração e divulgação de checklist com implementação de formulário de conformidade, pela DMF/DC	DMF	2021																																			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respetivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2021																																			



Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																										
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVC	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DMMC DAFD DMRH DMU DMF/DA DMEI DSI GVPSD DGQA	CP37 - Deficiente controle e avaliação da execução contrato; - inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho dos fornecedores e empreiteiros;	3	3	3	Criação de uma base de dados que inclua a avaliação de desempenho técnico, temporal e financeiro dos fornecedores e empreiteiros, quer pela experiência, quer pelo controle de garantia de boa execução do contrato	DMF/DA DMMC DSI	2021/2022																												
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DGQA	CP37 - Deficiente controle e avaliação da execução contrato; - inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho dos fornecedores e empreiteiros;	3	3	3	Criação de um modelo tipo onde conste os critérios de avaliação de desempenho técnico, temporal e financeiro dos fornecedores e empreiteiros, quer pela experiência, quer pelo controle de garantia de boa execução do contrato	DGQA	2021/2022																												
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DMMC DAFD DMRH DMU DMF/DA DMEI DSI GVPSD DGQA	CP37 - Deficiente controle e avaliação da execução contrato; - inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho dos fornecedores e empreiteiros;	3	3	3	Preenchimento no sistema de avaliação de fornecedores dos respetivos dados	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022	NA2	NA2		RT	NA2	NA2	RH	RH	NA2	OM4	RH		OM4		NA2	NA2	NA3	NA1	OM1	NA2	OM4	OM1	NA2					
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	RSB	CP38 Libertação da garantia bancária ou da retenção sem que o contrato esteja devidamente executado	1	2	1	Continuar a acompanhar minuciosamente todos os prazos, para que os procedimentos fiquem concluídos em tempo útil e os fornecedores tenham os valores retidos, devolvidos também no mais curto espaço de tempo	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																												
CONTRATAÇÃO PÚBLICA (COVID-19)	Regime excepcional e temporário de contratação pública previsto na lei para resposta à epidemia da doença do COVID-19	DGQA	Covid1 Uso abusivo ou não devidamente fundamentado dos regimes excecionais e temporários de contratação pública previstos na lei para resposta à epidemia da doença do COVID-19	2	2	2	Implementar um sistema estruturado e específico de avaliação das necessidades ligadas ao combate à pandemia Covid 19, com um reforço da necessidade de fundamentação acrescida da decisão de contratar na resposta à epidemia SARS-Cov-2	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021																												
CONTRATAÇÃO PÚBLICA (COVID-19)	Regime excepcional e temporário de contratação pública previsto na lei para resposta à epidemia da doença do COVID-19	DGQA	Covid2 Falta ou atraso na remessa e insuficiências ou deficiências na instrução dos formulários de comunicação dos contratos promovidos ao TdC, ao abrigo do regime excepcional e temporário de contratação pública de resposta à epidemia Covid 19, de valor igual ou superior a 750.000,00, reduzidos a escrito ou não.	2	2	2	Criação/manutenção e monitorização de um sistema de controlo interno, promovido por cada UO, que garanta a verificação do envio dos contratos ao TdC e arquivo do correspondente comprovativo no processo	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2021		NA1	NA3																									



Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																										
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVECE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP		
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança e Integridade da Informação	DGQA	SI1 Acesso a equipamentos e a sistemas de informação da CML para os quais o funcionário não tenha autorização ou indevido de credenciais ou partilha de credenciais	1	2	1	1	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança e Integridade da Informação	DGQA	SI1 Acesso a equipamentos e a sistemas de informação da CML para os quais o funcionário não tenha autorização ou indevido de credenciais ou partilha de credenciais	1	2	1	1	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança e Integridade da Informação	DGQA	SI2 Utilização não responsável do email	2	2	2	2	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Gestão e Modernização de Equipamentos	DGQA	SI3 Equipamentos informáticos obsoletos, pouco seguros e incompatíveis com a evolução dos sistemas de informação	1	2	1	1	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Gestão e Modernização de Equipamentos	DGQA	SI4 Não reporte ao DSI de Perdas/furtos/abate de equipamentos informáticos devido a uma deficiente gestão do inventário	1	2	1	1	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Gestão e Modernização de Equipamentos	DGQA	SI4 Não reporte ao DSI de Perdas/furtos/abate de equipamentos informáticos devido a uma deficiente gestão do inventário	1	2	1	1	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Utilização de Software	DGQA	SI5 Instalação de software ilegal por parte de funcionários da CML, incluindo cópias não autorizadas	2	2	2	2	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Utilização de Hardware	DGQA	SI6 Instalação e utilização de hardware não autorizado	2	2	2	2	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Integridade da Informação	DGQA	SI7 Risco de interrupção de serviço contínuo e consequente perda de informação.	2	2	2	2	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança em Teletrabalho	DGQA	SI8 Vulnerabilidade da segurança dos sistemas em contexto de teletrabalho	2	3	3	3	2021																													
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança em Teletrabalho	DGQA	SI9 Definição de regras pouco claras sobre a utilização de equipamentos pessoais no contexto laboral	2	3	3	3	2021																													

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																											
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGD	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DD5	DMAEVC	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP			
GESTÃO FINANCEIRA	Alterações e revisões orçamentais	DMF/DOCG DACHN	GF1	Submissão a deliberação do órgão executivo de Propostas em desconformidade com os requisitos financeiros (legais e/ou regulamentares).	2	2	2	Não agendamento de propostas desconformes com os requisitos legais ou regulamentares	Todas as UO's com iniciativa de despesa DACHN DMF/DOCG	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Depósitos e transferências	DMF/DT DMF/DRF	GF2	Divulgação externa do IBAN por parte dos serviços emissores de receita sem existência/comunicação à entidade das liquidações.	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Depósitos e transferências	DMF/DT DMF/DRF	GF2	Divulgação externa do IBAN por parte dos serviços emissores de receita sem existência/comunicação à entidade das liquidações.	3	2	3	Elaboração de circular DMF/DT - tipos de receita/IBAN's e reforço comunicação dos procedimentos da NCI	DMF/DRF e DT	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Conferência de documentação	DMF/DT DMF/DRF	GF3	Existência de valores depositados que ficam por cobrar/reembolsar ou que exigem carga adicional para a tesouraria (identificação da receita) - GESTURBE: processo unitário no descritivo de transferência sem correspondente liquidação aberta (e.g. indeferimentos); não há comunicação à DMF/DT	1	2	1	Necessidade de comunicação ao DRF/DT - listagem periódica - e/ou atualização da informação em GESTURBE	DMU	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Conferência de documentação	DMF/DT DMF/DRF	GF4	Existência de valores depositados que ficam por cobrar/reembolsar ou que exigem carga adicional para a tesouraria (identificação da receita) - GESTURBE: processo unitário disponível para liquidação/cobrança mas é retardo ao fim de 30 dias, sem correspondente comunicação com a DMF/DT.	3	2	3	Necessidade de comunicação ao DRF/DT - listagem periódica - e/ou atualização da informação em GESTURBE	DMU	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Arrecadação de receita/Depósitos dos postos de cobrança	DMF/DT DMF/DRF	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à entrega dos valores arrecadados e respetiva periodicidade. Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento	DMF/DRF e DT DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Arrecadação de receita/Depósitos dos postos de cobrança	DMF/DT DMF/DRF	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DT - reforço comunicação dos procedimentos da NCI	DMF/DRF e DT	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Arrecadação de receita/Depósitos dos postos de cobrança	DMF/DT DMF/DRF	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	2	2	2	Auditoria aos postos de cobrança que não cumprem o prazo estipulado para entrega de receita, após a devida comunicação da DMF/DT ou DMF/DRF	DMF/DRF e DT DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DRF	GF6	Deficiente cruzamento entre os sistemas periféricos dos postos de cobrança manuais e o SAP, originando demora ou falta de liquidação e cobrança da receita - transferências e depósitos não identificados	3	2	3	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF/DRF DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DRF DSI	GF7	Inexistência de liquidação para montantes depositados em contas bancárias do ML.	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DRF DSI	GF7	Inexistência de liquidação para montantes depositados em contas bancárias do ML.	3	2	3	Generalização da emissão de receita com referência Multibanco	UO's que geram receita DMF/DRF e DT DSI	2021		NA1	RT OM3					OM3									NA1	NA1							NA1			
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DRF	GF8	Transferências feitas sem identificação da liquidação/fatura gerando dificuldade em identificar a natureza da receita em causa, com carga adicional para a tesouraria e tempo significativo para a identificação, a liquidação e a cobrança.	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação dos procedimentos de receita com os diferentes postos de cobrança	DMF/DRF	GF9	Deficiência ao nível da inventariação das isenções concedidas	2	1	2	Implementar uma aplicação informática que permita conhecer e registar todas as isenções concedidas	UO's que geram receita DMF/DRF	2021/2022		NA1	RT OM3				NA1								NA1	NA1	NA1				NA1	NA1	NA2	NA1	NA2	NA1		
GESTÃO FINANCEIRA	Processo de anulação de receita	DMF/DRF DSI	GF10	Anulação de receita por cobrar sem fundamento legal para o efeito	1	1	1	Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	UO's que geram receita DMF/DRF	2021		NA1													NA1	NA1	NA1				NA1							
GESTÃO FINANCEIRA	Processo de anulação de receita	DMF/DRF DSI	GF10	Anulação de receita por cobrar sem fundamento legal para o efeito	1	1	1	Aplicação informática para desmaterialização do pedido de anulação (e-doc)	UO's que geram receita DMF/DRF	2021/2022		NA1	RT OM3					RT OM4	NA1						NA1	NA1	NA1				NA1	NA1	OM3	NA1	OM4	NA2	NA2	NA1
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à Receita; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF - regras de apuramento, liquidação e notificação com vista ao cumprimento estrito das normas legais aplicáveis	DMF/DRF	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF DGQA	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	2	2	2	Assegurar a conectividade entre aplicações utilizadas pelos vários serviços da CML e o Sistema SAP	DMF/DRF DSI	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF12	Possibilidade de perda de receita por incorreta instrução dos processos de notificação aos contribuintes por parte das diferentes UO	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à Receita; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF12	Possibilidade de perda de receita por incorreta instrução dos processos de notificação aos contribuintes por parte das diferentes UO	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF - regras de apuramento, liquidação e notificação com vista ao cumprimento estrito das normas legais aplicáveis	DMF/DRF	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Planeamento e monitorização dos fundos disponíveis na ótica da tesouraria	DMF/DRF	GF13	Perda de receita - faturas por liquidar/pagar sem envio para cobrança coerciva e com prazo legal de caducidade e prescrição próximo	2	2	2	Implementação de alarmística da receita com rotina periódica de comunicação aos serviços e ação sequente	UO's que geram receita DMF/DRF SG/DI	2021		NA1																	NA1	NA1						NA1		
GESTÃO FINANCEIRA	Planeamento e monitorização dos fundos disponíveis na ótica da tesouraria	DMF/DRF	GF13	Perda de receita - faturas por liquidar/pagar sem envio para cobrança coerciva e com prazo legal de caducidade e prescrição próximo	2	2	2	Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	UO's que geram receita DMF/DRF	2021		NA1																	NA1	NA1						NA1		
GESTÃO FINANCEIRA	Liquidar taxas, preços e outras receitas municipais	PM	GF14	Falta de arrecadação da receita liquidada	2	2	2	Assegurar o controlo efetivo em tempo útil para a arrecadação das receitas municipais	Todas as UO's que geram receita	2021		NA1															NA1	NA1						NA1	NA1			
GESTÃO FINANCEIRA	Liquidar taxas, preços e outras receitas municipais	PM	GF15	Desaparecimento de valores à guarda do Posto de Cobrança	1	2	1	Assegurar o envio da documentação para a DMF/DRF no dia útil seguinte à arrecadação da receita	Todas as UO's com postos de cobrança	2021																										NA1		
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idóneas prestadas	DMF/DRF	GF16	Insuficiente controlo relativo às garantias idóneas prestadas ao nível da receita / despesa	2	2	2	Revisão da NCI relativamente a garantias e cauções; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DMF/DC DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idóneas prestadas	DMF/DRF	GF16	Insuficiente controlo relativo às garantias idóneas prestadas ao nível da receita / despesa	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF e DMF/DC - prazos, comunicações periódicas, libertação]	DMF/DRF DMF/DC	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idóneas prestadas	DMF/DC	GF17	Encargos financeiros para o ML resultante de libertação tardia de garantias por falta de informação dos serviços responsáveis pela contratação	2	2	2	Revisão da NCI relativamente a garantias e cauções; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DMF/DC DGQA	2021																												

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																											
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGD	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DD5	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP			
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idóneas prestadas	DMF/DC	GF17	Encargos financeiros para o ML resultante de libertação tardia de garantias por falta de informação dos serviços responsáveis pela contratação	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DMF e DMF/DC - prazos, comunicações periódicas, libertação)	DMF/DMF DMF/DC	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação com os Núcleos de Contabilidade em matéria de normalização de registos nas áreas financeira e orçamental	DAFD	GF18	Realização e pagamento de despesa sem suporte contratual ou antes de ter sido devidamente autorizada, bem como após decisão de recusa de visto pelo Tribunal de Contas.	1	3	2	Acautelar as devidas autorizações para a despesa, previamente ao início da execução do contrato	Todas as UO's com iniciativa de despesa	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação com os Núcleos de Contabilidade em matéria de normalização de registos nas áreas financeira e orçamental	DAFD	GF19	Não é garantida a segregação de funções - são atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções	2	2	2	Garantir a rotatividade dos recursos humanos com vista à operacionalização efetiva de segregação de funções	Todas as UO's com iniciativa de despesa	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação com os Núcleos de Contabilidade em matéria de normalização de registos nas áreas financeira e orçamental	DE	GF21	Atrasos no registo de faturas	2	1	1	Implementação de faturação eletrónica	DMF/DC	2021/2022																												
GESTÃO FINANCEIRA	Registos contabilísticos em conformidade com o normativo vigente	DMF	GF22	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	1	3	2	Não autorização de despesa sem verificação pelo responsável do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis	Todas as UO's com iniciativa de despesa DMF/DC	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Registos contabilísticos em conformidade com o normativo vigente	DMF	GF22	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	1	3	2	Ações de sensibilização a todos os trabalhadores envolvidos no processo	Todas as UO's com iniciativa de despesa DMF/DC	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Processamento dos encargos associados ao serviço da dívida	DMF/DMF	GF23	Fraca segregação de funções no âmbito da gestão do serviço da dívida (gestão orçamental e registos contabilísticos)	1	2	2	Promoção da rotatividade dos técnicos na realização de procedimentos (processamento de encargos)	DMF/DMF	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Monitorização e controlo da dívida legal	DMF/DMF DMF/DC	GF24	Risco de ultrapassar o limite legal da dívida (anual) ou os limites fixados para a gestão do ano	2	3	3	Sensibilização de orgânicas chave para a matéria do endividamento	Todas as UO's DSI e DMRH - DT DMF/DMF	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Fundo de Manéio	DMF/DC	GF25	Desvio de valores	1	3	2	Devolução de liquidações ao titular do fundo, quando não se verificarem os pressupostos legais exigidos	UO's Titulares de FM DMF/DC	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Elaboração anual estimativas de armazen / necessidades dos serviços	DGQA	GF26	Não cumprimento do princípio de economia, eficiência e eficácia.	2	2	2	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazém, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	UO's com armazém DSI	2021/2022																												
GESTÃO FINANCEIRA	Criação e extinção de armazéns	DGQA	GF27	Falta de controlo de bens inventariáveis e respetiva repercussão contabilística por ausência de critérios objetivos na definição de armazém Vs depósito	2	2	2	Estabelecer de forma clara e inequívoca critérios para criação de armazém e divulgação a todas as UO	DMF DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Criação e extinção de armazéns	DGQA	GF28	Risco de todas as criações/extinções de armazém não serem comunicadas à DMF e ao DGQA	2	2	2	Publicação na intranet da listagem dos armazéns existentes e afetos a cada serviço e responsáveis nomeados (Previsto na revisão da NCI)	DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Criação e extinção de armazéns	DGQA	GF29	Dificuldade de controlo dos armazéns dada a elevada dispersão geográfica sem que exista informação centralizada dos mesmos	2	2	2	Realização de auditorias aleatórias anualmente (Previsto na atual NCI)	DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF30	Ausência de programa informático uniformizado para todos os armazéns	3	2	3	Criação de um Template com vista à uniformização da recolha de informação	DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF30	Ausência de programa informático uniformizado para todos os armazéns	3	2	3	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazém, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	DSI UO's com armazém	2021/2022																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DMF	GF31	Desconhecimento do real valor das existências do município (alguns armazéns não fazem qualquer registo ou os que fazem não são quantificados e/ou valorizados)	2	2	2	Utilização dos critérios de contabilização em harmonia com o Plano de Contas e com as regras contabilísticas vigentes (custo médio ponderado, custo de reposição corrente ou justo valor)	UO's com armazém	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DMF/DC	GF32	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens existentes em armazém, podendo provocar uma sub/valorização de existências por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas	2	2	2	Verificações periódicas para comparar registos contabilísticos com inventário físico, por amostragem, à data da verificação	UO's com armazém DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF33	Risco de apropriação indevida de bens públicos - entradas e saídas e/ou abates de armazém sem suporte documental e/ou sem justificação	2	2	2	Verificações, sempre que se justifique, por auditores externos, pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	DMF DGQA UO's com armazém DGQA	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF33	Risco de apropriação indevida de bens públicos - entradas e saídas e/ou abates de armazém sem suporte documental e/ou sem justificação	2	2	2	O responsável de armazém deve dar conta das perdas ocorridas no armazém autorizando o seu reflexo no sistema informático, com reporte obrigatório desses movimentos, no prazo de 8 dias úteis, à DMF para verificação dos registos contabilísticos associados (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Definição pelo dirigente direto da orgânica de afetação do armazém de procedimentos que permitam o controlo de existências, nomeadamente, conferência de entradas e saídas, fichas de inventário que garantam o registo permanente no sistema informático	UO's com armazém	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazém, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	UO's com armazém DSI	2021/2022																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Política de gestão de stocks - manter em stock o mínimo necessário e encomendar apenas quando for necessário (compras centralizadas)	UO's com armazém	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Rotatividade das equipas que elaboram os inventários	UO's com armazém	2021																												
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DMF	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Proceder à correta etiquetagem nas prateleiras de armazenamento dos materiais de acordo com os termos / ID's definidos em SAP	UO's com armazém	2021/2022																												
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controlo e inventariação/imobilizado	DMF/DC	GF35	Falta de monitorização e consequente ausência de informação atualizada sobre obras / intervenções em património municipal por parte de entidades externas (Freguesias, empresas locais, concessões, etc.)	3	3	3	Generalização da aplicação informática SGRH às entidades que têm intervenções em património municipal	UCT UO's responsáveis pela gestão de contratos	2021/2022																												
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controlo e inventariação/imobilizado	DMF/DC	GF35	Falta de monitorização e consequente ausência de informação atualizada sobre obras / intervenções em património municipal por parte de entidades externas (Freguesias, empresas locais, concessões, etc.)	3	3	3	Utilização de anexos adequados nos contratos /requisitos municipais que gerem os contratos, protocolos e afins	UCT UO's responsáveis pela gestão de contratos	2021																												

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																													
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVC	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP					
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/Imobilizado	DMF/DC DMGP	GF36 Falta de informação interna (envio à DMF de autos de recepção provisórios para registro contábilístico, antes de o bem estar em uso pleno), com a conclusão da obra ou intervenção em patrimônio municipal, por parte de serviços do município, responsáveis pela mesma.	3	3	3	Desenho de uma aplicação que conjuga SGR, Divisão de Cadastro e DMF/DC, para acatela informação atempada dos autos de recepção provisória e conclusão das mesmas	DMF / DC DMGP SGR UO's envolvidas em obras	2021/2022				NA2																											
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/Imobilizado	DMGP	GF36 Falta de informação interna (envio à DMF de autos de recepção provisórios para registro contábilístico, antes de o bem estar em uso pleno), com a conclusão da obra ou intervenção em patrimônio municipal, por parte de serviços do município, responsáveis pela mesma.	3	3	3	Sensibilização e envolvimento das entidades promotoras da realização de obras ou intervenções em patrimônio municipal para utilização da aplicação Gestão de Imobilizado	DMGP UO's envolvidas em obras	2021/2022				NA1																											
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/Imobilizado	DMF/DC	GF37 Falta de monitorização de autos de abate de viaturas com guias de receta de hastas ou sucatas	3	3	3	Obrigatoriedade de comunicação por parte dos serviços que promovem a venda do bem móvel	DMF / DC UO's envolvidas na alienação de bens móveis	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/Imobilizado	DMF/DC	GF38 Falta de comunicação dos serviços resultante de decisões de hastas originando faturas emitidas por cobrar	3	3	3	Obrigatoriedade de comunicação por parte dos serviços que promovem a venda do bem móvel	DMF / DC UO's envolvidas na alienação de bens móveis	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39 Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	A necessidade de compra deve ter por base sempre um pedido do serviço com justificação expressa	Todas as UO's	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39 Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	A nomeação, alteração ou exoneração do responsável do armazém é comunicada ao DGQA, no prazo de 8 dias úteis (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39 Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	Revisão da NCI	DMF DGQA	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39 Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	O responsável do armazém não pode intervir no processo de aquisição dos bens armazenados (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39 Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	A entrega dos bens é efetuada no armazém, obrigatoriamente, distinto do local de realização das compras (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Imobilizado	DMF/DC	GF41 Dificuldade no registo de cadastro municipal de bens móveis e correspondente alocação pelas respetivas unidades orgânicas a quem são atribuídos	3	3	3	Aplicação do novo sistema SAP, resultante da adaptação de regras do SNC-AP	DMF/DC	2021																															
GESTÃO FINANCEIRA	Monitorização de empresas do sector empresarial local	DMF/DC	GF46 Envio de informação financeira anual relativa a empresas locais e participadas fora do prazo estipulado, que não permita reporte atempado à DGAL (até 30/05)	2	2	2	Monitorização do Sistema de Acompanhamento e Controlo das Empresas Locais (SIAC)	DMF DGQA	2021																															

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																											
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP			
RECURSOS HUMANOS	Procedimento Disciplinar	DMRH	RH1	Desvios aos atos incluídos no âmbito do procedimento disciplinar interno e na aplicação das sanções correspondentes	1	3	2	Avaliação e acompanhamento pelos núcleos da DMRH dos procedimentos disciplinares	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH2	Processamento indevido de vencimentos e/ou outras remunerações, subsídios ou vantagens patrimoniais decorrentes de situações jus-laborais dos trabalhadores	1	3	2	Capacitar a função RH para prestação de apoio direto nas UO e interlocução com a DMRH, mediante emissão de orientações e formação contínua	DMRH/DDF	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH3	Preenchimento incorreto das notas de ocorrência que contribuem para o cálculo do quantum remuneratório individual e para outras situações cadastrais permanentes	2	2	2	Implementar um sistema informático integrado que obrigue ao preenchimento estandarizado dos elementos em causa e, sempre que possível, à sua automatização, que, cruzado com os dados obtidos pelos mecanismos/equipamentos de controlo de assiduidade, permita a confirmação imediata dos elementos inscritos (v.g. presenças ao serviço)	DMRH	2021/2022																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH4	Emissão incorreta de certidões referentes à carreira profissional do trabalhador, visando a obtenção de vantagens não devidas	1	2	1	Implementar um sistema informático, suportado em informação cadastrada verificada e validada, sujeita a confirmação casuística pela hierarquia	DMRH	2021/2023																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH GVPSD	RH5	- Atribuição indevida de vantagens jus-laborais e/ou resultantes da análise efetuada para efeitos da autorização de licenças, abonos, subsídios, horários, e outros estatutos laborais específicos - Atribuição de eventuais prémios por desempenho (SIADAP)	1	3	2	Implementar um sistema informático, suportado em informação cadastrada verificada e validada, sujeita a confirmação casuística pela hierarquia	DMRH	2021/2024																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH GVPSD	RH5	- Atribuição indevida de vantagens jus-laborais e/ou resultantes da análise efetuada para efeitos da autorização de licenças, abonos, subsídios, horários, e outros estatutos laborais específicos - Atribuição de eventuais prémios por desempenho (SIADAP)	1	3	2	Densificar os critérios de atribuição de prémios de desempenho (SIADAP)	DMRH DMF	2021/2022																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH6	Inclusão ou omissão cadastral voluntária de documentação e factualidade relevante para o processo individual dos trabalhadores	1	2	1	Implementar um sistema informático, compreendendo a importação histórica e o registo futuro de todos os elementos relevantes, com a possibilidade de auditar a criação, alteração e eliminação dos registos	DMRH	2021/2022																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH7	Acumulação de funções públicas e privadas geradoras de conflito de interesses	2	3	3	Implementação de Gestão por Processos Verificar e atualizar anualmente as acumulações de funções solicitadas e defendidas	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH8	Análise deficiente ou incompleta de pedidos de acumulação de funções, não permitindo um afastamento perentório de situações inconclusivas quanto à sua viabilidade.	1	2	1	Manutenção do Controlo existente	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH9	Utilização excessiva do recurso ao trabalho suplementar como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços ou para compensar indevidamente o exercício de determinadas funções	3	3	3	Planificar o recrutamento de RH de acordo com as necessidades efetivas e permanentes manifestadas pelos serviços Fornecer a cada UO o mapa mensal dos gastos com trabalho suplementar e em dia de descanso semanal, para efetivo controlo do serviço efetivamente prestado dentro dos limites previamente aprovados	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Rever os processos desenhados no âmbito da Gestão por Processos, na ótica do cumprimento do RGPD	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Definir orientações para reestruturação dos processos individuais dos/as trabalhadores/as, na ótica do cumprimento do RGPD	DMRH	2021/2022																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Minimizar a recolha de dados pessoais nos formulários disponibilizados como facilitadores para a apresentação de pedidos/comunicação de gozo de direitos pelos/as trabalhadores/as	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Eliminar bases de dados e documentação com informação duplicada ou desnecessária	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Garantir a limitação de acessos às pastas partilhadas, bases de dados e Portal RH, definindo, inclusive, perfis diferenciados	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Adminir RH	DMRH	RH11	Utilização das prestações de serviços como mecanismo para satisfação de necessidades permanentes do serviço	1	3	2	Planificar o recrutamento de RH de acordo com as necessidades efetivas e permanentes manifestadas pelos serviços	DMRH	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Junta Médica Municipal e Medicina do Trabalho	DMRH	RH15	Funcionamento deficiente da Junta Médica Municipal ou de qualquer outro ato médico que vise determinar as condições do trabalhador se apresentar ao serviço	1	2	1	Implementar um novo sistema informático orientado para o estrito cumprimento do RGPD	DMRH/DSHS	2º semestre 2021																												
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Verificação de Baixas Médicas por Doença	DMRH	RH16	Atribuição inadequada de baixas médicas e outros atos médicos	2	2	2	Efetivação dos pedidos de verificação domiciliar pela ADSE para os trabalhadores abrangidos pelo RPSC	DMRH/DSHS	2021/2022																												
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Verificação de Baixas Médicas por Doença	DMRH	RH16	Atribuição inadequada de baixas médicas e outros atos médicos	2	2	2	Efetivação dos pedidos de verificação da doença por médicos da Segurança Social para os trabalhadores abrangidos pelo RGSS	DMRH/DSHS	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Rever o Manual de Procedimentos	DMRH/DSHS	2021/2022																												
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Assegurar a divulgação junto dos trabalhadores sobre os procedimentos a adotar no caso de acidentes de trabalho	DMRH/DSHS	2021																												
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Implementar um novo sistema informático orientado para o estrito cumprimento do RGPD	DMRH/DSHS	1º semestre 2021																												
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Averiguação de situações reportadas como acidentes de trabalho por entidades especializadas nesta área	DMRH/DSHS	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Enquadramento	DAFD GVPSD	BP1	Risco de exclusão de entidades por interpretação subjetiva do regulamento - definição pouco precisa sobre as entidades elegíveis no âmbito do RAAML	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Enquadramento	DAFD	BP2	Risco de deficiente controlo/acompanhamento - atribuição de apoios financeiros e não financeiros	2	2	2	Utilizar os modelos para o controlo dos apoios financeiros e não financeiros possibilitando a análise dos desvios e o apuramento do efetivo montante a conceder	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD GVPSD	BP3	Requisitos de atribuição genéricos e não específicos para cada área de atribuição	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD GVPSD	BP3	Requisitos de atribuição genéricos e não específicos para cada área de atribuição	2	2	2	Criação de um grupo de trabalho para a conceção de uma ferramenta única que permita realizar a gestão, acompanhamento e reporte dos benefícios concedidos, que valide automaticamente os requisitos necessários à submissão das candidaturas apresentadas	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DS/DPPE DGQA	2021																												

ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGD	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVC	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP			
				PO	GC	GR																																
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD	BP4	Risco de duplo financiamento - atribuição de apoios para atividades já apoiadas por outras entidades (ex: JF, EGEAC)	1	2	1	Assegurar o preenchimento da Declaração de compromisso em como a entidade candidata declara que não submeterá/ submeterá o mesmo projeto a outras fontes de financiamento para o mesmo fim	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD	BP4	Risco de duplo financiamento - atribuição de apoios para atividades já apoiadas por outras entidades (ex: JF, EGEAC)	1	2	1	Assegurar o preenchimento do Formulário para identificação de outras fontes de financiamento no âmbito do mesmo projeto (interno e/ou externo)	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DMF/DC	BP5	Atribuição/assunção em Câmara de apoios que não reúnam as condições de validação da BOAA	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DMF/DC	BP6	Requerimento para atribuição do apoio sem que as certidões da segurança social e finanças estejam válidas	1	2	1	Antecedendo a proposta de aprovação verificar a situação tributária e contributiva do requerente	DMF/DC Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021				NA1																								
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apresentação e prazos de entrega dos pedidos	DMF/DC	BP7	Instrução deficiente dos processos que fundamentam a proposta de atribuição de apoio	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apresentação e prazos de entrega dos pedidos	DMF/DC	BP7	Instrução deficiente dos processos que fundamentam a proposta de atribuição de apoio	2	2	2	Criação de um grupo de trabalho para a conceção de uma ferramenta única que permita realizar a gestão, acompanhamento e reporte dos benefícios concedidos, que valide automaticamente os requisitos necessários à submissão das candidaturas apresentadas	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DSI/DPPE DGQA	2021															OM3													
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apreciação dos pedidos	DAFD	BP8	Risco de perda de dinheiro público - não há garantia da contrapartida assumida pela entidade (ex: 40% do orçamento)	2	2	2	Assegurar o preenchimento da declaração de compromisso em como a entidade candidata declara que tem os meios financeiros necessários para garantir a sua parte do orçamento aprovado	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apreciação dos pedidos	DAFD	BP8	Risco de perda de dinheiro público - não há garantia da contrapartida assumida pela entidade (ex: 40% do orçamento)	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apreciação dos pedidos	DAFD	BP9	Sobre orçamentação do projeto apresentado	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Registo de apoios não financeiros	DAFD	BP10	Falta de controlo e valorização - não existe informação em SAP e os registos que existem estão dispersos nas UO. Risco de não inscrição na BOAA por indefinição de critérios objetivos na valoração dos apoios não financeiros (ex: valor/h Mão-de-obra e outros não constantes na TTORM)	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP11	Perda de dinheiro público - Deficiente/ não verificação dos documentos justificativos da despesa no âmbito do objeto do apoio	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP12	Incumprimento do prazo de execução dos contratos e da entrega dos relatórios	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP12	Incumprimento do prazo de execução dos contratos e da entrega dos relatórios	2	2	2	Garantir mecanismos de controlo físico, financeiro e não financeiro da execução dos projetos, designadamente através da criação da figura do gestor de projeto	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMC DAFD	BP13	Utilização da verba concedida para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP14	Pagamento de apoios sem análise prévia do serviço responsável pelo acompanhamento da respetiva execução	1	3	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP14	Pagamento de apoios sem análise prévia do serviço responsável pelo acompanhamento da respetiva execução	1	3	2	Utilizar os modelos para o controlo dos apoios financeiros e não financeiros possibilitando a análise dos desvios e o apuramento do efetivo montante a conceder	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP15	Perda de dinheiro público - Verificação que a verba gasta em despesas elegíveis é inferior ou igual à 60% do orçamento apresentado que esteve de base na definição da verba a atribuir	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP15	Perda de dinheiro público - Verificação que a verba gasta em despesas elegíveis é inferior ou igual à 60% do orçamento apresentado que esteve de base na definição da verba a atribuir	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP16	Ausência de auditorias/ monitorização de acompanhamento	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP16	Ausência de auditorias/ monitorização de acompanhamento	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP16	Ausência de auditorias / monitorização de acompanhamento	2	2	2	Emitir recomendações que contribuam para garantir o controlo físico, financeiro e não financeiro dos apoios concedidos	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Publicitação dos apoios atribuídos	DGQA	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAMI por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	2	2	2	Envio periódico ao DGQA de todos os benefícios atribuídos no âmbito do RAAMI e não RAAMI	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Publicitação dos apoios atribuídos	DGQA	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAMI por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	2	2	2	Apurar trimestralmente os apoios financeiros concedidos ao abrigo do RAAMI, através dos dados exportados do Sistema SAP e da consulta ao BM	DGQA	2021																												
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Publicitação dos apoios atribuídos	DGQA	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAMI por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	2	2	2	Publicitar na área de transparência, no site da CML, os apoios financeiros concedidos ao abrigo do RAAMI	DGQA	2021																												

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																										
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP		
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Incumprimentos	DAFD	BP18	Violação dos princípios da imparcialidade e igualdade conduzindo a situações de indiciadoras de conluio, favoritismo injustificado, participação dos eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	2	3	3	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAMI, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2021																											
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Incumprimentos	DAFD	BP18	Violação dos princípios da imparcialidade e igualdade conduzindo a situações de indiciadoras de conluio, favoritismo injustificado, participação dos eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	2	3	3	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável. Solicitar declaração de interesses. Realizar ações de esclarecimento sobre este tema	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2021																											
RELAÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA	Contratos de delegação de competências para as Juntas de Freguesias	UCT	GVPSD	JF1	Intervenções das JF desadequadas face às orientações municipais, regulamentos e recomendações	2	2	2	Elaboração de relatórios de acompanhamento e monitorização, a aviar em sede de QUARU's e QUAR	UCT/DRUF	2021																										
RELAÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA	Contratos de delegação de competências para as Juntas de Freguesias	UCT	GVPSD	JF2	Pagamento de verbas sem a devida validação dos documentos justificativos das despesas elegíveis	2	2	2	Obrigatoriedade de entrega e validação dos documentos justificativos de despesas de execução antes do pagamento de cada tranche	UCT/DRUF	2021																										
OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	Ocupação de Espaço Público e Publicidade	DMEI		EP1	Dificuldade em monitorizar a apreciação individual de cada um dos processos de licenciamento de ocupação de espaço público e publicidade	1	2	1	Assegurar o carregamento correto e atempado dos dados no GESTURBE/GESLIS	DMEI	2021																										
OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	Ocupação de Espaço Público e Publicidade	DMEI		EP2	Ausência de cultura de serviço público de excelência	2	2	2	Verificar que se encontram reunidos todos os pressupostos para a emissão da licença, nomeadamente através da criação de check-lists	DMEI	2021																										
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	Apreciação de Ocupações da Via Pública	UCT		VP1	Adulteração e/ou omissão de informação que condiciona a apreciação da situação processual de forma verídica e transparente	1	2	1	Criar mecanismos que assegurem o correto carregamento de todos os elementos necessários para a apreciação do processo	UCT/DGEP	2021																										
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	Taxas Ocupação de Via Pública	UCT		VP2	Os procedimentos relativos à liquidação de taxas de Ocupação de Via Pública, permitem a sua alteração na proposta de decisão, fruto de alteração da proposta ou erros de preenchimento.	1	2	1	Criar mecanismos que assegurem a validação dos dados carregados, necessários para a liquidação da taxa de OVP	UCT/DGEP	2021																										
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	Intervenções na Via Pública	UCT		VP4	Risco de simultaneidade no planeamento e intervenção no mesmo espaço público, em várias UO's.	2	2	2	Manter um sistema de controlo interno que garanta a correspondência das intervenções planeadas entre todas as UO's, identificando os locais e tipo/naturaleza de intervenção, e estabelecendo prioridades e/ou necessidades.	UCT DMAC EPPGDL	2021																										
URBANISMO	Gestão de Processos	DMU		U1	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	1	2	1	Elaborar manuais de procedimentos e/ou circulares internas que unifiquem o entendimento sobre dúvidas no âmbito do planeamento	DMU	2021																										
URBANISMO	Licenciamento - Acesso a Informação	DMU		U2	Dificuldade de acesso a informação sobre o andamento de processos em matéria de urbanismo e edificações	3	1	2	O acesso à informação é apenas limitado pelas questões relacionadas com a Proteção de Dados. A informação está disponível online ou presencialmente, se solicitado. A nova redistribuição de pessoal pelos Serviços e o aumento de nº de funcionários ajudará a agilizar a consulta presencial e a comunicação dos processos	DMU	2021																										
URBANISMO	Licenciamento - Uniformização de Procedimentos	DMU		U3	Necessidade de comunicação simples e acessível das regras existentes e mais informação para os cidadãos.	2	2	2	Melhoria das aplicações que atualmente divulgam informação sobre o licenciamento urbanístico de forma rápida, clara e eficaz	DMU	2021																										
URBANISMO	Tempo de apreciação e decisão no licenciamento	GVMS		U4	Disparidade no tempo de apreciação	2	2	2	Monitorização dos tempos de apreciação/decisão no processo de licenciamento	DMU	2021																										
URBANISMO	Licenciamento - Gestão de Processos	DMU		U5	Burocracia e morosidade dos procedimentos	3	3	3	Implementação da nova aplicação "Urbanismo Digital"	DMU/EPIDRP	2021																										
URBANISMO	Licenciamento - Gestão de Processos	DMU		U5	Burocracia e morosidade dos procedimentos	3	3	3	A reorganização dos serviços mediante o recrutamento de pessoal - em curso - permitirá agilizar os tempos de espera	DMU/EPIDRP	2021																										
URBANISMO	Licenciamento - Regulamentação	DMU		U6	Existência de projetos, entregues no âmbito do procedimento de Comunicação Prévia, cuja falta de qualidade implique infrações aos regulamentos em vigor e cuja deteção só seja verificada em fase de fiscalização	2	3	3	Aumento das ações de fiscalização, mediante reafectação de funcionários	DMU/DAGU	2021																										
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU		U7	Fiscalização dependente da mesma unidade orgânica que licencia.	3	2	3	Maior capacidade de fiscalização (aumentar o nº de técnicos de fiscalização) e melhor articulação com a Polícia Municipal, assegurando a rotatividade e a segregação de funções	DMU/DAGU/DF PM	2021																										
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU		U8	Deficiente aplicação das regras definidas para a fiscalização.	1	2	1	Continuar a fazer melhorias na aplicação no sentido de aperfeiçoar o sistema de forma a que o controlo das ações não tenha falhas	DMU/DAGU/DF	2021																										
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU		U9	Ausência de "ferramenta" para controlo das fiscalizações agendadas e inexistência de monitorização e controlo das datas e dos locais	1	2	1	Assegurar a rotatividade e a segregação de funções	DMU/DAGU/DF	2021																										
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU		U9	Ausência de "ferramenta" para controlo das fiscalizações agendadas e inexistência de monitorização e controlo das datas e dos locais	1	2	1	Para melhorar é necessário reforçar o número de fiscais/profissionais nesta área, de forma a suprir as ações de fiscalização necessárias na cidade de Lisboa - em curso - através do recurso à mobilidade interna	DMU/DAGU/DF	2021																										
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Revisão da regulamentação municipal no âmbito do património	DGQA		P2	Incumprimento da aplicação de normas, procedimentos e regulamentos de natureza patrimonial	1	2	1	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																										
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Revisão da regulamentação municipal no âmbito do património	DGQA		P3	Deficiente otimização, valorização e rentabilização do património imobiliário	1	2	1	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																										

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022																										
				PO	GC	GR					UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP		
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P4 Desvalorização do estado de conservação de imóveis e respetivas necessidades de intervenção	3	2	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P4 Desvalorização do estado de conservação de imóveis e respetivas necessidades de intervenção	3	2	3	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P5 Desadequada avaliação do valor das rendas face ao estado de conservação e localização	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P5 Desadequada avaliação do valor das rendas face ao estado de conservação e localização	2	3	3	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento e sistematização do património cadastral e matricial do Município	DGQA GVPD	P6 Informação cadastral desatualizada	1	3	2	Atualização permanente módulo cadastro da aplicação Lisboa Interativa (Lxi)	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento e sistematização do património cadastral e matricial do Município	DGQA GVPD	P7 Desconhecimento sobre a informação cadastral e matricial do património municipal	1	3	2	Gestão da informação georreferenciada relativa ao cadastro de ocupantes do património municipal e ao imobilizado municipal (Lxi)	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DGQA GVPD	P8 Inventariação desatualizada	1	3	2	Gestão da informação georreferenciada relativa ao cadastro de ocupantes do património municipal e ao imobilizado municipal (Lxi)	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DGQA GVPD	P9 Desconhecimento sobre a informação integral do inventário municipal	1	3	2	Continuação dos serviços de manutenção evolutiva do módulo de cadastro visando a interação com a informação SAP e SGPI	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DGQA GVPD	P10 Risco de extravio e de apropriação de bens e/ou utilização indevida de bens imóveis	1	3	2	Continuação dos serviços de manutenção evolutiva do módulo de cadastro visando a interação com a informação SAP e SGPI	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DMGP	P11 Reduzido controlo nas contraprestações a efetuar	1	2	1	Mecanismos de controlo com suporte informático	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P12 Perda de equilíbrio das condições iniciais do contrato (liza excessiva, renda não concorrencial, prazo denúncia dilatado, etc)	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P13 Desatualização do valor das rendas / perda de receita proveniente das rendas / não aplicação das indemnizações por mora	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P14 Risco de favorecimento	1	3	2	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P15 Falta de fiscalização e controlo em processos de desocupação coativa e de despejo por incumprimento das obrigações contratuais	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P16 Falta de informação sistematizada sobre a celebração de Protocolos e Deliberações sobre cedência do direito de ocupação e exploração de imóveis	2	2	2	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P17 Reduzido controlo e gestão na cedência de bens municipais sem acautelamento da sua salvaguarda e integridade	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P18 Reduzido controlo e acompanhamento sobre a avaliação do grau de execução do contrato	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P19 Desequilíbrio financeiro resultante das contrapartidas contratuais (em espécie e em numerário)	2	3	3	Aprovação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P20 Risco de não execução e entrega das contrapartidas devidas a favor da CML no prazo previsto	2	3	3	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P21 Mecanismos de fiscalização pouco eficazes em caso de incumprimento contratual	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P22 Falta de dados financeiros atuais e úteis que possibilitem a melhor tomada de decisão (manutenção/revisto/cessação do contrato)	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P23 Incorreta avaliação imobiliária de acordo com os preços de mercado	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P24 Designação dos membros do núcleo de avaliadores internos e da bolsa de avaliadores baseada em critérios subjetivos e sem a devida rotatividade e pluralidade.	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P25 Risco de favorecimento e de conflito de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P26 Perda de oportunidade de exercício do Direito de Preferência	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas	DGQA GVPD	P27 Falta de informação sistematizada sobre os contratos de alienação/aquisição/permutas de terrenos municipais, respetiva localização e valor	2	2	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas	DGQA	P28 Violação do princípio da imparcialidade e do princípio da concorrência aquando da celebração dos contratos de constituição do direito de superfície	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas	DGQA GVPD	P29 Reduzido controlo e acompanhamento de todas as fases procedimentais	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o registo, cadastro e codificação da frota municipal	DGQA	P30 Apropriação e/ou utilização das viaturas municipais para fins pessoais	2	2	2	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2021																												
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Assegurar a gestão e manutenção das viaturas, garagens e oficinas municipais	DGQA	P31 Gestão ineficaz na racionalização e otimização dos recursos	2	2	2	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2021																												



ANEXO I - MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2021 E 2021/2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	Recalendarização	UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	
				PO	GC	GR																														
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Garantir a distribuição racional dos meios de transporte existentes pelos diversos utilizadores	DGQA	P32 Afetação indevida de viaturas e/ou não satisfação das necessidades existentes	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2021																											
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Assegurar o estacionamento de viaturas nas garagens a que se encontram afetas	DGQA	P33 Estacionamento indevido noutras garagens não afetas	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2021																											
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Assegurar o estacionamento de viaturas nas garagens a que se encontram afetas	DGQA	P34 Utilização indevida de viaturas durante os fim de semana e feriados sem prévia autorização	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2021																											
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Cedência de viaturas municipais a entidades exteriores ao Município	DGQA	P35 Critérios subjetivos e indevidamente fundamentados na autorização de cedência de viaturas a entidades externas	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2021																											
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Assegurar a gestão racional de abastecimento de combustíveis	DGQA	P36 Reduzido controlo na gestão de abastecimento de combustíveis	2	3	3	Continuação da substituição da frota municipal por viaturas elétricas, o que assegurará o correto abastecimento das viaturas.	DMHU	2021																											
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Renovação da frota municipal	DGQA	P37 Reduzida otimização do parque automóvel/ aumento de despesa em reparações automóveis	2	2	2	Introdução de um sistema preditivo de manutenção	DMHU	2º semestre 2021																											
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Aquisição de viaturas	DGQA	P38 Risco de incumprimento dos procedimentos de contratação pública / risco de favorecimento	2	3	3	Manutenção do controlo existente	DMHU	2021																											
MOBILIDADE	Emitir pareceres sobre pedidos de atribuição de lugares de estacionamento	DMM	M1 Ausência de imparcialidade	1	1	1	Distribuição equitativa e aleatória de processos	DMM/DGM	2021																											
MOBILIDADE	Emitir pareceres sobre pedidos de atribuição de lugares de estacionamento	DMM	M2 Risco de existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	1	1	1	Obrigatoriedade de emissão de declarações de interesses privados por parte dos trabalhadores e obter a sua renovação a cada novo procedimento	DMM/DGM	2021																											
MOBILIDADE	Elaboração de projetos de espaços públicos, semaforização e infraestruturas rodoviárias	DMM	M3 Ausência de imparcialidade	1	2	1	Definição do modo de seleção dos elementos do júri, garantindo a rotatividade	DMM/DGM DMM/DCM DMM/DEPM	2021																											
MOBILIDADE	Elaboração de projetos de espaços públicos, semaforização e infraestruturas rodoviárias	DMM	M5 Projetos incompletos, de qualidade inadequada e/ou não realistas	1	3	2	Validação, através de checklist dos elementos de projeto obrigatórios	DMM/DGM DMM/DCM DMM/DEPM	2021																											
MOBILIDADE	Elaboração de projetos de espaços públicos, semaforização e infraestruturas rodoviárias	DMM	M6 Incumprimento de prazos definidos no caderno de encargos e especificações técnicas para a obtenção do serviço	1	3	2	Definir prazos realistas e garantir a monitorização da execução dos contratos	DMM/DGM DMM/DCM DMM/DEPM	2º Semestre 2021																											
MOBILIDADE	Elaborar informações, promover, diagnosticar, articular e acompanhar as ações no âmbito da circulação e tráfego rodoviário	DMM	M7 Ausência de imparcialidade	1	2	1	Implementar regras de rotatividade na nomeação do técnico responsável, de modo a evitar a apreciação continuada de processos de determinado requerente pelo mesmo elemento	DMM/DGM DMM/DCM DMM/DEPM	2021																											
MOBILIDADE	Elaborar informações, promover, diagnosticar, articular e acompanhar as ações no âmbito da circulação e tráfego rodoviário	DMM	M8 Planeamento insuficiente	1	2	1	Planear as atividades atempadamente e de forma adequada às necessidades, evitando as urgências injustificadas que favorecem eventual recurso a procedimentos excecionais	DMM/DGM DMM/DCM DMM/DEPM	2021																											
MOBILIDADE	Elaborar informações, promover, diagnosticar, articular e acompanhar as ações no âmbito da circulação e tráfego rodoviário	DMM	M9 Necessidade de maior conhecimento da realidade a atividade da direção municipal quanto a indicadores estatísticos nos diferentes setores de atividade	1	2	1	Assegurar a existência do tratamento de indicadores estatísticos e a sua divulgação pelos serviços	DMM/DGM DMM/DEPM	2021																											
MOBILIDADE	Licenciamento da atividade dos Taxis	DMM	M10 Ausência de imparcialidade na decisão sobre renovação de licenças	1	1	1	Manutenção do controlo existente	DMM/DGM	2021																											
MOBILIDADE	Sharing	DMM	M11 Ausência de imparcialidade no tratamento e decisão sobre os MOUs	1	1	1	Manutenção do controlo existente	DMM/DEPM	2021																											

# **ANEXO II**

PPRGCIC ATUALIZADO PARA O ANO  
DE 2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
TRANSVERSAIS	Acompanhamento e entrega de dados nas auditorias externas	DGQA	T1	Não conhecimento atempado das auditorias em curso	Envio da documentação com conhecimento ao DGQA	2	2	2	Revisão da NCI que deve prever o envio da documentação no prazo fixado para o efeito pelo DGQA	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Acompanhamentos das recomendações efetuadas no âmbito das auditorias externas e internas	DGQA	T2	Não conhecimento das recomendações emanadas pelos relatórios de auditorias externas	Levantamento das recomendações em curso	3	2	3	Atualização e publicitação das recomendações decorrentes das auditorias externas no Portal Interno	DGQA DMCom	2022
TRANSVERSAIS	Acompanhamentos das recomendações efetuadas no âmbito das auditorias externas e internas	DGQA	T2	Não conhecimento das recomendações emanadas pelos relatórios de auditorias externas	Levantamento das recomendações em curso	3	2	3	Revisão da NCI	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Realização de auditorias internas	DGQA	T3	Não envio da documentação solicitada para o desenvolvimento de auditorias	Reforço do pedido de informação às UO	2	2	2	Revisão da NCI que deve prever o envio da documentação no prazo fixado para o efeito pelo DGQA	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Monitorização da área da Contratação Pública, Urbanismo e Património (áreas sensíveis)	DGQA	T4	Falta de informação sistematizada para o tratamento de dados e elaboração de relatórios	Recolha e análise dos dados disponíveis no Sistema SAP, SIG e Aplicações Geslis e ACCP	3	2	3	Análise dos dados e sua publicitação no Portal Interno	DGQA DMCom DMF DMGP DMU	2022
TRANSVERSAIS	Monitorização da área da Contratação Pública, Urbanismo e Património (áreas sensíveis)	DGQA	T4	Falta de informação sistematizada para o tratamento de dados e elaboração de relatórios	Recolha e análise dos dados disponíveis no Sistema SAP, SIG e Aplicações Geslis e ACCP	3	2	3	Revisão da NCI	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Riscos	DE DMAEVECE DMRH SG	T5	Identificação insuficiente / não identificação de situações, procedimentos e comportamentos potenciadores de risco	Monitorização e revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão e da Norma de Controlo Interno	2	3	3	Atualização e divulgação efetiva do PPRGIC	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Riscos	DE DMAEVECE DMRH SG	T5	Identificação insuficiente / não identificação de situações, procedimentos e comportamentos potenciadores de risco	Monitorização e revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão e da Norma de Controlo Interno	2	3	3	Revisão da NCI com verificação permanente da sua execução	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Riscos	DE DMAEVECE DMRH SG	T5	Identificação insuficiente / não identificação de situações, procedimentos e comportamentos potenciadores de risco	Implementação da Gestão por Processos em algumas UO	2	3	3	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão de Riscos	DE DMAEVECE DMRH SG	T5	Identificação insuficiente / não identificação de situações, procedimentos e comportamentos potenciadores de risco	Promoção de ações de formação no âmbito das seguintes temáticas: direitos e deveres dos trabalhadores, exercício do poder disciplinar, Código dos Contratos Públicos, Código do Procedimento Administrativo e Regulamento Geral de Proteção de Dados	2	3	3	Promover ações de formação relativamente a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, legislação nacional sobre proteção de dados e Prevenção de Riscos de Gestão	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Riscos	DMRH	T6	Desconhecimento dos riscos de gestão inerentes nos vários sectores de atividade	Esclarecimento e divulgação das matérias de direitos e deveres dos trabalhadores e Regulamento Geral de Proteção de Dados, mediante mecanismos de Comunicação Interna	2	3	3	Promover ações de formação para Dirigentes e interlocutores	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Riscos	DMRH	T6	Desconhecimento dos riscos de gestão inerentes nos vários sectores de atividade	Esclarecimento e divulgação das matérias de direitos e deveres dos trabalhadores e Regulamento Geral de Proteção de Dados, mediante mecanismos de Comunicação Interna	2	3	3	Promover esclarecimentos e divulgação das matérias de direitos e deveres dos trabalhadores, exercício do poder disciplinar, Código do Procedimento Administrativo, Regulamento Geral de Proteção de Dados e Prevenção de Riscos de Gestão, mediante mecanismos de Comunicação Interna.	DMRH	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Riscos	DMRH	T6	Desconhecimento dos riscos de gestão inerentes nos vários sectores de atividade	Esclarecimento e divulgação das matérias de direitos e deveres dos trabalhadores e Regulamento Geral de Proteção de Dados, mediante mecanismos de Comunicação Interna	2	3	3	Promover ações de formação relativamente a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas e legislação nacional sobre proteção de dados	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	DE SG DMRH	T7	Risco de existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Aplicação Norma de Controlo Interno / Regulamento do Orçamento / Código dos Contratos Públicos	1	3	2	Apresentação de Declaração de Interesses no processo de análise e decisão, independentemente de qualquer situação formal de impedimento ou suspeição	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	DE SG DMRH	T7	Risco de existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Aplicação Norma de Controlo Interno / Regulamento do Orçamento / Código dos Contratos Públicos	1	3	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH DMM	T8	Discricionariedade no exercício de funções delegadas	Aplicação Norma de Controlo Interno	1	3	2	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH DMM	T8	Discricionariedade no exercício de funções delegadas	Divulgação de orientações através de documentos direcionados de acordo com a funções exercidas por cada interveniente (Guia do Dirigente, Guia de Orientação Técnica da Função RH, Dicionário Jurídico)	1	3	2	Divulgação de orientações internas relativamente às matérias em que se justifique e se entenda pertinente e admissível a uniformização de apreciação e decisão	DGQA DMRH SG/DI	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T9	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	1	3	2	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T9	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	1	3	2	Promover ações de formação relativamente a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas e legislação nacional sobre proteção de dados	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T9	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	1	3	2	Continuar a garantir a aplicação da pena fixada nos processos disciplinares e eventual comunicação ao Ministério Público	DMRH	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T9	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	1	3	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T10	Falta de isenção, imparcialidade e favorecimento na aceitação de ofertas, bens e viagens	Aplicação Norma de Controlo Interno	1	3	2	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T10	Falta de isenção, imparcialidade e favorecimento na aceitação de ofertas, bens e viagens	Divulgação de orientações através de documentos direcionados de acordo com a funções exercidas por cada interveniente (Guia do Dirigente, Guia de Orientação Técnica da Função RH, Dicionário Jurídico)	1	3	2	Divulgação de orientações internas relativamente às matérias em que se justifique e se entenda pertinente e admissível a uniformização de apreciação e decisão	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T10	Falta de isenção, imparcialidade e favorecimento na aceitação de ofertas, bens e viagens	Divulgação de orientações através de documentos direcionados de acordo com a funções exercidas por cada interveniente (Guia do Dirigente, Guia de Orientação Técnica da Função RH, Dicionário Jurídico)	1	3	2	Desenvolvimento de ações de formação e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	SG DMRH	T10	Falta de isenção, imparcialidade e favorecimento na aceitação de ofertas, bens e viagens	Divulgação de orientações através de documentos direcionados de acordo com a funções exercidas por cada interveniente (Guia do Dirigente, Guia de Orientação Técnica da Função RH, Dicionário Jurídico)	1	3	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	DAFD	T11	Incumprimento da lei em matéria de denúncia Ministério Público, nos casos da prestação de falsas declarações	Prestação da comunicação ao Ministério Público sobre situações de falsas declarações, informando igualmente o denunciado (avaliação caso a caso, pois a não ser assim existe o perigo de fuga ou de destruição de documentos) de que a denúncia foi efetuada relativamente aos atos por si praticados	1	2	1	Encaminhar atempadamente à DMRH ao DJ para assegurar a participação ao MP quando se verifique a prestação de falsas declarações	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	GVPSD DMM	T13	Reduzido controlo e acompanhamento na receção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação		2	2	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	GVPSD DMM	T13	Reduzido controlo e acompanhamento na receção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação		2	2	2	Criação de um canal denúncias centralizado	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	GVPSD DMM	T13	Reduzido controlo e acompanhamento na receção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação		2	2	2	Criação de mecanismos de controlo e acompanhamento de denúncias, queixas e participações	DGQA DMRH	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	DMRH	T14	Violação dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	Promoção de ações de formação no âmbito das seguintes temáticas: direitos e deveres dos trabalhadores, exercício do poder disciplinar, Código dos Contratos Públicos, Código do Procedimento Administrativo e Regulamento Geral de Proteção de Dados	1	3	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Promoção de Boas Práticas na Gestão Pública	GVPSD	T15	Inexistência de um procedimento uniformizado para resolução de litígios e deteção precoce de erros e desvios	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	2	2	2	Adotar manuais de procedimentos e implementar mecanismos para a resolução de conflitos.	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DAFD	T16	Inexistência de regras claras na atuação do município, que assegurem níveis de discricionariedade adequados com base em critérios apoiados na lei para situações idênticas	Desenvolvimento de programas de melhoria e clarificação da regulamentação municipal, no sentido de eliminar os conceitos vagos e indeterminados quando tal não seja estritamente necessário, incluindo ainda a aplicação das regras de legística definidas no Despacho n.º 122/P/2009 (Regras de legística e de organização procedimental a observar pelos Serviços na elaboração de Regulamentos)	1	2	1	Manutenção do Controlo existente	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DAFD	T16	Inexistência de regras claras na atuação do município, que assegurem níveis de discricionariedade adequados com base em critérios apoiados na lei para situações idênticas	Avaliação dos encargos administrativos associados a cada iniciativa regulamentar, assegurando uma efetiva necessidade de regulamentação e a eliminação dos encargos desnecessários para os municípios	1	2	1	Reduzir a utilização de conceitos vagos e indeterminados e sempre que possível densificar os critérios de atuação	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DE DMU	T17	Diversidade de regulamentos municipais desatualizados face à realidade da atividade municipal	Criação do Programa "Regulamentar Melhor"	2	2	2	Analisar regularmente os regulamentos municipais em cada área de atividade. Retomar o Programa "Regulamentar Melhor", com vista à Assegurar a manutenção, revisão ou revogação dos regulamentos municipais em vigor em cada área de atividade e respetiva formalização	DGQA Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	GVPSD	T18	Deteção precoce de erros e desvios na aplicação das normas regulamentares	Criação do Programa "Regulamentar Melhor"	2	2	2	Analisar regularmente os regulamentos municipais em cada área de atividade. Retomar o Programa "Regulamentar Melhor", com vista à Assegurar a manutenção, revisão ou revogação dos regulamentos municipais em vigor em cada área de atividade e respetiva formalização	DGQA Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DE	T19	Dificuldade de acesso a informação atual e sistematizada sobre os regulamentos em vigor	Publicitação no site da CML	2	2	2	Melhorar a acessibilidade, organização e atualização permanente da informação no site da CML e INTRANET	DMCom Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DMRH	T20	Inexistência de informação ou divulgação subsequente à publicação e alteração regulamentar	Publicitação no site da CML	2	2	2	Promover esclarecimentos e divulgação destas matérias, mediante mecanismos de Comunicação Interna	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão Regulamentar	DMRH	T21	Desconhecimento por parte dos funcionários no que respeita ao enquadramento legal na área das suas funções, e sua atualização	Levantamento Bi-anual das necessidades formativas nas várias UO	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMRH	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU DMRH	T22	Fragilidade da comunicação interna	Atualização do Portal da intranet, com desenvolvimento de áreas específicas dos Serviços	2	2	2	Promover sinergias entre o DMCom e as demais UO da CML	DMCom Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU DMRH	T22	Fragilidade da comunicação interna	Atualização do Portal da intranet, com desenvolvimento de áreas específicas dos Serviços	2	2	2	Comunicar orientações aos Serviços para uniformização de regras de Comunicação Interna	DMCom	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMAEVECE	T22	Fragilidade da comunicação interna	Atualização do Portal da intranet, com desenvolvimento de áreas específicas dos Serviços	2	2	2	Criação de um núcleo de comunicação interna de cada UO	DMCom Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	GVPSD DGQA	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controlo e gestão da informação	Desmaterialização das ordens de trabalhos, atas e documentação de suporte à decisão em sede de Reunião de Câmara	2	2	2	Uniformização de procedimentos para a recolha e desmaterialização de toda a documentação de suporte	Todas as UO's SG/DAOSM	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	GVPSD DGQA	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controlo e gestão da informação	Desmaterialização das ordens de trabalhos, atas e documentação de suporte à decisão em sede de Reunião de Câmara	2	2	2	Criação de um portal para desmaterialização das sessões de câmara	DSI SG/DAOSM	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	GVPSD DMAEVECE DGQA	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controlo e gestão da informação	Desmaterialização das ordens de trabalhos, atas e documentação de suporte à decisão em sede de Reunião de Câmara	2	2	2	Implementação de um sistema de gestão documental comum na CML	DSI Todas as UO's	2023
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU SG DMRH DE	T24	Utilização e divulgação indevidas de informação privilegiada para benefício próprio ou de terceiros	Promoção de ações de formação no âmbito das seguintes temáticas: direitos e deveres dos trabalhadores, exercício do poder disciplinar, Código dos Contratos Públicos, Código do Procedimento Administrativo e Regulamento Geral de Proteção de Dados	2	3	3	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DMU SG DMRH DE	T24	Utilização e divulgação indevidas de informação privilegiada para benefício próprio ou de terceiros	Promoção de ações de formação no âmbito das seguintes temáticas: direitos e deveres dos trabalhadores, exercício do poder disciplinar, Código dos Contratos Públicos, Código do Procedimento Administrativo e Regulamento Geral de Proteção de Dados	2	3	3	Desenvolvimento de ações de formação e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção	DMRH	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DGQA	T25	Conhecimento e divulgação insuficientes da atividade municipal quanto a indicadores estatísticos	Recolha, análise e publicitação de dados estatísticos designadamente em áreas sensíveis	2	2	2	Análise e publicitação de dados estatísticos nas diferentes áreas de negócios	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Gestão da Informação	DGQA	T25	Conhecimento e divulgação insuficientes da atividade municipal quanto a indicadores estatísticos	Recolha, análise e publicitação de dados estatísticos nas diferentes áreas de negócios	2	2	2	Implementação de analítica de dados (catálogo de dados) para agregação, processamento e exploração da informação disponível	CGIUL Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T26	Falta de uniformização das soluções, nas unidades orgânicas, relativas ao tratamento de dados pessoais (Ex.: Falta de uniformização das situações em que o fundamento de licitude do tratamento é o consentimento, quanto ao prazo de conservação, etc.) Complementa e específica, para a matéria da proteção de dados, o risco "Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza"	Continuar a emitir Recomendações pelo EPD, divulgadas por email e na intranet - Continuar a ministrar formação e ações de sensibilização aos trabalhadores Continuar o processo de implementação do RGPD cuja primeira etapa foi o diagnóstico	1	3	2	Monitorizar o programa de proteção de dados pessoais da CML	EPPDP	2022
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T26	Falta de uniformização das soluções, nas unidades orgânicas, relativas ao tratamento de dados pessoais (Ex.: Falta de uniformização das situações em que o fundamento de licitude do tratamento é o consentimento, quanto ao prazo de conservação, etc.) Complementa e específica, para a matéria da proteção de dados, o risco "Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza"	Continuar a solicitar orientações ao EPD/EPiRGPD (Incluindo mais tratamentos de dados e mais unidades orgânicas)	1	3	2	Assegurar o preenchimento de todas as atividades que recorrem a dados pessoais através da plataforma MyData Manager	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T27	Falta de prova de cumprimento do RGPD (Compete ao responsável pelo tratamento provar que cumpre o RGPD, nomeadamente perante a autoridade de controlo, podendo estar em causa responsabilidade contraordenacional)	Continuar a fazer a manutenção, corretiva e evolutiva, da aplicação informática gerida pela EPiRGPD relativa a atividades de tratamento (AMRAT)	1	3	2	Elaborar o dossier de conformidade e mantê-lo atualizado	EPPDP DSI/DPPE	2022
TRANSVERSAIS	Implementação do RGPD	EPPDP	T27	Falta de prova de cumprimento do RGPD (Compete ao responsável pelo tratamento provar que cumpre o RGPD, nomeadamente perante a autoridade de controlo, podendo estar em causa responsabilidade contraordenacional)	Continuar a atualizar os conteúdos da aplicação informática gerida pela EPiRGPD relativa a atividades de tratamento (AMRAT)	1	3	2	Realizar e documentar as avaliações de impacto sobre a proteção de dados nas situações em que o tratamento for suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	DAFD	T28	Subversão e utilização indevida por parte de terceiros de dados pessoais e/ou dados sensíveis. Não destruição no prazo estipulado dos dados pessoais e/ou sensíveis recolhidos	Continuar a implementar o RGPD em coordenação com a equipa de missão para tal nomeada	2	2	2	Ações de formação junto de todos os trabalhadores da CML	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	DAFD	T28	Subversão e utilização indevida por parte de terceiros de dados pessoais e/ou dados sensíveis. Não destruição no prazo estipulado dos dados pessoais e/ou sensíveis recolhidos	Salvaguarda nos formulários de recolha de dados para implementação dos Programas Desportivos Municipais as regras e os compromissos da CML pelo respeito do RGPD. Participação nas reuniões com a equipa de missão do RGPD	2	2	2	Revisão da NCI	DGQA EPPDP	2022
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	EPPDP	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	Continuar a ministrar formação e ações de sensibilização aos trabalhadores; Continuar a divulgar informação pertinente na área da Intranet "Proteção de dados pessoais"	2	3	3	Encontrar novas formas eficazes de comunicar com os trabalhadores, com linguagem clara e acessível aos trabalhadores (plano de comunicação)	EPPDP	2022
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	EPPDP	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	Continuar a ministrar formação e ações de sensibilização aos trabalhadores; Continuar a divulgar informação pertinente na área da Intranet "Proteção de dados pessoais"	2	3	3	Elaborar e propor normas internas de proteção de dados pessoais, através de tanto por via do código de ética da CML quanto por via de um código específico de proteção de dados	EPPDP	2022
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	EPPDP	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	Continuar a gerir a formação e ações de sensibilização aos trabalhadores	2	3	3	Implementar um programa de mudança organizacional que potencie o envolvimento e o comprometimento dos trabalhadores com o novo paradigma da proteção de dados pessoais e com o cumprimento do RGPD e legislação nacional nesta matéria	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	EPPDP	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	Continuar, através dos interlocutores, a envolver e sensibilizar os trabalhadores da respetiva a unidade orgânica. Superar ou, pelo menos, cumprir a meta dos objetivos transversais do QUAR de colaboração na implementação do RGPD.	2	3	3	Implementar as recomendações elencadas em fase de diagnóstico para identificação dos pontos de desconformidade com o RGPD, descritas no "Roadmap para a implementação do RGPD" (e apresentadas aos serviços)	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	EPPDP	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	Continuar, através dos interlocutores, a envolver e sensibilizar os trabalhadores da respetiva a unidade orgânica. Superar ou, pelo menos, cumprir a meta dos objetivos transversais do QUAR de colaboração na implementação do RGPD.	2	3	3	Rever os regulamentos e as normas internas, bem como os processos e procedimentos correntes, de modo a adaptar as suas áreas ao RGPD, consultando o EPD de modo a manter uniformização na implementação.	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022
TRANSVERSAIS	Implementação e monitorização da conformidade do RGPD	EPPDP DMGP	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	Continuar, através dos interlocutores, a envolver e sensibilizar os trabalhadores da respetiva a unidade orgânica. Superar ou, pelo menos, cumprir a meta dos objetivos transversais do QUAR de colaboração na implementação do RGPD.	2	3	3	Promover formação especializada sobre regulamentação geral sobre a segurança física dos dados pessoais que defina clara e transversalmente as políticas, os processos e os procedimentos de segurança, com vista à implementação dos controlos de segurança necessários à proteção de dados pessoais no Município de Lisboa	EPPDP/DMRH	2022/2023
TRANSVERSAIS	Qualquer atividade que inclua o tratamento de dados pessoais	EPPDP	T30	Violação de dados pessoais em que seja suscetível resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	PELA EPIRGPD: - Continuar o desenho e implementação de aplicação própria para dar resposta célere e adequada a uma violação de dados  PELO DSI: - Continuar a implementação das melhores práticas de segurança da informação e respetiva monitorização  PELO DMEM/DEM - Continuar a gerir os acessos físicos a locais e equipamentos, de acordo com as melhores práticas  PELOS SERVIÇOS: - Continuar o cumprimento rigoroso das regras e boas práticas relativas a segurança da informação, nomeadamente as emanadas do DSI e do DMEM/DEM - Manter atualizados os acessos físicos e lógicos, adequando os acessos às instalações, equipamentos e sistemas informáticos ao estritamente indispensável para o exercício das funções e diligenciando pelo seu encerramento imediato com o termo destas	1	3	2	Efetivar a responsabilização que cabia pelo incumprimento das regras de proteção de dados pessoais (disciplinar, contratual, etc.)	EPPDP Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022
TRANSVERSAIS	Qualquer atividade que inclua o tratamento de dados pessoais	EPPDP	T30	Violação de dados pessoais em que seja suscetível resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	PELA EPIRGPD: - Continuar o desenho e implementação de aplicação própria para dar resposta célere e adequada a uma violação de dados  PELO DSI: - Continuar a implementação das melhores práticas de segurança da informação e respetiva monitorização  PELO DMEM/DEM - Continuar a gerir os acessos físicos a locais e equipamentos, de acordo com as melhores práticas  PELOS SERVIÇOS: - Continuar o cumprimento rigoroso das regras e boas práticas relativas a segurança da informação, nomeadamente as emanadas do DSI e do DMEM/DEM - Manter atualizados os acessos físicos e lógicos, adequando os acessos às instalações, equipamentos e sistemas informáticos ao estritamente indispensável para o exercício das funções e diligenciando pelo seu encerramento imediato com o termo destas	1	3	2	Minimizar as cópias e impressões em papel, bem como as cópias digitais de documentos contendo dados pessoais, com vista a um maior controlo da localização dos dados e diminuição da probabilidade de acessos indevidos/fuga de informação	EPPDP Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022
TRANSVERSAIS	Gestão das comunicações provenientes do titular dos dados pessoais e da CNPD	EPPDP	T31	Possibilidade de confusão entre a posição de "Equipa de Implementação" (EPIRGPD) e a posição de Encarregado de Proteção de Dados	Reporte do EPD ao mais alto nível. (Presidente ou Vereador, como já ocorre)	1	2	1	Implementar uma tendencial segregação de funções ou redistribuição processual (o técnico que emite parecer na implementação não deve ser o técnico que emite parecer no caso de violações de dados, de queixas de titulares e de pedidos de esclarecimentos da CNPD; pode ter limitações práticas atendendo ao número reduzido dos elementos da Equipa)	EPPDP	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DE DMRH	T32	Violação do Princípio da Responsabilidade - Indefinição de responsabilidade pessoal em cada uma das fases do processo	Sensibilização para a responsabilização, em especial de técnicos, pela correta fundamentação (e sentido) da decisão, sendo considerado insuficiente o simples "à consideração superior"	2	2	2	Criar Matriz de Responsabilidades das respetivas unidades orgânicas e funcionais (incluindo anexo com a descrição das atividades e dos colaboradores responsáveis) a disponibilizar na intranet organizacional	Todas as UO's DGQA	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DE DMRH	T32	Violação do Princípio da Responsabilidade - Indefinição de responsabilidade pessoal em cada uma das fases do processo	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	2	2	2	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DE DMRH	T32	Violação do Princípio da Responsabilidade - Indefinição de responsabilidade pessoal em cada uma das fases do processo	Esclarecimento e divulgação das matérias de direitos e deveres dos trabalhadores e Regulamento Geral de Proteção de Dados, mediante mecanismos de Comunicação Interna	2	2	2	Promover ações de formação relativamente a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas e legislação nacional sobre proteção de dados	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DE	T33	Tomada de decisão não precedida de audiência prévia, notificada nos termos do CPA (ou outra norma aplicável).	Decisões apenas tomadas após audiência prévia, sempre que necessária	1	2	1	Existência nos serviços, de mapeamento / caracterização dos processos mais comuns (com minutas) a disponibilizar na intranet organizacional	Todas as UO's DGQA	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH DMAEVE	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO (v.g. DMRH)	2	3	3	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO, com um controlo por amostragem e por tipo de processo	DGQA Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	Promoção de ações de formação no âmbito das seguintes temáticas: direitos e deveres dos trabalhadores, exercício do poder disciplinar, Código do Procedimento Administrativo e Regulamento Geral de Proteção de Dados	2	3	3	Continuar a desenvolver ações de formação e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção	DMRH/DDF	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	Desenvolvimento Urbanismo Digital	2	3	3	Recrutamento e formação de pessoal	DMU/NP	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	Desenvolvimento Urbanismo Digital	2	3	3	Aceleração da Implementação do Urbanismo Digital, visando minorar substancialmente os tempos de apreciação	DMU/NP	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMRH	T35	Risco de tomada de decisão fora de tempo, ausência de decisão ou decisão não fundamentada.	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	1	3	2	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	GVPSD	T36	Falta de informação de suporte e de apoio para a tomada de decisão	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	2	3	3	Implementação de Manuais de Procedimentos, fichas técnicas e orientações de gestão	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH	T37	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	2	3	3	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH	T37	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	Implementação de Gestão por Processos por algumas UO	2	3	3	Estabelecimento de orientações internas/guias/manuais relativamente às matérias em que se justifique e se entenda pertinente e admissível a uniformização de apreciação e decisão	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH	T38	Abuso no recurso à Contratação de Estudos e Pareceres externos	Risco presente mas controlado pelos próprios serviços	1	2	1	Manutenção do controlo existente	Todas as UO's	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	DMU DMRH	T38	Abuso no recurso à Contratação de Estudos e Pareceres externos	Qualificação dos técnicos da CML, mediante formação interna e externa adequadas, frequência de estágios e intercâmbio entre instituições	1	2	1	Promover o desenvolvimento de ações de formação em CCP	DMRH/DDF	2022
TRANSVERSAIS	Gestão de Processos	GVPSD	T39	Falta de uniformização de regras para melhor deteção de erros e omissões nas várias unidades orgânicas	Norma de Controlo Interno Manuais de Procedimentos	2	3	3	Revisão da NCI, atualização de Manuais de Procedimentos e outros instrumentos de normalização	DGQA DMF	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM DGQA	CP1	- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	Elaboração de informações devidamente fundamentadas (motivo da necessidade, quantidades necessárias, especificação técnica dos bens/serviços a adquirir)	2	2	2	No âmbito de cada orgânica e num prazo adequado, devem os serviços identificar quais as necessidades aquisitivas (ex: criação de templates para inserção das necessidades recorrentes / anuais / previsíveis).	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM DGQA	CP1	- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	Elaboração de informações devidamente fundamentadas (motivo da necessidade, quantidades necessárias, especificação técnica dos bens/serviços a adquirir)	2	2	2	Após análise da tipologia dos bens/serviços a adquirir, verificar a viabilidade da contratação através de acordos quadro em vigor	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	RSB	CP1	- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	Introdução da consulta preliminar de mercado, a fim de preparar e delinear o objeto, a expressão, o sentido e o alcance do procedimento adequado à formação do contrato, sem perda de sentido de transparência e salvaguardando a concorrência entre os operadores económicos	2	2	2	Preparar e delinear o objeto, a expressão, o sentido e o alcance do procedimento adequado à formação do contrato através da consulta preliminar de mercado, sempre que se verifique ser necessário	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DGQA	CP1	- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	Adoção da consulta prévia, conforme estipula o artº 279A, do CCP	2	2	2	Assegurar, sempre que possível, o cumprimento do artº 279A, do CCP (Consulta Prévia)	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	ELIMINADO
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSD	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	- Algumas unidades orgânicas mantêm um sistema estruturado de avaliação das necessidades, incluindo instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento - Algumas unidades orgânicas dispõem de uma base de dados de fornecedores por categoria de bens ou serviços	2	2	2	Implementar um sistema de lembrete / controlo de execução das medidas adotadas	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSD	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	- Algumas unidades orgânicas mantêm um sistema estruturado de avaliação das necessidades, incluindo instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento - Algumas unidades orgânicas dispõem de uma base de dados de fornecedores por categoria de bens ou serviços	2	2	2	Implementar um sistema estruturado de avaliação das necessidades, incluindo instruções / procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSD DGQA	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	- Algumas unidades orgânicas mantêm um sistema estruturado de avaliação das necessidades, incluindo instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento - Algumas unidades orgânicas dispõem de uma base de dados de fornecedores por categoria de bens ou serviços	2	2	2	Assegurar a avaliação de fornecedores por categoria de bens ou serviços, periodicamente atualizados, a fim de permitir um melhor conhecimento do mercado	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DAFD DMRH DMF GVPSD	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	- Algumas unidades orgânicas mantêm um sistema estruturado de avaliação das necessidades, incluindo instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento - Algumas unidades orgânicas dispõem de uma base de dados de fornecedores por categoria de bens ou serviços	2	2	2	Parametrizar as bases ACCP e SAP-FI, de forma a criar automatismos que promovam uma resposta automática, imediata e amigável	DMF DGQA DSI	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMEI DMMC	CP3	Falta de planeamento podendo conduzir à adoção de ajuste direto por critérios de urgência ou estado de necessidade, o recurso a uma só entidade para a execução do contrato	Programar e planear atempadamente as intervenções, evitando o recurso à figura do estado de necessidade e, consequentemente, o recurso a uma só entidade para a execução do contrato	2	2	2	Assegurar o levantamento do estado de conservação do edificado e infraestruturas e o planeamento atempado das intervenções	UCT DMMC EPPGDL	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT DGQA	CP5	Em procedimentos por ajuste direto simplificado a escolha da entidade a convidar recai sobre entidades com dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social		2	1	1	Antecedendo a proposta de adjudicação e sempre que o valor total da contratação exceda 5.000,00, deve ser solicitada à entidade a convidar que comprove ter a situação tributária e contributiva regularizada	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT DGQA	CP6	Em procedimentos por consulta prévia a escolha das entidades a convidar recai sobre entidades em cuja estrutura societária constam os mesmos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência		2	3	3	Antecedendo a elaboração da proposta de decisão de contratar, assegurar o cumprimento do Despacho n.º nº 99/R/2021, de 7 de setembro deve ser solicitada às entidades a convidar, cópia da certidão permanente do registo comercial ou do respetivo código de acesso, para aferir a identidade dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT	CP7	Em procedimentos por ajuste direto e consulta prévia a definição das autorizações do alvará de empreiteiro de obras públicas detidas pelas entidades a convidar, não corresponda às autorizações necessárias para a execução da obra		2	1	1	As autorizações necessárias à execução da obra deverão ser definidas e validadas por funcionários/chefes distintos(as), antecedendo a abertura do procedimento	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública (EOP)	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	UCT DGQA	CP8	Em procedimentos por ajuste direto e consulta prévia a escolha das entidades a convidar recai sobre empresas sem alvará de empreiteiro de obras públicas com as autorizações necessárias e devidas para a execução da obra		1	3	2	As autorizações nos alvarás de empreiteiro de obras públicas detidas pelos empreiteiros a convidar, necessárias à execução da obra, deverão ser aferidas e confirmadas por funcionários/chefes distintos(as), antecedendo a abertura do procedimento	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública (EOP)	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM	CP9	Não verificação do cumprimento das normas fixadas no Orçamento de Estado em vigor referente a procedimentos de aquisição de serviços		1	3	2	Observância do Regulamento do Orçamento em vigor	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	PM GVPSD	CP10	Incumprimento dos Princípios da Contratação Pública (concorrência, transparência, respeito pelas regras no acesso, igualdade...)		2	3	3	Nos ajustes diretos e consultas prévias a tramitação do procedimento deverá ser realizada preferencialmente através da plataforma eletrónica de contratação pública	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF DGQA	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	- Adotar o procedimento por concurso (público ou limitado) como regra geral, utilizando o procedimento por ajuste direto apenas em situações pontuais que sejam incompatíveis com os prazos definidos para os concursos público e limitado, cumprindo as regras e formalidades legalmente estipuladas - Realizar periodicamente verificações financeiras e procedimentais	3	1	2	Garantir um planeamento em tempo útil das necessidades e avaliação criteriosa dos procedimentos necessários por forma a reduzir a possibilidade de risco de fracionamento de despesa	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	- Adotar o procedimento por concurso (público ou limitado) como regra geral, utilizando o procedimento por ajuste direto apenas em situações pontuais que sejam incompatíveis com os prazos definidos para os concursos público e limitado, cumprindo as regras e formalidades legalmente estipuladas - Realizar periodicamente verificações financeiras e procedimentais	3	1	2	Check List de Verificação de Procedimento de Contratação Pública	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF DGQA	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	- Adotar o procedimento por concurso (público ou limitado) como regra geral, utilizando o procedimento por ajuste direto apenas em situações pontuais que sejam incompatíveis com os prazos definidos para os concursos público e limitado, cumprindo as regras e formalidades legalmente estipuladas - Realizar periodicamente verificações financeiras e procedimentais	3	1	2	Atualização e divulgação da ficha e do guião no Intranet	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	- Adotar o procedimento por concurso (público ou limitado) como regra geral, utilizando o procedimento por ajuste direto apenas em situações pontuais que sejam incompatíveis com os prazos definidos para os concursos público e limitado, cumprindo as regras e formalidades legalmente estipuladas - Realizar periodicamente verificações financeiras e procedimentais	3	1	2	Fazer um levantamento das necessidades para o ano em causa e eventuais anos futuros	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DMU DMMC RSB PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	- Adotar o procedimento por concurso (público ou limitado) como regra geral, utilizando o procedimento por ajuste direto apenas em situações pontuais que sejam incompatíveis com os prazos definidos para os concursos público e limitado, cumprindo as regras e formalidades legalmente estipuladas - Realizar periodicamente verificações financeiras e procedimentais	3	1	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DAFD DMRH DMF	CP12	Situações de "captura" pelo mesmo leque de fornecedores motivada pela dificuldade em conhecer os montantes adjudicados a cada empresa	- Algumas unidades orgânicas já dispõem de uma base de dados de fornecedores, histórica e prospetiva, por área de atividade e atualizada semestralmente, com um gestor próprio - Algumas unidades orgânicas elaboram mapas de controlo devidamente adaptado, de todos os procedimentos lançados, adjudicados num determinado ano económico, com referências ao tipo de procedimento (sequencial por ano), objeto, Rubrica Económica, valor estimado, concorrentes, cabimento, adjudicatário, valor contratado - Aplicação informática ACCP permitir o registo de todas as empresas às quais se adjudica por ajuste direto e consulta prévia e conhecer qual o montante adjudicado a cada uma	1	3	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase Prévia ao Procedimento (Preparação do procedimento) SERVIÇO PROMOTOR	DGQA DMF	CP13	- Adaptação de critérios de adjudicação a determinados contratos prestados por certas empresas - Carácter discricionário dos modelos de avaliação das propostas, com fatores não qualificáveis nem comparáveis ou inadequados à aquisição	Garantir a uniformização dos modelos de avaliação das propostas em aquisições idênticas	1	1	1	Assegurar que todos os fatores que densificam o critério de adjudicação sejam ligados ao objeto do contrato	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DGQA	CP14	Possibilidade de concertação entre empresas com objetivo de eliminar ou limitar a concorrência (conluio)	Análise atenta e comparativa das propostas apresentadas, em particular nos procedimentos de categorias centralizadas	2	3	3	Divulgação das orientações da Autoridade da Concorrência	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DGQA	CP14	Possibilidade de concertação entre empresas com objetivo de eliminar ou limitar a concorrência (conluio)	Análise atenta e comparativa das propostas apresentadas, em particular nos procedimentos de categorias centralizadas	2	3	3	Aplicação de check lists de deteção de eventuais indícios	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	UCT	CP15	Não comunicação a todos os concorrentes das consultas informais realizadas antes da abertura do procedimento		2	3	3	Assegurar o cumprimento do artº 359A, nº 4, do CCP	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	- Centralização dos procedimentos de contratação e uniformização de critérios de análise e de adjudicação - Análise do processo do ponto de vista jurídico e sua integração em acordos quadro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Norma de Controlo Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	3	2	3	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	- Centralização dos procedimentos de contratação e uniformização de critérios de análise e de adjudicação - Análise do processo do ponto de vista jurídico e sua integração em acordos quadro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Norma de Controlo Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	3	2	3	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	- Centralização dos procedimentos de contratação e uniformização de critérios de análise e de adjudicação - Análise do processo do ponto de vista jurídico e sua integração em acordos quadro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Norma de Controlo Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	3	2	3	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2022



Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMMC DMU DAFD DMF DE GVMS	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	- Centralização dos procedimentos de contratação e uniformização de critérios de análise e de adjudicação - Análise do processo do ponto de vista jurídico e sua integração em acordos quadro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública da DGQA	3	2	3	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DE	CP17	Dificuldade de enquadramento da despesa na rubrica económica correspondente	Análise casuística do enquadramento mais correto	2	2	2	Uniformização de critérios pela DMF com esclarecimentos escritos e divulgados a todas as unidades orgânicas	DMF	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DGQA	CP18	Constrangimentos decorrentes da manutenção da intenção/registo na aplicação ACP após o decurso dos prazos estabelecidos (60 dias para cabimento e 120 dias para adjudicação)	- A aplicação tem um sistema de alertas O DGQA procede ao levantamento e à verificação dos registos efetuados, questionando os serviços/utilizadores responsáveis pela inserção sobre a necessidade de manter o registo para além dos prazos predefinidos	2	2	2	Reavaliação do sistema de alertas, equacionar a possibilidade de automatizar a eliminação dos registos após o decurso dos prazos estabelecidos	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	- Os funcionários que pretendem desenvolver atividades particulares são obrigados a solicitar autorização superior referindo que essas atividades não conflituam com horário de trabalho e não se exercem no âmbito do município de Lisboa e se enquadram, no caso dos cargos de dirigentes, nos impedimentos previstos na Lei - Algumas unidades orgânicas procedem à entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos elementos que constituem o júri na fase da abertura do procedimento - Aferição de eventuais conflitos de interesses por parte do fornecedor/empregado	2	2	2	Alargar o âmbito da declaração de conflito de interesses a todos os intervenientes na fase de formação e de execução do contrato	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	- Os funcionários que pretendem desenvolver atividades particulares são obrigados a solicitar autorização superior referindo que essas atividades não conflituam com horário de trabalho e não se exercem no âmbito do município de Lisboa e se enquadram, no caso dos cargos de dirigentes, nos impedimentos previstos na Lei - Algumas unidades orgânicas procedem à entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos elementos que constituem o júri na fase da abertura do procedimento - Aferição de eventuais conflitos de interesses por parte do fornecedor/empregado	2	2	2	Garantir o cumprimento da obrigação de fazer declarações de interesses privados dos trabalhadores e obter a sua renovação periódica	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	- Os funcionários que pretendem desenvolver atividades particulares são obrigados a solicitar autorização superior referindo que essas atividades não conflituam com horário de trabalho e não se exercem no âmbito do município de Lisboa e se enquadram, no caso dos cargos de dirigentes, nos impedimentos previstos na Lei - Algumas unidades orgânicas procedem à entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos elementos que constituem o júri na fase da abertura do procedimento - Aferição de eventuais conflitos de interesses por parte do fornecedor/empregado	2	2	2	Nas fases de preparação e gestão, criação de equipas por cada categoria de bens e serviços, com participação do DA e do SP, que preparem os pressupostos dos contratos e validem os resultados da execução	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	- Os funcionários que pretendem desenvolver atividades particulares são obrigados a solicitar autorização superior referindo que essas atividades não conflituam com horário de trabalho e não se exercem no âmbito do município de Lisboa e se enquadram, no caso dos cargos de dirigentes, nos impedimentos previstos na Lei - Algumas unidades orgânicas procedem à entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos elementos que constituem o júri na fase da abertura do procedimento - Aferição de eventuais conflitos de interesses por parte do fornecedor/empregado	2	2	2	Segregação entre as equipas que prepararam e as que validam	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU PM DMEI DAFD DMRH DMF	CP19	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	- Os funcionários que pretendem desenvolver atividades particulares são obrigados a solicitar autorização superior referindo que essas atividades não conflituam com horário de trabalho e não se exercem no âmbito do município de Lisboa e se enquadram, no caso dos cargos de dirigentes, nos impedimentos previstos na Lei - Algumas unidades orgânicas procedem à entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos elementos que constituem o júri na fase da abertura do procedimento - Aferição de eventuais conflitos de interesses por parte do fornecedor/empregado	2	2	2	Promover a formação específica orientada por técnicos ou formadores de outras entidades públicas, que conheçam e utilizem a prática nesta matéria, na perspectiva da entidade pública adjudicatária	DMRH/DDF	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU GVMS	CP20	Subjetividade na interpretação da legislação aplicável	Algumas unidades orgânicas solicitam pareceres à DMF por forma a uniformizar a interpretação da legislação a aplicar, para que a sua aplicação seja uniforme na CML	2	3	3	Uniformização da interpretação e da aplicação dos diplomas legislativos através da adoção de templates e/ou emissão de pareceres jurídicos a difundir internamente	DGQA DMF SG/DI	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos adoção de "informalidades" administrativas	- Conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, efetuado pelo NlCP, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusivamente na fase que antecede à adjudicação - Manutenção de um sistema de controlo interno que garante as condições que regem os princípios da Contratação Pública, previstos na legislação e na regulamentação aplicável - Promoção de formação dos vários intervenientes nos procedimentos inerentes à formação, celebração e execução de contratos na área da contratação pública, visando a uniformização e de metodologias e critérios, bem como a atualização constante dos trabalhadores com os diplomas legais - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controlo Interno - Levantamento das necessidades formativas das várias unidades orgânicas e concretização de ações de formação internas e externas para os trabalhadores	2	2	2	Manter e aplicar instruções / procedimentos com todas as fases do concurso/consulta e seus possíveis incidentes	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos de adoção de "informalidades" administrativas	- Conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, efetuado pelo NCP, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusivamente na fase que antecede à adjudicação  - Manutenção de um sistema de controlo interno que garante as condições que regem os princípios da Contratação Pública, previstos na legislação e na regulamentação aplicável  - Promoção de formação dos vários intervenientes nos procedimentos inerentes à formação, celebração e execução de contratos na área da contratação pública, visando a uniformização de metodologias e critérios, bem como a atualização constante dos trabalhadores com os diplomas legais  - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública  - Aplicação Norma de Controlo Interno  - Levantamento das necessidades formativas das várias unidades orgânicas e concretização de ações de formação internas e externas para os trabalhadores	2	2	2	Continuar a promover o esclarecimento desta temática e das normas com ela relacionadas, junto de todos os técnicos da CML que trabalhem esta matéria, mediante mecanismos de comunicação interna	DMF DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos de adoção de "informalidades" administrativas	- Conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, efetuado pelo NCP, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusivamente na fase que antecede à adjudicação  - Manutenção de um sistema de controlo interno que garante as condições que regem os princípios da Contratação Pública, previstos na legislação e na regulamentação aplicável  - Promoção de formação dos vários intervenientes nos procedimentos inerentes à formação, celebração e execução de contratos na área da contratação pública, visando a uniformização de metodologias e critérios, bem como a atualização constante dos trabalhadores com os diplomas legais  - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública  - Aplicação Norma de Controlo Interno  - Levantamento das necessidades formativas das várias unidades orgânicas e concretização de ações de formação internas e externas para os trabalhadores	2	2	2	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos de adoção de "informalidades" administrativas	- Conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, efetuado pelo NCP, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusivamente na fase que antecede à adjudicação  - Manutenção de um sistema de controlo interno que garante as condições que regem os princípios da Contratação Pública, previstos na legislação e na regulamentação aplicável  - Promoção de formação dos vários intervenientes nos procedimentos inerentes à formação, celebração e execução de contratos na área da contratação pública, visando a uniformização de metodologias e critérios, bem como a atualização constante dos trabalhadores com os diplomas legais  - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública  - Aplicação Norma de Controlo Interno  - Levantamento das necessidades formativas das várias unidades orgânicas e concretização de ações de formação internas e externas para os trabalhadores	2	2	2	Continuar a promover a formação específica orientada por técnicos ou formadores de outras entidades públicas, que conheçam e utilizem a prática nesta matéria, na perspectiva da entidade pública adjudicatária	DMRH/DOF	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos de adoção de "informalidades" administrativas	- Conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, efetuado pelo NCP, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusivamente na fase que antecede à adjudicação  - Manutenção de um sistema de controlo interno que garante as condições que regem os princípios da Contratação Pública, previstos na legislação e na regulamentação aplicável  - Promoção de formação dos vários intervenientes nos procedimentos inerentes à formação, celebração e execução de contratos na área da contratação pública, visando a uniformização de metodologias e critérios, bem como a atualização constante dos trabalhadores com os diplomas legais  - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública  - Aplicação Norma de Controlo Interno  - Levantamento das necessidades formativas das várias unidades orgânicas e concretização de ações de formação internas e externas para os trabalhadores	2	2	2	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos de adoção de "informalidades" administrativas	- Conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, efetuado pelo NCP, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusivamente na fase que antecede à adjudicação  - Manutenção de um sistema de controlo interno que garante as condições que regem os princípios da Contratação Pública, previstos na legislação e na regulamentação aplicável  - Promoção de formação dos vários intervenientes nos procedimentos inerentes à formação, celebração e execução de contratos na área da contratação pública, visando a uniformização de metodologias e critérios, bem como a atualização constante dos trabalhadores com os diplomas legais  - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública  - Aplicação Norma de Controlo Interno  - Levantamento das necessidades formativas das várias unidades orgânicas e concretização de ações de formação internas e externas para os trabalhadores	2	2	2	Emitir instruções claras e homogêneas, divulgadas pelas unidades orgânicas, que deverão ser revistas sempre que ocorram alterações legais	DGQA DMF	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMRH GVPSD	CP21	- Desconhecimento do enquadramento legal (do CCP, da LOE e outra legislação relativa à contratação pública); - Desconhecimento de procedimentos administrativos de adoção de "informalidades" administrativas	- Conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, efetuado pelo NCP, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusivamente na fase que antecede à adjudicação  - Manutenção de um sistema de controlo interno que garante as condições que regem os princípios da Contratação Pública, previstos na legislação e na regulamentação aplicável  - Promoção de formação dos vários intervenientes nos procedimentos inerentes à formação, celebração e execução de contratos na área da contratação pública, visando a uniformização de metodologias e critérios, bem como a atualização constante dos trabalhadores com os diplomas legais  - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública  - Aplicação Norma de Controlo Interno  - Levantamento das necessidades formativas das várias unidades orgânicas e concretização de ações de formação internas e externas para os trabalhadores	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficientes mecanismos de controle e avaliação em cada UO, destinados a verificar e a certificar os procedimentos	- Algumas unidades orgânicas procedem à conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusive na fase que antecede à adjudicação - Aplicar as instruções aos procedimentos em todas as fases do concurso ou consulta e seus possíveis incidentes - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA - Emissão de recomendações no âmbito das auditorias realizadas pelo DGQA	2	2	2	Controlo e avaliação dos procedimentos de contratação adotados em cada UO	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	- Algumas unidades orgânicas procedem à conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusive na fase que antecede à adjudicação - Aplicar as instruções aos procedimentos em todas as fases do concurso ou consulta e seus possíveis incidentes - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA - Emissão de recomendações no âmbito das auditorias realizadas pelo DGQA	2	2	2	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	- Algumas unidades orgânicas procedem à conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusive na fase que antecede à adjudicação - Aplicar as instruções aos procedimentos em todas as fases do concurso ou consulta e seus possíveis incidentes - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA - Emissão de recomendações no âmbito das auditorias realizadas pelo DGQA	2	2	2	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	- Algumas unidades orgânicas procedem à conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusive na fase que antecede à adjudicação - Aplicar as instruções aos procedimentos em todas as fases do concurso ou consulta e seus possíveis incidentes - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA - Emissão de recomendações no âmbito das auditorias realizadas pelo DGQA	2	2	2	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	- Algumas unidades orgânicas procedem à conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusive na fase que antecede à adjudicação - Aplicar as instruções aos procedimentos em todas as fases do concurso ou consulta e seus possíveis incidentes - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA - Emissão de recomendações no âmbito das auditorias realizadas pelo DGQA	2	2	2	Publicitar as recomendações emitidas pelo DGQA no âmbito das auditorias realizadas	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DMF	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	- Algumas unidades orgânicas procedem à conferência e validação de procedimentos, na fase do compromisso, garantindo a conformidade legal prevista na legislação em vigor e regulamentos aplicáveis, inclusive na fase que antecede à adjudicação - Aplicar as instruções aos procedimentos em todas as fases do concurso ou consulta e seus possíveis incidentes - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respetivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	- Algumas das unidades orgânicas fazem a verificação dos procedimentos contratuais no respetivo Núcleo de Contabilidade, antes de produzirem qualquer encargo financeiro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	2	2	2	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respetivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	- Algumas das unidades orgânicas fazem a verificação dos procedimentos contratuais no respetivo Núcleo de Contabilidade, antes de produzirem qualquer encargo financeiro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controle interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	2	2	2	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	- Algumas das unidades orgânicas fazem a verificação dos procedimentos contratuais no respetivo Núcleo de Contabilidade, antes de produzirem qualquer encargo financeiro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controlo Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	2	2	2	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	- Algumas das unidades orgânicas fazem a verificação dos procedimentos contratuais no respetivo Núcleo de Contabilidade, antes de produzirem qualquer encargo financeiro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controlo Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	2	2	2	Elaboração e divulgação de checklist com implementação de formulário de conformidade, pela DMF /DC	DMF	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DAFD DE DMF	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	- Algumas das unidades orgânicas fazem a verificação dos procedimentos contratuais no respetivo Núcleo de Contabilidade, antes de produzirem qualquer encargo financeiro - Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública - Aplicação Norma de Controlo Interno - Divulgação do Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU DAFD DMEI DMRH DMF DMAEVECE	CP24	Participação dos mesmos intervenientes da fase de preparação do procedimento	- Sem prejuízo da falta de recursos humanos tendencialmente os serviços não se socorrem dos mesmos intervenientes na negociação dos procedimentos e na elaboração e formação dos contratos - Aplicação Norma de Controlo Interno	2	2	2	Reforço de colaboradores na área da contratação pública de forma a garantir a segregação de funções, bem como uma maior rotatividade na elaboração dos procedimentos pré-contratuais, sem prejuízo de assegurar a especialização adequada	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU DAFD DMEI DMRH DMF	CP24	Participação dos mesmos intervenientes da fase de preparação do procedimento	- Sem prejuízo da falta de recursos humanos tendencialmente os serviços não se socorrem dos mesmos intervenientes na negociação dos procedimentos e na elaboração e formação dos contratos - Aplicação Norma de Controlo Interno	2	2	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DMU DAFD	CP25	Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças dos respetivos concursos	Algumas unidades orgânicas têm mecanismos internos (checklist de conferência) que garantem a correspondência entre as cláusulas contratuais e o estabelecido nas peças do respetivo concurso	1	3	2	Manter um sistema de controlo interno que garanta a correspondência entre as cláusulas contratuais e o estabelecido nas peças do respetivo concurso	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DSI DGQA	CP26	Não publicitação ou publicitação tardia dos contratos no Portal dos Contratos Públicos (base.gov), incluindo os realizados ao abrigo do regime excecional e temporário de contratação de resposta à epidemia Covid 19 (reduzidos a escrito ou não)	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	2	2	2	Criação/manutenção de sistema de controlo interno que garanta verificação da publicação do contrato no Portal dos Contratos Públicos (base.gov) e arquivo do correspondente comprovativo no processo	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase do Procedimento (Abertura e tramitação do procedimento)	DGQA	CP26.1	Não publicitação ou publicitação tardia do anúncio de adjudicação nos casos aplicáveis (IOUE) - Artº 78º CCP	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	2	2	2	Criação/manutenção de sistema de controlo interno que garanta em tempo útil o anúncio de adjudicação nos casos aplicáveis (IOUE)	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	DMMC	CP27	Equipas de fiscalização compostas sempre pelos mesmos elementos	Promover a rotatividade dos elementos que compõem as diferentes equipas e recorrer a contratação externa	3	3	3	Assegurar a efetiva rotatividade dos elementos que compõem as equipas	UCT DMMC EPPGDL DMAEVECE	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	UCT	CP28	Agentes ativos intervenientes na execução do contrato - Tomada de decisões incorretas favoráveis à entidade adjudicatária		3	2	3	Formação contínua e específica em cada área técnica destinada aos agentes ativos intervenientes (Autor do projeto/Gestor do contrato/Diretor de Fiscalização e Fiscal da obra)	UCT DMMC EPPGDL	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	DGQA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	Realização das revisões de projeto de acordo com o disposto no CCP Obtenção prévia dos pareceres obrigatórios de entidades externas	3	2	3	Validação do projeto por entidade independente da equipa projetista	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	DGQA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	Realização das revisões de projeto de acordo com o disposto no CCP Obtenção prévia dos pareceres obrigatórios de entidades externas	3	2	3	Assegurar a aprovação de projetos de obras públicas que definam, com a máxima precisão, as finalidades e características da obra a realizar e as características dos respetivos terrenos de implantação	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	DGQA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	Realização das revisões de projeto de acordo com o disposto no CCP Obtenção prévia dos pareceres obrigatórios de entidades externas	3	2	3	Acompanhar a elaboração dos projetos, mesmo quando realizados por entidades externas	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	DGQA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	Realização das revisões de projeto de acordo com o disposto no CCP Obtenção prévia dos pareceres obrigatórios de entidades externas	3	2	3	Promover a cuidada revisão dos projetos antes da sua colocação a concurso, designadamente atualizando os projetos antigos e compatibilizando os projetos das várias especialidades ou de empreitadas relacionadas entre si	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	DGQA	CP29	Em sede de fiscalização não assegurar: - A execução dos trabalhos em conformidade com o contrato - A verificação ou conferência dos autos de medição dos trabalhos mensais - A receção da obra em conformidade com o que foi contratado	Nomear equipas de fiscalização e garantir a rotatividade dos seus elementos	2	3	3	Assegurar o controlo de quantidades e espécie de trabalhos com a frequência adequada a cada obra, através da implementação de uma ficha de controlo e sua posterior validação	UCT DMMC EPPGDL	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Fiscalização e acompanhamento da execução da obra)	DGQA	CP29	Em sede de fiscalização não assegurar: - A execução dos trabalhos em conformidade com o contrato - A verificação ou conferência dos autos de medição dos trabalhos mensais - A receção da obra em conformidade com o que foi contratado	Nomear equipas de fiscalização e garantir a rotatividade dos seus elementos	2	3	3	Continuar a nomear equipas de fiscalização e a garantir a rotatividade dos seus elementos	UCT DMMC EPPGDL	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização da Empreitada (Receções Provisórias/Definitivas, Conta Final, etc)	DGQA	CP30	Receções táticas por inércia da CML em marcar as vistorias no prazo legal e a deteção de defeitos de obra após o termo do prazo de garantia	As unidades orgânicas que acompanham a execução de empreitadas dispõem de um sistema de controlo que passa pela elaboração de modelos para promoverem os atos relacionados com as receções e de mapas de monitorização para sinalização das datas chave.	2	3	3	Criação de um sistema de controlo interno que garanta a realização atempada das vistorias, a receção da obra e a libertação das garantias	UCT DMMC EPPGDL	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização da Empreitada (Receções Provisórias/Definitivas, Conta Final, etc)	DGQA	CP32	Incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações contratuais		2	3	3	Aplicação sanções contratuais definidas no caderno de encargos	UCT DMMC EPPGDL	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Acompanhamento da execução do contrato)	UCT	CP34	Agentes ativos intervenientes na execução do contrato - Tomada de decisões incorretas favoráveis à entidade adjudicatária		3	2	3	Formação contínua e específica em cada área técnica destinada aos agentes ativos intervenientes (Gestor do contrato/Técnicos responsáveis pela receção de bens e/ou serviços/Fiel de armazém)	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Acompanhamento da execução do contrato)	PM DAFD DMRH DMF/DA DMMC RSB	CP35	Em sede de receção dos bens ou da prestação do serviço, não assegurar: - A conformidade do fornecimento com os requisitos contratados - A inspeção e avaliação da quantidade e da qualidade do(s) mesmo(s), por mais de um funcionário - O registo da conformidade da entrega dos bens ou da prestação do serviço	- Nomeação do gestor do contrato - Algumas unidades orgânicas garantem a segregação de funções na avaliação da qualidade/quantidade dos bens - Existem alguns mecanismos de auditoria a certas categorias de bens - Algumas unidades orgânicas asseguram a receção e avaliação dos bens/serviços por mais do que um funcionário	2	2	2	Em todas as unidades orgânicas a receção, a verificação e a avaliação dos bens/serviços deve ser acompanhada pelo gestor de contrato e assegurada através da nomeação de pelo menos dois funcionários	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Acompanhamento da execução do contrato)	RSB DMU	CP36	Controlo pouco eficiente dos prazos: - Na entrega dos bens, podendo levar ao incumprimento do artº 129º, alínea a), do CCP - Na garantia dos bens, originando despesas adicionais com as suas reparações	- Atender aos prazos e faseamento dos contratos e evitar as interrupções por necessidade do serviço - O Serviço financeiro, controla os processos que ainda não têm guia de entrega dos Bens e procura identificar a causa e o motivo - Em situação de avaria verifica-se se está ou não dentro do prazo de garantia	1	2	1	Criação de processo através, eventualmente, de sistema informático, para alerta, monitorização e controlo de prazos	RSB DMU DSI Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Fase de Execução (Acompanhamento da execução do contrato)	RSB DMU	CP36	Controlo pouco eficiente dos prazos: - Na entrega dos bens, podendo levar ao incumprimento do artº 129º, alínea a), do CCP - Na garantia dos bens, originando despesas adicionais com as suas reparações	- Atender aos prazos e faseamento dos contratos e evitar as interrupções por necessidade do serviço - O Serviço financeiro, controla os processos que ainda não têm guia de entrega dos Bens e procura identificar a causa e o motivo - Em situação de avaria verifica-se se está ou não dentro do prazo de garantia	1	2	1	Criar templates ou ficha de procedimento para que cada gestor acompanhe e/ou justifique o não cumprimento dos prazos pré-definidos	RSB DMU Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DMMC DAFD DMRH DMU DMF/DA DMEI DSI GVPSD	CP37	- Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho do fornecedores e empreiteiros;	- Em algumas unidades orgânicas é feita monitorização e o registo do contrato de fornecimento de acordo com os indicadores de desempenho	3	3	3	Elaborar relatórios e avaliar "à posteriori" o nível da qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e do desempenho dos fornecedores e empreiteiros	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DMMC DAFD DMRH DMU DMF/DA DMEI DSI GVPSD	CP37	- Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho do fornecedores e empreiteiros;	- Em algumas unidades orgânicas é feita monitorização e o registo do contrato de fornecimento de acordo com os indicadores de desempenho	3	3	3	Aplicação de sanções contratuais definidas no caderno de encargos	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DMMC DAFD DMRH DMU DMF/DA DMEI DSI GVPSD DGQA	CP37	- Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho do fornecedores e empreiteiros;	Em algumas unidades orgânicas é feita monitorização e o registo do contrato de fornecimento de acordo com os indicadores de desempenho O gestor do contrato elabora relatórios de desempenho do concorrente mediante avaliação da execução financeira, técnica e física em todos os contratos	3	3	3	Criação de uma base de dados que inclua a avaliação de desempenho técnico, temporal e financeiro dos fornecedores e empreiteiros, quer pela experiência, quer pelo controlo de garantia de boa execução do contrato	DMF/DA DMMC DSI	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DGQA	CP37	- Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho do fornecedores e empreiteiros;	Em algumas unidades orgânicas é feita monitorização e o registo do contrato de fornecimento de acordo com os indicadores de desempenho O gestor do contrato elabora relatórios de desempenho do concorrente mediante avaliação da execução financeira, técnica e física em todos os contratos	3	3	3	Criação de um modelo tipo onde conste os critérios de avaliação de desempenho técnico, temporal e financeiro quer pelo controlo de garantia de boa execução do contrato	DMF/DA DMMC DGQA	2022/2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	DMMC DAFD DMRH DMU DMF/DA DMEI DSI GVPSD DGQA	CP37	- Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho do fornecedores e empreiteiros;	- Em algumas unidades orgânicas é feita monitorização e o registo do contrato de fornecimento de acordo com os indicadores de desempenho	3	3	3	Preenchimento no sistema de avaliação de fornecedores dos respetivos dados	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2023
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Finalização do Contrato	RSB	CP38	Libertação da garantia bancária ou da retenção sem que o contrato esteja devidamente executado	As unidades orgânicas em regra não libertam a garantia bancária ou as quantias retidas sem que tudo esteja devidamente regularizado.	1	2	1	Continuar a acompanhar minuciosamente todos os prazos, para que os procedimentos fiquem concluídos em tempo útil e os fornecedores tenham os valores retidos, devolvidos também no mais curto espaço de tempo	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA (COVID-19)	Regime excecional e temporário de contratação pública previsto na lei para resposta à epidemia da doença do COVID-19	DGQA	Covid1	Uso abusivo ou não devidamente fundamentado dos regimes excecionais e temporários de contratação pública previstos na lei para resposta à epidemia da doença do COVID-19		2	2	2	Implementar um sistema estruturado e específico de avaliação das necessidades ligadas ao combate à pandemia Covid 19, com um reforço da necessidade de fundamentação acessada da decisão de contratar na resposta à epidemia SARS-CoV-2	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022
CONTRATAÇÃO PÚBLICA (COVID-19)	Regime excecional e temporário de contratação pública previsto na lei para resposta à epidemia da doença do COVID-19	DGQA	Covid2	Falta ou atraso na remessa e insuficiências ou deficiências na instrução dos formulários de comunicação dos contratos promovidos ao TdC, ao abrigo do regime excecional e temporário de contratação pública de resposta à epidemia Covid 19, de valor igual ou superior a 750.000,00, reduzidos a escrito ou não.		2	2	2	Criação/manutenção e monitorização de um sistema de controlo interno, promovido por cada UO, que garanta a verificação do envio dos contratos ao TdC e arquivo do correspondente comprovativo no processo	Todas as UO's que efetuem procedimentos de contratação pública	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança e Integridade da Informação	DGQA	SI1	Acesso a equipamentos e a sistemas de informação da CML para os quais o funcionário não tenha autorização. Uso indevido de credenciais ou partilha de credenciais	Aos utilizadores de computador e dos sistemas de informação é atribuído um nome de utilizador e palavra-chave únicos, pessoais e intransmissíveis, não podendo ser partilhados e devendo a palavra-chave ser alterada regularmente	1	2	1	Criar credenciais personalizadas, não partilháveis e com restrições de acesso, em função da tipologia de utilizador	DSI	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança e Integridade da Informação	DGQA	SI1	Acesso a equipamentos e a sistemas de informação da CML para os quais o funcionário não tenha autorização. Uso indevido de credenciais ou partilha de credenciais	Aos utilizadores de computador e dos sistemas de informação é atribuído um nome de utilizador e palavra-chave únicos, pessoais e intransmissíveis, não podendo ser partilhados e devendo a palavra-chave ser alterada regularmente	1	2	1	Utilizar os recursos disponibilizados pelas credenciais de acordo com as regras de responsabilidade e ética	DSI Todas as UO's	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança e Integridade da Informação	DGQA	SI2	Utilização não responsável do email	Definição na Norma de Controlo Interno dos conteúdos e anexos de email considerados não apropriados e proibidos de divulgação	2	2	2	Utilizar o endereço de correio eletrónico institucional para fins profissionais, não o divulgando em sites de listas de discussão nem em registos em sites, entre outros.	Todas as UO's	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Gestão e Modernização de Equipamentos	DGQA	SI3	Equipamentos informáticos obsoletos, pouco seguros e incompatíveis com a evolução dos sistemas de informação	Planeamento e substituição/upgrade dos equipamentos informáticos com respetivo abate dos mais antigos	1	2	1	Renovar o parque informático e instalar software atualizado nos equipamentos existentes	DSI	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Gestão e Modernização de Equipamentos	DGQA	SI4	Não reporte ao DSI de Perdas/furto/abate de equipamentos informáticos devido a uma deficiente gestão do inventário	Controlo realizado pelo serviço competente em matéria de gestão e modernização informática de modo a manter atualizado o cadastro e inventário dos mesmos	1	2	1	Controlar permanentemente o inventário dos sistemas e equipamentos existentes	DSI DGQA	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Gestão e Modernização de Equipamentos	DGQA	SI4	Não reporte ao DSI de Perdas/furto/abate de equipamentos informáticos devido a uma deficiente gestão do inventário	Controlo realizado pelo serviço competente em matéria de gestão e modernização informática de modo a manter atualizado o cadastro e inventário dos mesmos	1	2	1	Comunicação atempada ao DSI de eventuais perdas, furtos ou propostas de abate	Todas as UO's	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Utilização de Software	DGQA	SI5	Instalação de software ilegal por parte de funcionários da CML, incluindo cópias não autorizadas	Proibição de instalação de software ilegal, através da definição de regras rígidas na Norma de Controlo Interno no que respeita à utilização e instalação de software por parte dos funcionários	2	2	2	Assegurar o cumprimento da NCI e outras orientações técnicas emanadas pelo DSI	Todas as UO's	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Utilização de Hardware	DGQA	SI6	Instalação e utilização de hardware não autorizado	Proibição de instalação e uso de hardware estranho ao Município em qualquer dos equipamentos deste, sem prévia autorização do serviço competente, através da definição de regras rígidas incluídas na Norma de Controlo Interno no que respeita à utilização destes equipamentos	2	2	2	Assegurar o cumprimento da NCI e outras orientações técnicas emanadas pelo DSI	Todas as UO's	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Integridade da Informação	DGQA	SI7	Risco de interrupção de serviço contínuo e consequente perda de informação.	NCI e manuais de utilização	2	2	2	Assegurar procedimentos de salvaguarda (backup) e recuperação/reconstrução (restore) de informação e testes de restore periódicos	DSI	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança em Teletrabalho	DGQA	SI8	Vulnerabilidade da segurança dos sistemas em contexto de teletrabalho	Articulação entre os funcionários e as equipas técnicas do DSI	2	3	3	Assegurar a instalação da ligação VPN nos equipamentos em contexto de teletrabalho. Assegurar uma credenciação forte do WIFI doméstico e evitar a utilização de redes públicas	DSI Todas as UO's	2022
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Segurança em Teletrabalho	DGQA	SI9	Definição de regras pouco claras sobre a utilização de equipamentos pessoais no contexto laboral	Orientações técnicas e manuais de utilização	2	3	3	Emitir recomendações permanentemente atualizadas sobre Cibersegurança no teletrabalho	DSI	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
GESTÃO FINANCEIRA	Alterações e revisões orçamentais	DMF/DOCG DACM	GF1	Submissão a deliberação do órgão executivo de Propostas em desconformidade com os requisitos financeiros (legais e/ou regulamentares).	Definição de requisitos obrigatórios no Regulamento do Orçamento Check list que reúne todos os requisitos financeiros que devem compor uma proposta	2	2	2	Não agendamento de propostas desconformes com os requisitos legais ou regulamentares	Todas as UO's com iniciativa de despesa DACM DMF/DOCG	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Depósitos e transferências	DMF/DT DMF/DRF	GF2	Divulgação externa do IBAN por parte dos serviços emissores de receita sem existência/comunicação à entidade das liquidações.	Aplicação Norma de Controlo Interno	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Depósitos e transferências	DMF/DT DMF/DRF	GF2	Divulgação externa do IBAN por parte dos serviços emissores de receita sem existência/comunicação à entidade das liquidações.	Aplicação Norma de Controlo Interno	3	2	3	Elaboração de circular DMF/DT - tipos de receita/ IBAN's e reforço comunicação dos procedimentos da NCI	DMF/DRF e DT	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Conferência de documentação	DMF/DT DMF/DRF	GF3	Existência de valores depositados que ficam por cobrar/reembolar ou que exigem carga adicional para a tesouraria (identificação da receita) - GESTURBE; processo urbanístico no descritivo de transferência sem correspondente liquidação aberta (e.g. indeferimentos); não há comunicação à DMF/DT	Aplicação Norma de Controlo Interno	1	2	1	Necessidade de comunicação ao DRF/DT - listagem periódica - e/ou cabal atualização da informação em GESTURBE	DMU	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Conferência de documentação	DMF/DT DMF/DRF	GF4	Existência de valores depositados que ficam por cobrar/reembolar ou que exigem carga adicional para a tesouraria (identificação da receita) - GESTURBE; o processo está disponível para liquidação/cobrança mas é retirado ao fim de 30 dias, sem correspondente comunicação com a DMF/DT.	Aplicação Norma de Controlo Interno	3	2	3	Necessidade de comunicação ao DRF/DT - listagem periódica - e/ou cabal atualização da informação em GESTURBE	DMU	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Arrecadação de receita/Depósitos dos postos de cobrança	DMF/DT DMF/DRF	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	Aplicação da Norma de Controlo Interno	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à entrega dos valores arrecadados e respetiva periodicidade. Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento	DMF/DRF e DT DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Arrecadação de receita/Depósitos dos postos de cobrança	DMF/DT DMF/DRF	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	Aplicação da Norma de Controlo Interno	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DT - reforço comunicação dos procedimentos da NCI	DMF/DRF e DT	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Arrecadação de receita/Depósitos dos postos de cobrança	DMF/DT DMF/DRF	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	Aplicação da Norma de Controlo Interno	2	2	2	Auditorias aos postos de cobrança que não cumprem o prazo estipulado para entrega de receita, após a devida comunicação da DMF/DT ou DMF/DRF	DMF/DRF e DT DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DRF	GF6	Deficiente cruzamento entre os sistemas periféricos dos postos de cobrança manuais e o SAP, originando demora ou falta de liquidação e cobrança da receita transferências e depósitos não identificados	Aplicação da Norma de Controlo Interno	3	2	3	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF/DRF DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DSI	GF7	Inexistência de liquidação para montantes depositados em contas bancárias do ML.	Aplicação Norma de Controlo Interno	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DRF DSI	GF7	Inexistência de liquidação para montantes depositados em contas bancárias do ML.	Aplicação Norma de Controlo Interno	3	2	3	Generalização da emissão de receita com referência Multibanco	UO's que geram receita DMF/DRF e DT DSI	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Reconciliação bancária	DMF/DT DMF/DRF	GF8	Transferências feitas sem identificação da liquidação/fatura gerando dificuldade em identificar a natureza da receita em causa, com carga adicional para a tesouraria e tempo significativo para a identificação, a liquidação e a cobrança.	Aplicação Norma de Controlo Interno	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação dos procedimentos de receita com os diferentes postos de cobrança	DMF/DRF	GF9	Deficiência ao nível da inventariatura das isenções concedidas	Registo em SAP, pela DMF/DRF, das isenções no âmbito do RGTFORM e reconhecidas mediante requerimento	2	1	2	Implementar uma aplicação informática que permita conhecer e registar todas as isenções concedidas	UO's que geram receita DMF/DRF	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Processo de anulação de receita	DMF/DRF DSI	GF10	Anulação de receita por cobrar sem fundamento legal para o efeito	Aplicação Norma de Controlo Interno. Análise individual pela DMF/DRF dos processos de anulação de receita elaborados pelas UO liquidadoras	1	1	1	Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	UO's que geram receita DMF/DRF	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Processo de anulação de receita	DMF/DRF DSI	GF10	Anulação de receita por cobrar sem fundamento legal para o efeito	Aplicação Norma de Controlo Interno. Análise individual pela DMF/DRF dos processos de anulação de receita elaborados pelas UO liquidadoras	1	1	1	Aplicação informática para desmaterialização do pedido de anulação (e-doc)	UO's que geram receita DMF/DRF	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à Receita; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF - regras de apuramento, liquidação e notificação com vista ao cumprimento estrito das normas legais aplicáveis	DMF/DRF	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF DGQA	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	2	2	Assegurar a conectividade entre aplicações utilizadas pelos vários serviços da CML e o Sistema SAP	DMF/DRF DSI	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF12	Possibilidade de perda de receita por incorreta instrução dos processos de notificação aos contribuintes por parte das diferentes UO	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à Receita; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Apuramento, liquidação e notificação aos particulares	DMF/DRF	GF12	Possibilidade de perda de receita por incorreta instrução dos processos de notificação aos contribuintes por parte das diferentes UO	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF - regras de apuramento, liquidação e notificação com vista ao cumprimento estrito das normas legais aplicáveis	DMF/DRF	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Planeamento e monitorização dos fundos disponíveis na ótica da tesouraria	DMF/DRF	GF13	Perda de receita - faturas por liquidar/pagar sem envio para cobrança coerciva e com prazo legal de caducidade e prescrição próximo	Envio mensal automatizado ao DJ de faturas em aberto para execução fiscal	2	2	2	Implementação de alarmística da receita com rotina periódica de comunicação aos serviços e ação sequente	UO's que geram receita DMF/DRF SG/DJ	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Planeamento e monitorização dos fundos disponíveis na ótica da tesouraria	DMF/DRF	GF13	Perda de receita - faturas por liquidar/pagar sem envio para cobrança coerciva e com prazo legal de caducidade e prescrição próximo	Envio periódico de listagens de documentos em aberto para as UO liquidadoras de receitas para indicação se a receita deverá ser para cobrança coerciva	2	2	2	Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	UO's que geram receita DMF/DRF	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Liquidar taxas, preços e outras receitas municipais	PM	GF14	Falta de arrecadação da receita liquidada	Controlo dos saldos devedores; Análise sistemática dos créditos existentes nas contas bancárias da CML	2	2	2	Assegurar o controlo efetivo em tempo útil para a arrecadação das receitas municipais	Todas as UO's que geram receita	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Liquidar taxas, preços e outras receitas municipais	PM	GF15	Desaparecimento de valores à guarda do Posto de Cobrança	Fecho diário de caixa; Elaboração de Guia Resumo Diário; Depósito diário de notas em cofre eletrónico	1	2	1	Assegurar o envio da documentação para a DMF/DRF no dia útil seguinte à arrecadação da receita	Todas as UO's com postos de cobrança	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idóneas prestadas	DMF/DRF	GF16	Insuficiente controlo relativo às garantias idóneas prestadas ao nível da receita / despesa	Aplicação Norma de Controlo Interno. Análise periódica das garantias idóneas, por antiguidade.	2	2	2	Revisão da NCI relativamente a garantias e cauções; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DMF/DC DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idóneas prestadas	DMF/DRF	GF16	Insuficiente controlo relativo às garantias idóneas prestadas ao nível da receita / despesa	Aplicação Norma de Controlo Interno. Análise periódica das garantias idóneas, por antiguidade.	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF e DMF/DC - prazos, comunicações periódicas, libertação)	DMF/DRF DMF/DC	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idôneas prestadas	DMF/DC	GF17	Encargos financeiros para o ML resultante de liberação tardia de garantias por falta de informação dos serviços responsáveis pela contratação	Aplicação Norma de Controle Interno. Análise periódica das garantias idôneas, por antiguidade.	2	2	2	Revisão da NCI relativamente a garantias e cauções; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DMF/DC DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimento administrativo das garantias idôneas prestadas	DMF/DC	GF17	Encargos financeiros para o ML resultante de liberação tardia de garantias por falta de informação dos serviços responsáveis pela contratação	Aplicação Norma de Controle Interno. Análise periódica das garantias idôneas, por antiguidade.	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF e DMF/DC - prazos, comunicações periódicas, liberação)	DMF/DRF DMF/DC	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação com os Núcleos de contabilidade em matéria de normalização de registros nas áreas financeira e orçamental	DAFD	GF18	Realização e pagamento de despesa sem suporte contratual ou antes de ter sido devidamente autorizada, bem como após decisão de recusa de visto pelo Tribunal de Contas.	Cumprimento rigoroso da legislação sobre contratação Pública e fiscalização Prévia do Tribunal de contas, bem como do normativo relativo ao Regulamento do Orçamento da CML.	1	3	2	Acautelar as devidas autorizações para a despesa, previamente ao início da execução do contrato	Todas as UO's com iniciativa de despesa	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação com os Núcleos de contabilidade em matéria de normalização de registros nas áreas financeira e orçamental	DAFD	GF19	Não é garantida a segregação de funções - são atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções		2	2	2	Garantir a rotatividade dos recursos humanos com vista à operacionalização efetiva de segregação de funções	Todas as UO's com iniciativa de despesa	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Articulação com os Núcleos de contabilidade em matéria de normalização de registros nas áreas financeira e orçamental	DE	GF21	Atrasos no registo de faturas		2	1	1	Implementação de faturação eletrónica	DMF/DC	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Registos contabilísticos em conformidade com o normativo vigente	DMF	GF22	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	Cumprimento integral do CCP, NCI e do Regulamento do Orçamento da CML. Responsabilização pelo incumprimento das normas financeiras e Exigência por quem autoriza a despesa de Procedimentos efetivos e devidamente documentados.	1	3	2	Não autorização de despesa sem verificação pelo responsável do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis	Todas as UO's com iniciativa de despesa DMF/DC	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Registos contabilísticos em conformidade com o normativo vigente	DMF	GF22	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	Cumprimento integral do CCP, NCI e do Regulamento do Orçamento da CML. Responsabilização pelo incumprimento das normas financeiras e Exigência por quem autoriza a despesa de Procedimentos efetivos e devidamente documentados.	1	3	2	Ações de sensibilização a todos os trabalhadores envolvidos no processo	UO's que geram receita DMF/DRF	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Processamento dos encargos associados ao serviço da dívida	DMF/DRF	GF23	Frac segregação de funções no âmbito da gestão do serviço da dívida (gestão orçamental e registos contabilísticos)	Criação de uma check-list de todos os pressupostos a considerar num registo, com evidência de controlo do técnico que executa e do dirigente que valida Conferência dos registos contabilísticos efetuados prévia à emissão de autorização de pagamento	1	2	2	Promoção da rotatividade dos técnicos na realização de procedimentos (processamento de encargos)	DMF/DRF	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Monitorização e controlo da dívida legal	DMF/DRF DMF/DC	GF24	Risco de ultrapassar o limite legal da dívida (anual) ou limites fixados para a gestão do ano	Monitorização mensal do endividamento, com previsão para o ano económico. Alertas mensais às UO sobre dívida corrente Rotina trimestral de regularização de OT	2	3	3	Sensibilização de orgânicas chave para a matéria do endividamento	Todas as UO's DSI e DMRH - OT DMF/DRF	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Fundo de Maneio	DMF/DC	GF25	Desvio de valores	Aplicação Norma de Controle Interno	1	3	2	Devolução de liquidações ao titular do fundo, quando não se verificarem os pressupostos legais exigidos	UO's Titulares de FM DMF/DC	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Elaboração anual estimativas de armazen / necessidades dos serviços	DGQA	GF26	Não cumprimento do princípio de economia, eficiência e eficácia.	Aplicação Norma de Controle Interno	2	2	2	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazen, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	UO's com armazen DSI	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Criação e extinção de armazéns	DGQA	GF27	Falta de controlo de bens inventariáveis e respetiva repercussão contabilística por ausência de critérios objetivos na definição de armazen Vs depósito	Aplicação Norma de Controle Interno	2	2	2	Estabelecer de forma clara e inequívoca critérios para criação de armazen e divulgação a todas UO	DMF DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Criação e extinção de armazéns	DGQA	GF28	Risco de todas as criações/extinções de armazen não serem comunicadas à DMF e ao DGQA	Controlo anual pelo DGQA dos armazéns existentes em cada serviço - circularização aos serviços no âmbito do fecho de contas	2	2	2	Publicação na Intranet da listagem dos armazéns existentes e afetos a cada serviço e responsáveis nomeados (Previsto na revisão da NCI)	DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Criação e extinção de armazéns	DGQA	GF29	Dificuldade de controlo dos armazéns dada a elevada dispersão geográfica sem que exista informação centralizada dos mesmos	Controlo anual pelo DGQA dos armazéns existentes em cada serviço - circularização aos serviços no âmbito do fecho de contas	2	2	2	Realização de auditorias aleatórias anualmente (Previsto na atual NCI)	DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF30	Ausência de programa informático uniformizado para todos os armazéns	Controlo anual pelo DGQA dos armazéns de existências afectos a cada serviço - circularização aos serviços no âmbito do fecho de contas	3	2	3	Criação de um Template com vista à uniformização da recolha de informação	DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF30	Ausência de programa informático uniformizado para todos os armazéns	Controlo anual pelo DGQA dos armazéns de existências afectos a cada serviço - circularização aos serviços no âmbito do fecho de contas	3	2	3	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazen, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	DSI UO's com armazen	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DMF	GF31	Desconhecimento do real valor das existências do município (alguns armazéns não fazem qualquer registo ou os que fazem não são quantificados e/ou valorizados)	Aplicação Norma de Controle Interno	2	2	2	Utilização dos critérios de contabilização em harmonia com o Plano de Contas e com as regras contabilísticas vigentes (custo médio ponderado, custo de reposição corrente ou justo valor)	UO's com armazen	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DMF/DC	GF32	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens existentes em armazen, podendo provocar uma sub/sobreevalorização de existências por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas	Aplicação Norma de Controle Interno	2	2	2	Verificações periódicas para comparar registos contabilísticos com inventário físico, por amostragem, à data da verificação	UO's com armazen DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF33	Risco de apropriação indevida de bens públicos - entradas e saídas e/ou abates de armazen sem suporte documental e/ou sem justificação	Aplicação Norma de Controle Interno	2	2	2	Verificações, sempre que se justifique, por auditores externos, pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	DMF DGQA UO's com armazen DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF33	Risco de apropriação indevida de bens públicos - entradas e saídas e/ou abates de armazen sem suporte documental e/ou sem justificação	Aplicação Norma de Controle Interno	2	2	2	O responsável de armazen deve dar conta das perdas ocorridas no armazen autorizando o seu reflexo no sistema informático, com reporte obrigatório desses movimentos, no prazo de 8 dias úteis, à DMF para verificação dos registos contabilísticos associados (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazen	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	Aplicação Norma de Controle Interno	3	2	3	Definição pelo dirigente direto da orgânica de afetação do armazen de procedimentos que permitam o controlo de existências, nomeadamente, conferência de entradas e saídas, fichas de inventário que garantam o registo permanente no sistema informático	UO's com armazen	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	Aplicação Norma de Controle Interno	3	2	3	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazen, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	UO's com armazen DSI	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	Aplicação Norma de Controle Interno	3	2	3	Política de gestão de stocks - manter em stock o mínimo necessário e encomendar apenas quando for necessário (compras centralizadas)	UO's com armazen	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DGQA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	Aplicação Norma de Controle Interno	3	2	3	Rotatividade das equipas que elaboram o inventário	UO's com armazen	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Movimentação e controlo de existências	DMF	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	Aplicação Norma de Controle Interno	3	2	3	Proceder à correta etiquetagem nas prateleiras de armazenamento dos materiais de acordo com os termos /ID's definidos em SAP	UO's com armazen	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controlo e inventariação/Imobilizado	DMF/DC	GF35	Falta de monitorização e consequente ausência de informação atualizada sobre obras / intervenções em património municipal por parte de entidades externas (Freguesias, empresas locais, concessões, etc.)	Registo contabilístico, com a receção do Auto	3	3	3	Generalização da aplicação informática SGPI às entidades que têm intervenções em património municipal	UCT UO's responsáveis pela gestão de contratos	2022/2023



Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/mobilizado	DMF/DC	GF35	Falta de monitorização e consequente ausência de informação atualizada sobre obras / intervenções em património municipal por parte de entidades externas (Freguesias, empresas locais, concessões, etc.)	Registo contabilístico, com a receção do Auto	3	3	3	Utilização de anexos adequados nos contratos /equipas municipais que gerem os contratos, protocolos e afins	UCT UO's responsáveis pela gestão de contratos	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/mobilizado	DMF/DC DMGP	GF36	Falta de informação interna (envio à DMF de autos de receção provisórios para registo contabilístico, anos depois do bem estar em uso pleno), com a conclusão da obra ou intervenção em património municipal, por parte de serviços do município, responsáveis pela mesma.	Atualização contabilística do bem registado em imobilizado em curso para investimento firme, com receção de auto	3	3	3	Desenho de uma aplicação que conjuga SGPI, Divisão de Cadastro e DMF/DC, para acautelar informação atempada dos autos de receção provisória e conclusão das mesmas	DMF / DC DMGP SGPI UO's envolvidas em obras	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/mobilizado	DMGP	GF36	Falta de informação interna (envio à DMF de autos de receção provisórios para registo contabilístico, anos depois do bem estar em uso pleno), com a conclusão da obra ou intervenção em património municipal, por parte de serviços do município, responsáveis pela mesma.	Atualização contabilística do bem registado em imobilizado em curso para investimento firme, com receção de auto	3	3	3	Sensibilização e envolvimento das entidades promotoras da realização de obras ou intervenções em património municipal para utilização da aplicação Gestão de Imobilizado	DMGP UO's envolvidas em obras	2022/2023
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/mobilizado	DMF/DC	GF37	Falta de monitorização de autos de abate de viaturas com guias de receita de hastas ou sucatas	O registo contabilístico é efetuado no momento e com base no documento enviado à contabilidade	3	3	3	Obrigatoriedade de comunicação por parte dos serviços que promovem a venda do bem móvel	DMF / DC UO's envolvidas na alienação de bens móveis	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Procedimentos de controle e inventariação/mobilizado	DMF/DC	GF38	Falta de comunicação dos serviços resultante de desidências de hastas originando faturas emitidas por cobrar	O registo contabilístico é efetuado no momento e com base no documento enviado à contabilidade	3	3	3	Obrigatoriedade de comunicação por parte dos serviços que promovem a venda do bem móvel	DMF / DC UO's envolvidas na alienação de bens móveis	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	3	3	A necessidade de compra deve ter por base sempre um pedido do serviço com justificação expressa	UO's com armazém Todas as UO's	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	3	3	A nomeação, alteração ou exoneração do responsável do armazém é comunicada ao DGQA, no prazo de 8 dias úteis (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	3	3	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	3	3	O responsável do armazém não pode intervir no processo de aquisição dos bens armazenados (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Nomeação dos responsáveis de armazém	DGQA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	Aplicação Norma de Controlo Interno	2	3	3	A entrega dos bens é efetuada no armazém, obrigatoriamente, distinto do local de realização das compras (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Imobilizado	DMF/DC	GF41	Dificuldade no registo de cadastro municipal de bens móveis e correspondente alocação pelas respetivas unidades orgânicas a quem são atribuídos		3	3	3	Aplicação do novo sistema SAP, resultante da adaptação de regras do SNC-AP	DMF/DC	2022
GESTÃO FINANCEIRA	Monitorização de empresas do sector empresarial local	DMF/DC	GF46	Envio de informação financeira anual relativa a empresas locais e participadas fora do prazo estipulado, que não permita reporte atempado à DGAL (até 30/05)	Envio de ofício com rotinas de informação com calendário a cumprir	2	2	2	Monitorização do Sistema de Acompanhamento e Controlo das Empresas Locais (SIAC)	DMF DGQA	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
RECURSOS HUMANOS	Procedimento Disciplinar	DMRH	RH1	Desvios aos atos incluídos no âmbito do procedimento disciplinar interno e na aplicação das sanções correspondentes	Manutenção de estrutura composta por dois Núcleos distintos e complementares (Núcleo de Processo Disciplinar e Núcleo de Instrutores de Processos disciplinares), que contribuem para uma avaliação equitativa e redução de ocorrência de irregularidades ou incumprimento de prazos	1	3	2	Avaliação e acompanhamento pelos núcleos da DMRH dos procedimentos disciplinares	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH2	Processamento indevido de vencimentos e/ou outras remunerações, subsídios ou vantagens patrimoniais decorrentes de situações jus-laborais dos trabalhadores	Emissão de parecer sobre todas as situações jus-laborais	1	3	2	Capacitar a Função RH para prestação de apoio direto nas UO e interlocução com a DMRH, mediante emissão de orientações e formação contínua	DMRH/DDF	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH3	Preenchimento incorreto das notas de ocorrência que contribuem para o cálculo do quantum remuneratório individual e para outras situações cadastrais permanentes	Emissão de parecer sobre todas as situações jus-laborais	2	2	2	Implementar um sistema informático integrado que cubra o preenchimento estandarizado dos elementos em causa e, sempre que possível, à sua automatização, que, cruzado com os dados obtidos pelos mecanismos/equipamentos de controle de assiduidade, permita a confirmação imediata dos elementos inscritos (v.g. presenças ao serviço)	DMRH	2022/2023
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH4	Emissão incorreta de certidões referentes à carreira profissional do trabalhador, visando a obtenção de vantagens não devidas	Elaboração de documentos de consulta/apoio dirigidos aos diferentes intervenientes (Guia do Dirigente e Guia de Orientação Técnica da Função RH)	1	2	1	Implementar um sistema informático, suportado em informação cadastrada verificada e validada, sujeita a confirmação casuística pela hierarquia	DMRH	2022/2023
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH GVPSD	RH5	- Atribuição indevida de vantagens jus-laborais e/ou resultantes da análise efetuada para efeitos da autorização de licenças, abonos, subsídios, horários, e outros estatutos laborais específicos - Atribuição de eventuais prémios por desempenho (SIADAP)	Emissão de parecer sobre todas as situações jus-laborais	1	3	2	Implementar um sistema informático, suportado em informação cadastrada verificada e validada, sujeita a confirmação casuística pela hierarquia	DMRH	2022/2023
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH GVPSD	RH5	- Atribuição indevida de vantagens jus-laborais e/ou resultantes da análise efetuada para efeitos da autorização de licenças, abonos, subsídios, horários, e outros estatutos laborais específicos - Atribuição de eventuais prémios por desempenho (SIADAP)	Emissão de parecer sobre todas as situações jus-laborais	1	3	2	Densificar os critérios de atribuição de prémios de desempenho (SIADAP)	DMRH DMF	2022/2023
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH6	Inclusão ou omissão cadastrada voluntária de documentação e factualidade relevante para o processo individual dos trabalhadores	Implementação de Gestão por Processos	1	2	1	Implementar um sistema informático, compreendendo a importação histórica e o registo futuro de todos os elementos relevantes, com a possibilidade de auditar a criação, alteração e eliminação dos registos	DMRH	2022/2023
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH7	Acumulação de funções públicas e privadas geradoras de conflito de interesses	Análise aprofundada das situações de acumulação de funções	2	3	3	Implementação de Gestão por Processos Verificar e atualizar anualmente as acumulações de funções solicitadas e deferidas	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH8	Análise deficiente ou incompleta de pedidos de acumulação de funções, não permitindo um afastamento perentório de situações inconclusivas quanto à sua viabilidade.	Análise aprofundada das situações de acumulação de funções	1	2	1	Manutenção do Controlo existente	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH9	Utilização excessiva do recurso ao trabalho suplementar como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços ou para compensar indevidamente o exercício de determinadas funções	Elaboração do Mapa de Pessoal Anual tendo como um dos princípios orientadores o suprimento das necessidades efetivas e permanentes do Município, satisfazendo-as de forma adequada e reduzindo o recurso ao trabalho suplementar aos casos previstos na legislação aplicável	3	3	3	Planificar o recrutamento de RH de acordo com as necessidades efetivas e permanentes manifestadas pelos serviços Fornecer a cada UO o mapa mensal dos gastos com trabalho suplementar e em dia de descanso semanal, para efetivo controlo do serviço efetivamente prestado dentro dos limites previamente aprovados	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH9	Utilização excessiva do recurso ao trabalho suplementar como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços ou para compensar indevidamente o exercício de determinadas funções	Elaboração do Mapa de Pessoal Anual tendo como um dos princípios orientadores o suprimento das necessidades efetivas e permanentes do Município, satisfazendo-as de forma adequada e reduzindo o recurso ao trabalho suplementar aos casos previstos na legislação aplicável	3	3	3	Densificar os critérios de utilização do recurso ao trabalho suplementar de acordo com os casos previstos na legislação aplicável	Todas as UO's	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	Revisão de formulários disponibilizados pela DMRH, para diversos pedidos/comunicação do gozo de direitos efetuados pelos/as trabalhadores/as	2	3	3	Rever os processos desenhados no âmbito da Gestão por Processos, na ótica do cumprimento do RGPD	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	Divulgação de boas práticas no âmbito da proteção de dados pessoais, atento o cumprimento do RGPD, mediante mecanismos de Comunicação Interna	2	3	3	Definir orientações para reestruturação dos processos individuais dos/as trabalhadores/as, na ótica do cumprimento do RGPD	DMRH	2022/2023
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	Formação sobre RGPD	2	3	3	Minimizar a recolha de dados pessoais nos formulários disponibilizados como facilitadores para a apresentação de pedidos/comunicação de gozo de direitos pelos/as trabalhadores/as	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	Formação sobre RGPD	2	3	3	Eliminar bases de dados e documentação com informação duplicada ou desnecessária	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Gerir a situação profissional dos trabalhadores	DMRH	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	Formação sobre RGPD	2	3	3	Garantir a limitação de acessos às pastas partilhadas, bases de dados e Portal RH, definido, inclusive, perfis diferenciados	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Admitir RH	DMRH	RH11	Utilização das prestações de serviços como mecanismo para satisfação de necessidades permanentes do serviço	Elaboração do Mapa de Pessoal Anual tendo como um dos princípios orientadores o suprimento das necessidades efetivas e permanentes do Município, satisfazendo-as de forma adequada e reduzindo o recurso ao trabalho suplementar aos casos previstos na legislação aplicável	1	3	2	Planificar o recrutamento de RH de acordo com as necessidades efetivas e permanentes manifestadas pelos serviços	DMRH	2022
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Junta Médica Municipal e Medicina do Trabalho	DMRH	RH15	Funcionamento deficiente da junta médica municipal ou de qualquer outro ato médico que vise determinar as condições do trabalhador se apresentar ao serviço	Melhoria do Sistema Informático existente com definição de perfis de acesso	1	2	1	Implementar um novo sistema informático orientado para o estrito cumprimento do RGPD	DMRH/DSHS	2022
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Verificação de Baixas Médicas por Doença	DMRH	RH16	Atribuição inadequada de baixas médicas e outros atos médicos	Já existem listas atualizadas de trabalhadores na situação de baixa (listagens feedback)	2	2	2	Efetivação dos pedidos de verificação domiciliar pela ADSE para os trabalhadores abrangidos pelo RPSC	DMRH/DSHS	2022
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Verificação de Baixas Médicas por Doença	DMRH	RH16	Atribuição inadequada de baixas médicas e outros atos médicos	Já existem listas atualizadas de trabalhadores na situação de baixa (listagens feedback)	2	2	2	Efetivação dos pedidos de verificação da doença por médicos da Segurança Social para os trabalhadores abrangidos pelo RGSS	DMRH/DSHS	2022
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	Existência do Manual de Procedimentos destinado à caracterização do acidente por parte do trabalhador e dos responsáveis pelos serviços	2	2	2	Rever o Manual de Procedimentos	DMRH/DSHS	2022
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	Existência do Manual de Procedimentos destinado à caracterização do acidente por parte do trabalhador e dos responsáveis pelos serviços	2	2	2	Assegurar a divulgação junto dos trabalhadores sobre os procedimentos a adotar no caso de acidentes de trabalho	DMRH/DSHS	2022
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	Implementação de Gestão por Processos	2	2	2	Implementar um novo sistema informático orientado para o estrito cumprimento do RGPD	DMRH/DSHS	2022
RECURSOS HUMANOS	Cuidar - Acidentes de Trabalho	DMRH	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	Implementação de Gestão por Processos	2	2	2	Averiguação de situações reportadas como acidentes de trabalho por entidades especializadas nesta área	DMRH/DSHS	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Enquadramento	DAFD GVPSD	BP1	Risco de exclusão de entidades por interpretação subjetiva do regulamento - definição pouco precisa sobre as entidades elegíveis no âmbito do RAAML	Definição de critérios específicos elaborado por cada serviço proponente de benefícios públicos	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Enquadramento	DAFD	BP2	Risco de deficiente controlo/accompanhamento atribuição de apoios financeiros e não financeiros	Aplicação do RAAML e critérios específicos definidos pelos serviços proponentes de benefícios públicos nas suas áreas de atribuição	2	2	2	Utilizar os modelos para o controlo dos apoios financeiros e não financeiros possibilitando a análise dos desvios e o apuramento do efetivo montante a conceder	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD GVPSD	BP3	Requisitos de atribuição genéricos e não específicos para cada área de atribuição	Aplicação do RAAML e critérios específicos definidos pelos serviços proponentes de benefícios públicos nas suas áreas de atribuição	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD GVPSD	BP3	Requisitos de atribuição genéricos e não específicos para cada área de atribuição	Aplicação do RAAML e critérios específicos definidos pelos serviços proponentes de benefícios públicos nas suas áreas de atribuição	2	2	2	Criação de um grupo de trabalho para a conceção de uma ferramenta única que permita realizar a gestão, acompanhamento e reporte dos benefícios concedidos, que valide automaticamente os requisitos necessários à submissão das candidaturas apresentadas	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DSI/DPPE DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD	BP4	Risco de duplo financiamento - atribuição de apoios para atividades já apoiadas por outras entidades (ex: JF, EGEC)	Verificação de não existência de duplo financiamento com as Juntas de Freguesia e/ou com outras entidades	1	2	1	Assegurar o preenchimento da Declaração de compromisso em como a entidade candidata declara que não submete/ submeterá o mesmo projeto a outras fontes de financiamento para o mesmo fim	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DAFD	BP4	Risco de duplo financiamento - atribuição de apoios para atividades já apoiadas por outras entidades (ex: JF, EGEC)	Verificação de não existência de duplo financiamento com as Juntas de Freguesia e/ou com outras entidades	1	2	1	Assegurar o preenchimento do Formulário para identificação de outras fontes de financiamento no âmbito do mesmo projeto (interno e/ou externo)	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DMF/DC	BP5	Atribuição/assunção em Câmara de apoios que não reúnem as condições de validação da BDA	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria (requisitos de atribuição). Existência de check lists de documentação a entregar para instrução de Processos com vista ao apoio financeiro e não financeiro	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Requisitos para atribuição	DMF/DC	BP6	Requerimento para atribuição do apoio sem que as certidões da segurança social e finanças estejam válidas	Verificação da cabal instrução dos pedidos	1	2	1	Antecedendo a proposta de aprovação verificar a situação tributária e contributiva do requerente	DMF/DC Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apresentação e prazos de entrega dos pedidos	DMF/DC	BP7	Instrução deficiente dos processos que fundamentam a proposta de atribuição de apoio	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria. Implementação de documentos de suporte (check-list) que validam o cumprimento da documentação necessária	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apresentação e prazos de entrega dos pedidos	DMF/DC	BP7	Instrução deficiente dos processos que fundamentam a proposta de atribuição de apoio	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria. Implementação de documentos de suporte (check-list) que validam o cumprimento da documentação necessária	2	2	2	Criação de um grupo de trabalho para a conceção de uma ferramenta única que permita realizar a gestão, acompanhamento e reporte dos benefícios concedidos, que valide automaticamente os requisitos necessários à submissão das candidaturas apresentadas	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DSI/DPPE DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apreciação dos pedidos	DAFD	BP8	Risco de perda de dinheiro público - não há garantia da contrapartida assumida pela entidade (ex. 40% do orçamento)	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria	2	2	2	Assegurar o preenchimento da declaração de compromisso em como a entidade candidata declara que tem os meios financeiros necessários para garantir a sua parte do orçamento aprovado	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apreciação dos pedidos	DAFD	BP8	Risco de perda de dinheiro público - não há garantia da contrapartida assumida pela entidade (ex. 40% do orçamento)	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Apreciação dos pedidos	DAFD	BP9	Sobre orçamentação do projeto apresentado	Verifica-se o orçamento apresentado em função dos preços de mercado	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Registo de apoios não financeiros	DAFD	BP10	Falta de controlo e valorização - não existe informação em SAP e os registos que existem estão dispersos nas UO. Risco de não inscrição na BDA por indefinição de critérios objetivos na valorização dos apoios não financeiros (ex: valor/h Mão-de-obra e outros não constantes na TTORM)	Utilização de mapas de suporte e controlo dos apoios não financeiros	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP11	Perda de dinheiro público - Deficiente/ não verificação dos documentos justificativos da despesa no âmbito do objeto do apoio	Verificação de todos os documentos e elaboração de listagem das despesas elegíveis e não elegíveis de forma fundamentada informando-se a entidade	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP12	Incumprimento do prazo de execução dos contratos e da entrega dos relatórios	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria (controlo da execução do contrato pela UO que acompanha os projetos)	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP12	Incumprimento do prazo de execução dos contratos e da entrega dos relatórios	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria (controlo da execução do contrato pela UO que acompanha os projetos)	2	2	2	Garantir mecanismos de controlo físico, financeiro e não financeiro da execução dos projetos, designadamente através da criação da figura do gestor de projeto	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMC DAFD	BP13	Utilização da verba concedida para fins diferentes do que justificaram a sua atribuição	Aplicação das regras previstas no RAAML quanto à verificação das atividades desenvolvidas pelas entidades beneficiárias se enquadram no objeto do apoio concedido	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP14	Pagamento de apoios sem análise prévia do serviço responsável pelo acompanhamento da respetiva execução	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria e devolução dos processos que não o cumprem	1	3	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DMF/DC	BP14	Pagamento de apoios sem análise prévia do serviço responsável pelo acompanhamento da respetiva execução	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria e devolução dos processos que não o cumprem	1	3	2	Utilizar os modelos para o controlo dos apoios financeiros e não financeiros possibilitando a análise dos desvios e o apuramento do efetivo montante a conceder	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP15	Perda de dinheiro público - Verificação que a verba gasta em despesas elegíveis é inferior ou igual a 60% do orçamento apresentado que este de base na definição da verba a atribuir	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria e devolução dos montantes que não o cumprem	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP15	Perda de dinheiro público - Verificação que a verba gasta em despesas elegíveis é inferior ou igual a 60% do orçamento apresentado que este de base na definição da verba a atribuir	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria e devolução dos montantes que não o cumprem	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP16	Ausência de auditorias/ monitorização de acompanhamento	Auditorias esporádicas e não periódicas por insuficiência de recursos humanos	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP16	Ausência de auditorias/ monitorização de acompanhamento	Auditorias esporádicas e não periódicas por insuficiência de recursos humanos	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Avaliação da aplicação dos apoios	DAFD	BP16	Ausência de auditorias / monitorização de acompanhamento	Auditorias esporádicas e não periódicas por insuficiência de recursos humanos	2	2	2	Emitir recomendações que contribuam para garantir o controlo físico, financeiro e não financeiro dos apoios concedidos	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Publicitação dos apoios atribuídos	DGQA	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAML por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	Anualmente é publicado no site da CML a listagem de todos os apoios atribuídos (RAAML e não RAAML)	2	2	2	Envio periódico ao DGQA de todos os benefícios atribuídos no âmbito do RAAML e não RAAML	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Publicitação dos apoios atribuídos	DGQA	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAML por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	Anualmente é publicado no site da CML a listagem de todos os apoios atribuídos (RAAML e não RAAML)	2	2	2	Apurar trimestralmente os apoios financeiros concedidos ao abrigo do RAAML, através dos dados exportados do Sistema SAP e da consulta ao BM	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Publicitação dos apoios atribuídos	DGQA	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAML por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	Anualmente é publicado no site da CML a listagem de todos os apoios atribuídos (RAAML e não RAAML)	2	2	2	Publicitar na área da transparência, no site da CML, os apoios financeiros concedidos ao abrigo do RAAML	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Incumprimentos	DAFD	BP18	Violação dos princípios da imparcialidade e igualdade conduzindo a situações de indicadores de conluio, favoritismo injustificado, participação dos eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria. Continuar a verificar a existência de impedimentos, bem como a apresentação de declaração de interesses (participação de eleitos, funcionários ou familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias), no âmbito da instrução dos processos de atribuição de apoios ao abrigo do RAAML	2	3	3	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	Incumprimentos	DAFD	BP18	Violação dos princípios da imparcialidade e igualdade conduzindo a situações de indicadores de conluio, favoritismo injustificado, participação dos eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Aplicação das regras previstas no RAAML para salvaguardar a matéria. Continuar a verificar a existência de impedimentos, bem como a apresentação de declaração de interesses (participação de eleitos, funcionários ou familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias), no âmbito da instrução dos processos de atribuição de apoios ao abrigo do RAAML	2	3	3	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável. Solicitar declaração de interesses. Realizar ações de esclarecimento sobre este tema	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2022
RELAÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA	Contratos de delegação de competências para as Juntas de Freguesias	UCT GVPSD	JF1	Intervenções de JF desadequadas face às orientações municipais, regulamentos e recomendações	Relatórios de acompanhamento avaliados em QUARU's e QUAR e relatórios de monitorização. Criação de uma Rede de Apoio à Monitorização e Validação Técnica dos Contratos de Delegação de Competências (CDC) entre todos os Serviços da CML com responsabilidade nas competências delegadas, que fará interação com as Juntas de Freguesia	2	2	2	Elaboração de relatórios de acompanhamento e monitorização, a avaliar em sede de QUARU's e QUAR	UCT/DRJF	2022
RELAÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA	Contratos de delegação de competências para as Juntas de Freguesias	UCT GVPSD	JF2	Pagamento de verbas sem a devida validação dos documentos justificativos das despesas elegíveis	Relatório de acompanhamento trimestral, final avaliados em QUARU's e QUAR e de monitorização, verificação de todos os justificativos de despesa e da sua elegibilidade	2	2	2	Obrigatoriedade de entrega e validação dos documentos justificativos de despesas de execução antes do pagamento de cada tranche	UCT/DRJF	2022
OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	Ocupação de Espaço Público e Publicidade	DMEI	EP1	Dificuldade em monitorizar a apreciação individual de cada um dos processos de licenciamento de ocupação de espaço público e publicidade	Controlos Existentes: Sistemas de Informação GESTURBE (Sistema de Gestão Urbanística) e LIGEP (suporte ao serviço de Licenciamento e Gestão do Espaço Público, no sistema SAP) Sempre que necessário, solicitar ao DSI (Dep. de Sistemas de Informação) e à DGIG (Div. de Gestão de Informação Georreferenciada e Cadastro) a adaptação do GESTURBE/GESJUS de forma a este se encontrar adequado à legislação em vigor e apto a produzir indicadores que sinalizem a situação individual dos processos	1	2	1	Assegurar o carregamento correto e atempado dos dados no GESTURBE/GESJUS	DMEI	2022
OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	Ocupação de Espaço Público e Publicidade	DMEI	EP2	Ausência de cultura de serviço público de excelência	Promoção de formação "à medida", que permita uma atualização constante dos conhecimentos dos colaboradores relativos aos diplomas legais, os objetivos estratégicos e mutações no território e no mercado	2	2	2	Verificar que se encontram reunidos todos os pressupostos para a emissão da licença, nomeadamente através da criação de check-lists	DMEI	2022
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	Apreciação de Ocupações de Via Pública	UCT	VP1	Adulteração e/ou omissão de informação que condiciona a apreciação da situação processual de forma verídica e transparente	Vários níveis de validação de informação de autorização. Atribuição de processos aleatória, segregação de funções entre o nível de apreciação técnica e despacho superior (DGEP).	1	2	1	Criar mecanismos que assegurem o correto carregamento de todos os elementos necessários para a apreciação do processo	UCT/DGEP	2022
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	Taxas Ocupação de Via Pública	UCT	VP2	Os procedimentos relativos à liquidação de taxas de Ocupação de Via Pública, permitem a sua alteração na proposta de decisão, fruto de alteração da proposta ou erros de preenchimento.	Procedimento de cálculo automatizado informaticamente com base nos dados inseridos no sistema e validados pela chefia com competência delegada.	1	2	1	Criar mecanismos que assegurem a validação dos dados carregados, necessários para a liquidação da taxa de OVP	UCT/DGEP	2022
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	Intervenções na Via Pública	UCT	VP4	Risco de simultaneidade no planeamento e intervenção no mesmo espaço público, em várias UO's.		2	2	2	Manter um sistema de controlo interno que garanta a correspondência das intervenções planeadas entre todas as UO's, identificando os locais e tipo/natureza de intervenção, e estabelecendo prioridades e/ou necessidades.	DMMC EPPGDL	2022
URBANISMO	Gestão de Processos	DMU	U1	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	Em última instância a decisão pertence às chefias	1	2	1	Elaborar manuais de procedimentos e /ou circulares internas que unifiquem o entendimento sobre dúvidas no âmbito do planeamento	DMU	2022
URBANISMO	Licenciamento - Acesso a Informação	DMU	U2	Dificuldade de acesso a informação sobre o andamento de processos em matéria de urbanismo e edificações	A informação constante do Sistema Geslus (Sistema de Gestão Urbanística) está disponível a todos os munícipes desde que lhe seja atribuída senha na altura da entrada do processo para que possam consultar sempre que entendam. A DMU esclarece, sempre que possível, todos os requerentes que pretendam informações sobre os processos, quer via telefone, quer por correio eletrónico para o mail geral da Direção.	3	1	2	O acesso à informação é apenas limitado pelas questões relacionadas com a Proteção de Dados. A informação está disponível online ou presencialmente, se solicitado. A nova redistribuição de pessoal pelos Serviços e o aumento de nº de funcionários ajudará a agilizar a consulta presencial e a comunicação dos processos	DMU	2022
URBANISMO	Licenciamento - Uniformização de Procedimentos	DMU	U3	Necessidade de comunicação simples e acessível das regras existentes e mais informação para os cidadãos.	Uma das preocupações em matéria de uniformização de procedimentos tem exatamente a ver com a clareza da mensagem a transmitir ao requerente. O sistema Geslus permite através de diferentes módulos, o tratamento de informação de acordo com as necessidades específicas de cada orgânica. No entanto, embora já tenha melhorias ao nível da simplificação de operações, ainda carece de melhoramentos ao nível da criação de relatórios específicos para tratamento de dados.	2	2	2	Melhoria das aplicações que atualmente divulgam informação sobre o licenciamento urbanístico de forma rápida, clara e eficaz	DMU	2022
URBANISMO	Tempo de apreciação e decisão no licenciamento	GVMS	U4	Disparidade no tempo de apreciação		2	2	2	Monitorização dos tempos de apreciação/decisão no processo de licenciamento	DMU	2022
URBANISMO	Licenciamento - Gestão de Processos	DMU	U5	Burocracia e morosidade dos procedimentos	A nova aplicação de gestão dos processos do urbanismo disponibilizará um conjunto de indicadores, que possibilitarão uma melhor gestão dos processos, permitindo assim uma intervenção em tempo real na correção de eventuais desvios nos prazos dos processos	3	3	3	Implementação da nova aplicação "Urbanismo Digital"	DMU/EPIDRP/EPIOU	2022
URBANISMO	Licenciamento - Gestão de Processos	DMU	U5	Burocracia e morosidade dos procedimentos	A nova aplicação de gestão dos processos do urbanismo disponibilizará um conjunto de indicadores, que possibilitarão uma melhor gestão dos processos, permitindo assim uma intervenção em tempo real na correção de eventuais desvios nos prazos dos processos	3	3	3	A reorganização dos serviços mediante o recrutamento de pessoal - em curso - permitirá agilizar os tempos de espera	DMU/EPIDRP/EPIOU	2022
URBANISMO	Licenciamento - Gestão de Processos	DMU	U5.1	Falta de segurança no e-doc (Urbanismo digital)	Criação de equipa dedicada (EPIOU)	3	3	3	Levantamento de erros/bugs. Melhoria na comunicação / articulação com os serviços para atualização do registo de situações/problemas a resolver	DMU/EPIOU	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
URBANISMO	Licenciamento - Regulamentação	DMU	U6	Existência de projetos, entregues no âmbito do procedimento de Comunicação Prévia, cuja falta de qualidade implique infrações aos regulamentos em vigor e cuja deteção só seja verificada em fase de fiscalização	A Legislação (RJUE) na sua última alteração criou este risco. A Comunicação Prévia resume-se à entrega do projeto e ao pagamento das taxas devidas, sem qualquer aferição da parte da CML. A verificação do cumprimento da legislação só é feita a posteriori	2	3	3	Aumento das ações de fiscalização, mediante reafecção de funcionários	DMU/DAGU	2022
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU	U7	Fiscalização dependente da mesma unidade orgânica que licencia.	Continuar a garantir a segregação de funções de licenciamento e fiscalização em todas as unidades org. afetas ao urbanismo Mesmo estando a DF dependente de uma unidade orgânica de licenciamento em termos de estrutura orgânica, importa sublinhar que os serviços de fiscalização naquilo que são as suas atribuições, consubstanciadas num conjunto de deveres a que se encontram obrigados os respetivos funcionários, desempenham as suas funções de forma independente.	3	2	3	Maior capacidade de fiscalização (aumentar o nº de técnicos de fiscalização) e melhor articulação com a Polícia Municipal, assegurando a rotatividade e a segregação de funções	DMU/DAGU/DF PM	2022
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU	U8	Deficiente aplicação das regras definidas para a fiscalização.	Foi desenvolvida na DMU uma aplicação para garantir o melhor cumprimento de regras de fiscalização e monitorizar todo o trabalho desenvolvido pelos técnicos de forma a garantir a transparência processual e o fornecimento de indicadores qualitativos de gestão	1	2	1	Continuar a fazer melhorias na aplicação no sentido de aperfeiçoar o sistema de forma a que o controlo das ações não tenha falhas	DMU/DAGU/DF	2022
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU	U9	Ausência de "ferramentas" para controlo das fiscalizações agendadas e inexistência de monitorização e controlo das datas e dos locais	Conforme referenciado na Medida anterior, foi desenvolvida, implementada e otimizada uma aplicação para controlar todas as ações de fiscalização, com registo de todos os locais, respetivas datas, e técnicos associados, monitorizando toda a atividade ao nível da cidade. A Polícia Municipal tem apoiado a Divisão de Fiscalização na sua ação diária. Esta aplicação permite o agendamento regular, por norma quinzenal, de ações de fiscalização, estabelecendo as datas e processos a fiscalizar. Como critério para o agendamento dos processos estabeleceu-se a existência de pelo menos uma inspeção à obra, priorizando-se em função da validade do título de obras ou da eventual existência de alguma exposição relativamente ao andamento dos trabalhos. De referir que na organização do serviço a distribuição dos processos não obedece a um critério geográfico, mas sim por volume de processos por técnico. Desta forma a equipa de técnicos que fiscaliza uma mesma obra não será, à partida, a mesma.	1	2	1	Assegurar a rotatividade e a segregação de funções	DMU/DAGU/DF	2022
URBANISMO	Gestão Urbanística - Fiscalização	DMU	U9	Ausência de "ferramentas" para controlo das fiscalizações agendadas e inexistência de monitorização e controlo das datas e dos locais	Conforme referenciado na Medida anterior, foi desenvolvida, implementada e otimizada uma aplicação para controlar todas as ações de fiscalização, com registo de todos os locais, respetivas datas, e técnicos associados, monitorizando toda a atividade ao nível da cidade. A Polícia Municipal tem apoiado a Divisão de Fiscalização na sua ação diária. Esta aplicação permite o agendamento regular, por norma quinzenal, de ações de fiscalização, estabelecendo as datas e processos a fiscalizar. Como critério para o agendamento dos processos estabeleceu-se a existência de pelo menos uma inspeção à obra, priorizando-se em função da validade do título de obras ou da eventual existência de alguma exposição relativamente ao andamento dos trabalhos. De referir que na organização do serviço a distribuição dos processos não obedece a um critério geográfico, mas sim por volume de processos por técnico. Desta forma a equipa de técnicos que fiscaliza uma mesma obra não será, à partida, a mesma.	1	2	1	Para melhorar é necessário reforçar o número de fiscais/profissionais nesta área, de forma a suprir as ações de fiscalização necessárias na cidade de Lisboa - em curso - através do recurso à mobilidade interna	DMU/DAGU/DF	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Revisão da regulamentação municipal no âmbito do património	DGQA	P2	Incumprimento da aplicação de normas, procedimentos e regulamentos de natureza patrimonial	Manual de avaliação imobiliária	1	2	1	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Revisão da regulamentação municipal no âmbito do património	DGQA	P3	Deficiente otimização, valorização e rentabilização do património imobiliário	Manual de Boas Práticas	1	2	1	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Revisão da regulamentação municipal no âmbito do património	DMGP	P3.1	Desconformidade da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais com o Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lisboa (RPIML)	Monitorização continuada da aplicação do RPIML	3	3	3	Elaboração de proposta de revisão da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais, com vista a assegurar a sua plena conformidade com o RPIML, na parte relativa às atividades económicas e aos rendimentos de propriedade	DMGP (DAP/IDEAU) / DMF	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P4	Desvalorização do estado de conservação de imóveis e respetivas necessidades de intervenção	Manual de Boas Práticas Manual de Procedimentos	3	2	3	Manutenção do Controlo existente Reforço das ações de fiscalização de ativos imobiliários municipais, para monitorização do respetivo estado de conservação	DMGP	2022/2023
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P4	Desvalorização do estado de conservação de imóveis e respetivas necessidades de intervenção	Manual de Boas Práticas Manual de Procedimentos	3	2	3	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P5	Desadequada avaliação do valor das rendas face ao estado de conservação e localização	É feita a avaliação das rendas aquando da realização de novos contratos ou da renovação dos existentes. Manual de Boas Práticas Manual de Procedimentos	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover estratégias de gestão para a conservação, manutenção e valorização do património municipal	DGQA	P5	Desadequada avaliação do valor das rendas face ao estado de conservação e localização	É feita a avaliação das rendas aquando da realização de novos contratos ou da renovação dos existentes. Manual de Boas Práticas Manual de Procedimentos	2	3	3	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento e sistematização do património cadastral e matricial do Município	DGQA GVPSD	P6	Informação cadastral desatualizada	Análise da situação registral e respetiva regularização	1	3	2	Atualização permanente módulo cadastro da aplicação Lisboa Interativa (Lxi)	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento e sistematização do património cadastral e matricial do Município	DGQA GVPSD	P7	Desconhecimento sobre a informação cadastral e matricial do património municipal	Integração do Cadastro de Ocupantes na plataforma informática Lisboa Interativa /Cadastro	1	3	2	Gestão da informação georreferenciada relativa ao cadastro de ocupantes do património municipal e ao imobilizado municipal (Lxi)	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DGQA GVPSD	P8	Inventariação desatualizada	Produção de cartografia relativa à temática ocupações	1	3	2	Gestão da informação georreferenciada relativa ao cadastro de ocupantes do património municipal e ao imobilizado municipal (Lxi)	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DGQA GVPSD	P9	Desconhecimento sobre a informação integral do inventário municipal	Integração do Cadastro do Imobilizado na plataforma Lxi/Cadastro	1	3	2	Continuação dos serviços de manutenção evolutiva do módulo de cadastro visando a interação com a informação SAP e SGPI	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DGQA GVPSD	P10	Risco de extravio e de apropriação de bens e/ou utilização indevida de bens imóveis	Desenvolvimento da aplicação móvel - APP-LxViewer	1	3	2	Continuação dos serviços de manutenção evolutiva do módulo de cadastro visando a interação com a informação SAP e SGPI	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o levantamento integral de todo o inventário dos bens imóveis municipais	DMGP	P10.1	Dispersão da informação relativa aos ativos imobiliários, por várias aplicações informáticas, com prejuízo para a gestão patrimonial	Carregamento continuado de dados nas diversas aplicações existentes	3	3	2	Criação ou aquisição de um sistema de gestão do património imobiliário, agregador de toda a informação relativa aos ativos	DMGP/DSI	2022/2023
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão Patrimonial	DMGP	P10.2	Inconsequente incumprimento ou deficiente cumprimento de obrigações contratuais emergentes da utilização por terceiros, a qualquer título, de ativos imobiliários municipais.	Realização de ações de fiscalização preventiva e sistemática	2	2	2	Reforço das ações de fiscalização do (in)cumprimento das obrigações contratuais emergentes da utilização por terceiros, a qualquer título, de ativos imobiliários municipais	DMGP (DAP/DGC)	2022/2023
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DMGP	P11	Reduzido controlo nas contraprestações a efetuar	Não realizar operações patrimoniais sobre bens futuros e identificação de casos passados	1	2	1	Mecanismos de controlo com suporte informático	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P12	Perda de equilíbrio das condições iniciais do contrato (área excessiva, renda não concorrencial, prazo denúncia dilatado, etc)	Foram implementadas condições em sistema financeiro que permitem uma análise prévia do contrato, avaliando o cumprimento do mesmo por forma a poder apresentar uma causa de denúncia ou atualização nos termos da Lei	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P13	Desatualização do valor das rendas / perda de receita proveniente das rendas / não aplicação das indemnizações por mora	Foram implementadas condições em sistema financeiro que permitem uma análise prévia do contrato, avaliando o cumprimento do mesmo por forma a poder apresentar uma causa de denúncia ou atualização nos termos da Lei	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P14	Risco de favorecimento	Reforço da ação fiscalizadora exercida no decorrer dos processos pela gestão administrativa e pelos órgãos municipais. Atribuição dos contratos de arrendamento por procedimentos de hasta pública.	1	3	2	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Gestão de Contratos de arrendamento	DGQA	P15	Falta de fiscalização e controlo em processos de desocupação coerciva e de despejo por incumprimento das obrigações contratuais	Fiscalização em diversas fases do procedimento	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P16	Falta de informação sistematizada sobre a celebração de Protocolos e Deliberações sobre cedência do direito de ocupação e exploração de imóveis	A informação está disponível, em sistema informático, na DMGP	2	2	2	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P17	Reduzido controlo e gestão na cedência de bens municipais sem atualização da sua salvaguarda e integridade	Reforço da ação fiscalizadora exercida no decorrer dos processos pela gestão administrativa e pelos órgãos municipais manual de procedimentos	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P18	Reduzido controlo e acompanhamento sobre a avaliação do grau de execução do contrato	A informação está disponível, em sistema informático, no DMGP, manual de procedimentos	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P19	Desequilíbrio financeiro resultante das contrapartidas contratuais (em espécie e em numérico)	Projeto de Regulamento do Património Imobiliário Municipal	2	3	3	Aprovação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P20	Risco de não execução e entrega das contrapartidas devidas a favor da CML no prazo previsto	Projeto de Regulamento do Património Imobiliário Municipal	2	3	3	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P21	Mecanismos de fiscalização pouco eficazes em caso de incumprimento contratual	Realização de fiscalização preventiva e sistemática	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedências	DGQA	P22	Falta de dados financeiros atuais e úteis que possibilitem a melhor tomada de decisão (manutenção/revisão/cessação do contrato)	Elaboração de estudos que permitem uma melhor decisão	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P23	Incorreta avaliação imobiliária de acordo com os preços de mercado	As operações patrimoniais estão suportadas em avaliação de mercado. Para o efeito, existe de um núcleo de avaliação interna, cujos avaliadores são certificados pelos Ministérios das Finanças e da Justiça, CMVM e RICS. Criação de uma Bolsa de avaliadores externos (contratados ao abrigo do CCP). Adoção do Manual de Boas Práticas e do Manual de procedimentos	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P24	Designação dos membros do núcleo de avaliadores internos e da bolsa de avaliadores baseada em critérios subjetivos e sem a devida rotatividade e pluralidade.	As operações patrimoniais estão suportadas em avaliação de mercado. Para o efeito, existe de um núcleo de avaliação interna, cujos avaliadores são certificados pelos Ministérios das Finanças e da Justiça, CMVM e RICS. Criação de uma Bolsa de avaliadores externos (contratados ao abrigo do CCP). Adoção do Manual de Boas Práticas e do Manual de procedimentos	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P25	Risco de favorecimento e de conflito de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	As operações patrimoniais estão suportadas em avaliação de mercado. Para o efeito, existe de um núcleo de avaliação interna, cujos avaliadores são certificados pelos Ministérios das Finanças e da Justiça, CMVM e RICS. Criação de uma Bolsa de avaliadores externos (contratados ao abrigo do CCP). Adoção do Manual de Boas Práticas e do Manual de procedimentos	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DGQA	P26	Perda de oportunidade de exercício do Direito de Preferência	Adoção do Manual de Procedimentos. O sistema criado no município garante o acesso em tempo real e disponível, em tempo, a informação necessária ao exercício do Direito de Preferência	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas e o Exercício do Direito de Preferência	DMGP	P26.1	Não exercício do direito de preferência legal ou sindicância de tal exercício com fundamento na preterição de formalidades essenciais	Atualização sistemática do Portal	2	2	2	Mapeamento exaustivo das diferentes fontes do exercício do direito legal de preferência que assiste ao Município de Lisboa e dos respetivos fluxos procedimentais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas	DGQA GVPSD	P27	Falta de informação sistematizada sobre os contratos de alienação/aquisição/permutas de terrenos municipais, respetiva localização e valor	Adoção do Manual de Procedimentos. Projeto de Regulamento do Património Imobiliário Municipal	2	2	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas	DGQA	P28	Violação do princípio da imparcialidade e do princípio da concorrência aquando da celebração dos contratos de constituição do direito de superfície	A constituição dos direitos de superfície a entidades com fins lucrativos, ou que prossigam atividades lucrativas, são submetidos a procedimentos concorrenciais. Adoção do Manual de boas práticas e do Manual de procedimentos	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Alienações/Aquisições/ Permutas	DGQA GVPSD	P29	Reduzido controlo e acompanhamento de todas as fases procedimentais	As operações patrimoniais estão suportadas em avaliação de mercado. Para o efeito, existe de um núcleo de avaliação interna, cujos avaliadores são certificados pelos Ministérios das Finanças e da Justiça, CMVM e RICS. Criação de uma Bolsa de avaliadores externos (contratados ao abrigo do CCP). Adoção do Manual de Boas Práticas e do Manual de procedimentos	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Promover o registo, cadastro e codificação da frota municipal	DGQA	P30	Apropriação e/ou utilização das viaturas municipais para fins pessoais	Aquisição e instalação de sistemas de geolocalização das viaturas	2	2	2	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Assegurar a gestão e manutenção das viaturas, garagens e oficinas municipais	DGQA	P31	Gestão ineficaz na racionalização e otimização dos recursos	Implementação de sistema de geolocalização das viaturas	2	2	2	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Garantir a distribuição racional dos meios de transporte existentes pelos diversos utilizadores	DGQA	P32	Afetação indevida de viaturas e/ou não satisfação das necessidades existentes	Análise prévia às afetações de cada unidade orgânica com verificação de Km's percorridos e períodos horários de utilização	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Assegurar o estacionamento de viaturas nas garagens a que se encontram afetadas	DGQA	P33	Estacionamento indevido noutras garagens não afetadas	Aquisição e instalação de sistemas de geolocalização das viaturas, com a emissão de alertas em caso de violação das regras de utilização	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Assegurar o estacionamento de viaturas nas garagens a que se encontram afetadas	DGQA	P34	Utilização indevida de viaturas durante os fim de semana e feriados sem prévia autorização	Aquisição e instalação de sistemas de geolocalização das viaturas, com a emissão de alertas em caso de violação das regras de utilização	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Cedência de viaturas municipais a entidades exteriores ao Município	DGQA	P35	Crítérios subjetivos e indevidamente fundamentados na autorização de cedência de viaturas a entidades externas	Análise prévia do pedido da necessidade da entidade externa e cumprimento rigoroso do Regulamento Interno de Utilização de Viaturas Municipais	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	Assegurar a gestão racional de abastecimento de combustíveis	DGQA	P36	Reduzido controlo na gestão de abastecimento de combustíveis	Implementação de sistema informático que impossibilita o abastecimento sem a identificação do utilizador, bem como possibilita as médias de consumo do consumo e os produtos a que a viatura tem acesso face às características da mesma. Substituição de grande parte da frota municipal ligeira por viaturas elétricas, o que impede o abastecimento abusivo das mesmas.	2	3	3	Continuação da substituição da frota municipal por viaturas elétricas, o que assegurará o correto abastecimento das viaturas.	DMHU	2022

Área de Atividade	Principais Atividades	Unidade Orgânica Proponente	Riscos Identificados	Boas Práticas Existentes / Medidas Adotadas	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Calendarização	
					PO	GC	GR				
<b>Nota: Conteúdo eliminado e Novo conteúdo</b>											
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Renovação da frota municipal	DGQA	P37	Reduzida otimização do parque automóvel/ aumento de despesa em reparações automóveis	Renovação da frota municipal, nomeadamente através da análise de custos de manutenção elevados, que justifiquem o abate de viaturas existentes. A aquisição de novas viaturas é precedida de fundamentação por parte do utilizador e análise por parte dos serviços da DGF quanto à real necessidade da mesma.	2	2	2	Introdução de um sistema preditivo de manutenção	DMHU	2022
PATRIMÔNIO MUNICIPAL	Aquisição de viaturas	DGQA	P38	Risco de incumprimento dos procedimentos de contratação pública / risco de favorecimento	Opção gestonária pela abertura de procedimentos de contratação por concurso público, nomeadamente através de aquisições de várias tipologias no mesmo procedimento (por lotes), em detrimento dos procedimentos por ajuste direto e consulta prévia.	2	3	3	Manutenção do controlo existente	DMHU	2022
MOBILIDADE	Emitir pareceres sobre pedidos de atribuição de lugares de estacionamento	DMM	M1	Ausência de imparcialidade		1	1	1	Distribuição equitativa e aleatória de processos	DMM/DGM	2022
MOBILIDADE	Emitir pareceres sobre pedidos de atribuição de lugares de estacionamento	DMM	M2	Risco de existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos		1	1	1	Obrigatoriedade de emissão de declarações de interesses privados por parte dos trabalhadores e obter a sua renovação a cada novo procedimento	DMM/DGM	2022
MOBILIDADE	Elaboração de projetos de espaços públicos, semaforização e infraestruturas rodoviárias	DMM	M3	Ausência de imparcialidade		1	2	1	Definição do modo de seleção dos elementos do júri, garantindo a rotatividade	DMM/DGM DMM/DOM DMM/DEPM	2022
MOBILIDADE	Elaboração de projetos de espaços públicos, semaforização e infraestruturas rodoviárias	DMM	M5	Projetos incompletos, de qualidade inadequada e/ou não realistas		1	3	2	Validação, através de checklist dos elementos de projeto obrigatórios	DMM/DGM DMM/DOM DMM/DEPM	2022
MOBILIDADE	Elaboração de projetos de espaços públicos, semaforização e infraestruturas rodoviárias	DMM	M6	Incumprimento de prazos definidos no caderno de encargos e especificações técnicas para a obtenção do serviço		1	3	2	Definir prazos realistas e garantir a monitorização da execução dos contratos	DMM/DGM DMM/DOM DMM/DEPM	2022
MOBILIDADE	Elaborar informações, promover, diagnosticar, articular e acompanhar as ações no âmbito da circulação e tráfego rodoviário	DMM	M7	Ausência de imparcialidade		1	2	1	Implementar regras de rotatividade na nomeação do técnico responsável, de modo a evitar a apreciação continuada de processos de determinado requerente pelo mesmo elemento	DMM/DGM DMM/DEPM	2022
MOBILIDADE	Elaborar informações, promover, diagnosticar, articular e acompanhar as ações no âmbito da circulação e tráfego rodoviário	DMM	M8	Planeamento insuficiente		1	2	1	Planear as atividades atempadamente e de forma adequada às necessidades, evitando as urgências injustificadas que favorecem eventual recurso a procedimentos excecionais	DMM/DGM DMM/DEPM	2022
MOBILIDADE	Elaborar informações, promover, diagnosticar, articular e acompanhar as ações no âmbito da circulação e tráfego rodoviário	DMM	M9	Necessidade de maior conhecimento da realidade a atividade da direção municipal quanto a indicadores estatísticos nos diferentes setores de atividade		1	2	1	Assegurar a existência do tratamento de indicadores estatísticos e a sua divulgação pelos serviços	DMM/DGM DMM/DEPM	2022
MOBILIDADE	Licenciamento da atividade dos Táxis	DMM	M10	Ausência de imparcialidade na decisão sobre renovação de licenças	Tratamento igual para situações idênticas	1	1	1	Manutenção do controlo existente	DMM/DGM	2022
MOBILIDADE	Sharing	DMM	M11	Ausência de imparcialidade no tratamento e decisão sobre os MoUS	Tratamento igual para situações idênticas	1	1	1	Manutenção do controlo existente	DMM/DEPM	2022